

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**Casa da Cultura Padre Antônio Mendes: um espaço representativo de cultura,
memória e patrimônio na cidade de Paula Cândido, MG.**

Jamagde Cristine de Oliveira Teixeira
Magister Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

JAMAGDE CRISTINE DE OLIVEIRA TEIXEIRA

**Casa da Cultura Padre Antônio Mendes: um espaço representativo de cultura,
memória e patrimônio na cidade de Paula Cândido, MG.**

Dissertação Mestrado Profissional
apresentada à Universidade Federal de
Viçosa, como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Patrimônio Cultural Paisagens e
Cidadania (Profissional), para obtenção
do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Vanessa Lana

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

T266c
2025
Teixeira, Jamagde Cristine de Oliveira, 1969-
Casa da Cultura Padre Antônio Mendes: um espaço
representativo de cultura, memória e patrimônio na cidade de
Paula Cândido - MG / Jamagde Cristine de Oliveira Teixeira. –
Viçosa, MG, 2025.

1 dissertação eletrônica (166 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Vanessa Lana.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de História, 2025.

Referências bibliográficas: f. 139-146.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2025.602>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Casa da Cultura Padre Antônio Mendes. 2. Patrimônio
cultural - Paula Cândido (MG). 3. Cultura - Paula Cândido
(MG). 4. História oral. 5. Memória coletiva. I. Lana, Vanessa,
1982-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de
História. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural,
Paisagens e Cidadania. III. Título.

CDD 22. ed. 363.69098151

JAMAGDE CRISTINE DE OLIVEIRA TEIXEIRA

Casa da Cultura Padre Antônio Mendes: um espaço representativo de cultura, memória e patrimônio na cidade de Paula Cândido, MG.

Dissertação Mestrado Profissional
apresentada à Universidade Federal de
Viçosa, como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em Patrimônio
Cultural Paisagens e Cidadania (Profissional),
para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 11 de agosto de 2025.

Assentimento:

Jamagde Cristine de Oliveira Teixeira
Autora

Vanessa Lana
Orientadora

Essa dissertação mestrado profissional foi assinada digitalmente pela autora em 23/09/2025 às 05:38:46 e pela orientadora em 24/09/2025 às 18:06:57. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **MH3E.ZG3S.EFJ6** e clique no botão 'Validar documento'.

Dedico este trabalho à minha família e os amigos, presenças constantes que são meu alicerce minha fonte de força nos momentos mais desafiadores. Dedico também àqueles que acreditam na importância da memória, da cultura e da educação patrimonial como caminhos e pertencimento, identidade esperança. E, em silêncio, dedico-o ainda às pessoas que guardo no coração e que caminham comigo de formas singulares, mesmo sem serem nomeadas aqui.

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo, minha gratidão a Deus, por ter me sustentado até aqui, renovando a minha fé e fortalecendo minha determinação diante dos inúmeros desafios enfrentados ao longo desta caminhada.

Aos meus filhos Kelly, Gabriel e Leonardo; à minha mãe Maura e à minha irmã Rosane, meu mais profundo reconhecimento pelo apoio incondicional, pela paciência e pelo incentivo constante. Estendo essa gratidão a todos os familiares que, de diferentes formas, contribuíram significativamente para que eu chegasse até este momento.

De modo especial homenageio minha filha, cuja determinação e vontade de viver foram fonte permanente de inspiração. Ainda que atravessando duras provações, ela não desistiu. Sua coragem e resiliência me impulsionaram a seguir em frente, mesmo nos momentos mais difíceis, ensinando-me verdadeiramente sobre força e esperança.

À comissão examinadora, agradeço pelas valiosas contribuições, pelo conhecimento partilhado e pela seriedade com que conduziram a avaliação deste trabalho.

À minha orientadora, Professora Vanessa, registro minha gratidão pelo cuidado, serenidade, paciência, mas sobretudo, pela confiança que me foi dedicada. Sua tranquilidade foi essencial para que eu enfrentasse os desafios da pesquisa e chegasse a um trabalho consistente e significativo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação e à Mileny, minha gratidão pelo acolhimento, pela empatia, pelo compartilhamento de saberes e suporte constante durante essa intensa e árdua vivência acadêmica.

Não poderia deixar de mencionar meus colegas das turmas de 2023 e 2024, com os quais troquei, dúvidas, aprendizados e conquistas. Deixo meu reconhecimento pelo companheirismo e incentivo mútuo, tão importantes em momentos decisivos.

Minha gratidão sincera aos amigos, em especial Nathália, Hatanne, Daniela e Renata, pela presença, escuta e apoio que foram fundamentais em diferentes fases desta jornada. Estendo esse agradecimento aos colegas de trabalho, cuja solidariedade e compreensão me ajudaram a manter o equilíbrio durante todo o processo.

Agradeço à Prefeitura Municipal de Paula Cândido, à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, a todos os funcionários da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes e aos demais participantes da pesquisa, que gentilmente me acolheram e dividiram comigo suas memórias e vivências com tanta generosidade e confiança.

Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Por fim, e jamais menos importante, reitero meu agradecimento a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa. Muito obrigada!

“A memória não guarda o passado apenas como lembrança, mas o reinscreve no presente como força de identidade e de resistência.”
(Adaptado de Maurice Halbwachs)

RESUMO

TEIXEIRA, Jamagde Cristine de Oliveira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2025. **Casa da Cultura Padre Antônio Mendes: um espaço representativo de cultura, memória e patrimônio na cidade de Paula Cândido, MG..** Orientadora: Vanessa Lana.

Esta pesquisa, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa, analisa o papel institucional e a relevância da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, localizada em Paula Cândido (MG), como espaço de preservação de expressões culturais, de suporte ao patrimônio e de construção da memória coletiva. A partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada na metodologia da história oral e no uso de fontes documentais, investigam-se as duas fases da instituição (1994 a 2001 e 2010 a 2024), sob a perspectiva de sujeitos que com ela se relacionaram ou ainda se relacionam, com o objetivo de compreender sua trajetória e os sentidos a ela atribuídos ao longo do tempo. Com respaldo teórico de autores como Pollak (1989;1992), Nora (1993) Laraia (2006) e Le Goff (2013), o estudo discute os conceitos de memória, cultura e patrimônio como campos de disputa e construção simbólica. A análise evidenciou a importância da Casa da Cultura como lugar de memória, pertencimento e afirmação identitária, destacando seu percurso e os desafios enfrentados para sua consolidação enquanto ação de política pública de cultura. A dissertação foi organizada em quatro capítulos: os três primeiros abordam, respectivamente, o contexto histórico municipal e institucional, o referencial teórico, as duas fases de existência da Casa e a Festa do Rosário, articulando esses temas criticamente às narrativas orais e aos dados empíricos. O capítulo final foi dedicado à apresentação do produto técnico de intervenção prática vinculado à pesquisa, que propôs a criação de uma plataforma digital voltada à valorização e à difusão da cultura e da memória de Paula Cândido - proposta que obteve o apoio e a adesão dos gestores públicos e culturais locais.

Palavras-chave: Casa da Cultura Padre Antônio Mendes; cultura; história oral; memória coletiva; patrimônio cultural

ABSTRACT

TEIXEIRA, Jamagde Cristine de Oliveira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, August, 2025. **Padre Antônio Mendes Cultural Center: a space representing the culture, memory and heritage of the city of Paula Cândido, MG..** Adviser: Vanessa Lana.

This research, developed within the Graduate Program in Cultural Heritage, Landscapes and Citizenship at the Federal University of Viçosa, analyzes the institutional role and relevance of the Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, located in Paula Cândido (MG), as a space for the preservation of cultural expressions, support for heritage, and the construction of collective memory. Based on a qualitative approach, grounded in oral history methodology and the use of documentary sources, the study investigates the two phases of the institution (1994–2001 and 2010–2024) from the perspective of individuals who have been or still are connected to it, aiming to understand its trajectory and the meanings attributed to it over time. Supported by the theoretical contributions of authors such as Pollak (1989; 1992), Nora (1993), Laraia (2006) and Le Goff (2013), the study discusses the concepts of memory, culture, and heritage as fields of dispute and symbolic construction. The analysis revealed the importance of the Casa da Cultura as a site of memory, belonging, and identity affirmation, highlighting its historical trajectory and the challenges faced in its consolidation as a cultural public policy action. The dissertation is organized into four chapters: the first three address, respectively, the municipal and institutional historical context, the theoretical framework, the two phases of the Casa's existence, and the Festa do Rosário, critically articulated with oral narratives and empirical data. The final chapter is dedicated to presenting the technical product resulting from the practical intervention proposed by the research: the creation of a digital platform aimed at valuing and disseminating the culture and memory of Paula Cândido - a proposal that received the support and endorsement of local public and cultural administrators.

Keywords: Casa da Cultura Padre Antônio Mendes; culture; oral history; collective memory; cultural heritage

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo vinculação com as fases da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes.....	23
Figura 2 – Fotografias da fachada do sobrado onde foi instalada a primeira Casa da Cultura de Paula Cândido.....	60
Figura 3 – Coletânea do ex-combatente da FEB – Domingos Teixeira Valente: fotografias ..	64
Figura 4 – Carta do Ex-combatente Domingos Teixeira Valente à família, escrita no dia da vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial (08/05/1945), acompanhada de transcrição fiel à grafia original.....	65
Figura 5 – Coletânea do ex-combatente da FEB – Domingos Teixeira Valente: diplomas e souvenirs	66
Figura 6 – Projeto de Lei de Extinção da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes	69
Figura 7– Local onde havia a primeira Casa da Cultura Padre Antônio Mendes	72
Figura 8 – Local da Atual Casa da Cultura Padre Antônio Mendes – Segunda fase (à esquerda entrada inicial e à direita entrada atual).....	85
Figura 9 – Planta baixa humanizada da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes.....	88
Figura 10 – Cópia de certidão de Batizado de pessoa escravizada, acompanhada de transcrições que preservam a grafia da época.....	89
Figura 11 – Cópia de certidão de sepultamento de pessoa escravizada, acompanhada de transcrições que preservam a grafia da época	89
Figura 12 – Cópia de Carta de Alforria acompanhada de transcrições que preservam a grafia da época.....	90
Figura 13 – Réplica da igreja do Rosário com destaque de elementos internos e externos. ..	101
Figura 14 – Composição de fotografias do Congado – Devoção, rituais, dança e musicalidade.....	105
Figura 15 - Composição de fotografias do Congado – Circulação, devoção, rituais, procissões e musicalidade	106
Figura 16 – Página oficial da Prefeitura Municipal de Paula Cândido – MG.....	111
Figura 17 - Proposta de reestruturação dos Menus da Página da Prefeitura Municipal de Paula Cândido - MG.....	116
Figura 18 - Tabela de proposição de Submenu da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Paula Cândido	120

Figura 19 - Representação gráfica parcial da proposta de submenu da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo , com destaque para a seção “Cultura” e a subseção “Casa da Cultura Padre Antônio Mendes”.....	123
Figura 20 - Termo de endosso institucional à proposta da plataforma digital vinculada à Casa da Cultura Padre Antônio Mendes/SECULT.	131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais marcos da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes: Fase1 (1993-2001).....	78
--	----

LISTA DE SIGLAS

Art. - Artigo

CBMMG - Corpo de Bombeiro Militar de Minas Gerais

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

CMPC - Conselhos Municipal de Política Cultural

COMPAC - Conselhos Municipal de Patrimônio Cultural

COMTUR - Conselhos Municipal de Turismo

EJA – Educação de Jovens e Adultos

e-MAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico

FEB – Força Expedicionária Brasileira

FMC - Fundo Municipal de Cultura

FUMPAC - Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural

FUMTUR - Fundo Municipal de Turismo

G1F1- Gestores Municipais da fase 1

G1F2 - Gestores Municipais da fase 2

G2F1- Funcionários e membros da diretoria da Casa da Cultura e Secretários de Educação e Cultura da fase 1

G2F2 - Funcionários da Casa da Cultura; membros dos Conselhos Municipal de Patrimônio Cultural (COMPAC), de Política Cultural (CMPC) e de Turismo (COMTUR) e Secretários de Cultura e Turismo da fase 2

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IT's - Instruções Técnicas

LGBTQIA+.- Lésbicas; Gays; Bissexuais; Transexuais; Transgêneros; Travestis; Queer; Intersexo; Demais orientações sexuais e identidades de gênero

MG - Minas Gerais

MinC - Ministério da Cultura

PNAB - Política Nacional Aldir Blanc

PNC - Plano Nacional de Cultura

PNPI - Programa Nacional de Patrimônio Imaterial

PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura

RI - Regimento Interno

SECULT - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

SNC - Sistema Nacional de Cultura

SNIIC - Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TI – Tecnologia da Informação

UFV - Universidade Federal de Viçosa

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

UREMG - Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I – ENTRE MEMÓRIA, CULTURA E PATRIMÔNIO: CONTEXTO MUNICIPAL E TEÓRICO	27
1.1 O Lugar: Ecos e Transformações em Paula Cândido.....	27
1.2 Abordagem Teórica Crítica: Cultura, Memória, Patrimônio e Religiosidade.....	34
CAPÍTULO II – TRAJETÓRIA DE UM LUGAR DE MEMÓRIA E CULTURA: FASE INICIAL DA CASA DA CULTURA PADRE ANTÔNIO MENDES	54
2.1. Criação e consolidação da Casa da Cultura (1993–2000).....	54
2.2. Encerramento do ciclo: extinção, rupturas e tensões na primeira fase	69
CAPÍTULO III – MEMÓRIAS EM MOVIMENTO: RECONSTRUÇÃO INSTITUCIONAL E CONTINUIDADE CULTURAL	80
3.1 Casa da Cultura Padre Antônio Mendes: Renascimento e Continuidade – Fase II (2010-2024).....	80
3.2 A Festa do Rosário e o Congado em Paula Cândido – Ancestralidade e Resistência.....	98
<i>3.2.1 Festa do Rosário e Congado: Devoção popular afrodescendente ou herança da fé católica?</i>	<i>102</i>
CAPÍTULO IV – PROPOSTA DE PLATAFORMA DIGITAL: CONECTANDO A CASA DA CULTURA PADRE ANTÔNIO MENDES ÀS MEMÓRIAS, CULTURA E AO PATRIMÔNIO DE PAULA CÂNDIDO	108
4.1. Diagnóstico e Proposta de Adequação do Site Institucional da Prefeitura Municipal de Paula Cândido.....	109
4.2. Integração Digital da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo: Diretrizes e Estratégias.....	114
<i>4.2.1. Estrutura administrativa (Estrutura ADM)</i>	<i>117</i>
<i>4.2.2. Secretarias Municipais (Secretarias).....</i>	<i>117</i>
<i>4.2.2.1. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT)</i>	<i>118</i>
<i>4.2.2.2. Estrutura digital da SECULT: diretrizes, acessibilidade e interação</i>	<i>124</i>

4.3. Sustentabilidade, Possibilidades Futuras e Viabilidade	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL NA TRAJETÓRIA DA CASA DA CULTURA PADRE ANTÔNIO MENDES	133
BIBLIOGRAFIA	139
APÊNDICES	147
APÊNDICE A - ROTEIROS DE ENTREVISTAS	147
1. Entrevista com prefeitos ou vice-prefeitos de Paula Cândido do período de 1993-2001 (primeira fase da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes) – G1F1	147
2. Entrevista com prefeitos ou vice-prefeitos de Paula Cândido do período de 2010-2024 (segunda fase da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes) – G2F2.....	149
3. Entrevista com funcionários, secretários de educação e cultura e membros da diretoria da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes do período de 1994-2001 (primeira fase) – G2F1..	151
4. Entrevista com funcionários da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, secretários de cultura e turismo e membros dos conselhos municipal de política cultural do período de 2010 a 2024 (segunda fase) – G2F2.....	153
APÊNDICE B – CALENDÁRIO DE EVENTOS/FESTIVO DE PAULA CÂNDIDO – MG.....	155
ANEXOS	156
ANEXO A – MAPA DO ZONEAMENTO URBANO DE PAULA CÂNDIDO – MG.....	156
ANEXO B – MAPA DO ZONEAMENTO RURAL DE PAULA CÂNDIDO – MG	157
ANEXO C– LEI Nº 715/1993 – CRIAÇÃO DA CASA DA CULTURA – FASE I.....	158
ANEXO D – EMENDA À LEI Nº 020/2001 – EXTINÇÃO DA CASA DA CULTURA - FASE I.....	160
ANEXO E - CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR – LOTE URBANO ONDE FUNCIONAVA PRIMEIRA CASA DA CULTURA PADRE ANTÔNIO MENDES.....	161
ANEXO F – LEI Nº 1081/2010 – CRIAÇÃO DA CASA DA CULTURA - FASE II.....	162
ANEXO G – PROJETO DE LEI Nº 28/2022 – EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA PADRE ANTÔNIO MENDES - FASE II.....	165

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, a partir da história oral, o processo sócio-histórico e cultural da criação e funcionamento da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, localizada na cidade de Paula Cândido - Minas Gerais, em suas duas fases de existência, quais sejam: 1994 a 2001 (fase 1- da inauguração à extinção) e 2010 a 2024 (fase 2 - da recriação aos dias atuais). Busca-se analisar e compreender o papel institucional e o potencial desse espaço, enquanto lugar de referência para a expressão de tradições e manifestações culturais local, suporte patrimonial e construção de Memória, desvelando narrativas que envolvam esses elementos.

O interesse por essa temática surgiu a partir da minha da experiência profissional¹ na Casa da Cultura inicial, onde tive a oportunidade de vivenciar e observar de perto as inter-relações geopolíticas, socioculturais e religiosas que permeiam o município de Paula Cândido – local onde resido. Essa vivência permitiu acompanhar as múltiplas facetas da trajetória institucional, despertando inquietações que motivaram esta investigação.

Ter participado da primeira fase da Casa da Cultura, presenciando sua extinção em 2001. Realizadas tradicionalmente durante os finais de semana do mês de outubro, ou no primeiro final de semana de novembro – no caso da urbana –, que culminou na demolição da sede – e acompanhado sua recriação, nove anos mais tarde, gerou um interesse investigativo que, mais recentemente, encontrou respaldo para ser aprofundado no âmbito acadêmico, em função do ingresso no Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagem e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa, onde atuo profissionalmente.

Nesse novo contexto de formação ampliaram-se as possibilidades de análise crítica das experiências vividas, permitindo superar visões baseadas apenas no senso comum. A interlocução com o conhecimento científico favoreceu a investigação mais aprofundada de documentos e a compreensão das transformações ocorridas no campo da patrimonialização e da gestão cultural do município, reforçando a importância institucional e sociocultural da Casa da Cultura.

Ressalta-se que, para além do conhecimento acadêmico, a pesquisa em patrimônio cultural demanda atenção aos saberes locais, construídos nas inter-relações cotidianas e nas experiências dos sujeitos de determinada comunidade. Esses saberes são peças essenciais no complexo quebra-cabeças interpretativo da pesquisa. Como bem observou uma professora do

¹ Assistente em Administração da Prefeitura Municipal de Paula Cândido – MG, lotada na Casa da Cultura (da inauguração ao fechamento).

curso “*o pequeno espaço nos ajuda a compreender a discussão maior acerca do campo do patrimônio*” (Informação verbal)².

Inicialmente, no pré-projeto, a pesquisa foi delineada sob o tema: “Patrimônio Cultural, Memória e Representatividade: Um estudo sobre a Casa da Cultura Padre Antônio Mendes da cidade de Paula Cândido – MG”. Contudo, ao longo do desenvolvimento, com maior maturidade e orientação, optou-se por redefinir o enfoque para compreender o ponto de vista institucional da Casa enquanto um lugar representativo de Cultura, Memória e Patrimônio na cidade.

Assim, ao explorar a história local, a trajetória e a espacialidade dessa instituição, bem como ao contextualizar e problematizar esse cenário, são criadas ferramentas para apreender elementos essenciais à constituição da memória individual e coletiva. Além disso promove-se a valorização dos símbolos e conceitos que permeiam a Cultura e o Patrimônio, bem como a apropriação de narrativas identitárias e a releitura de vestígios, consolidando a compreensão das relações estabelecidas entre os diversos atores sociais e agregando valor aos estudos já realizados sobre o tema.

No âmbito social, esta investigação contribui para que pequenas localidades, muitas vezes relegadas a “cidades sem história e sem cultura”, ganhem visibilidade. Nesse contexto, analisar como as narrativas históricas e memórias influenciam a seleção do acervo e a manutenção da Casa da Cultura – enquanto “lugar de memória” carregado de “vontade de memória” – pode revelar aspectos importantes sobre o percurso histórico, os modos de vida e as interações sociais dos diversos atores. Ademais, essa análise favorece a compreensão dos elementos que constituem as referências identitárias e as memórias coletivas.

Nessa perspectiva, ancorar-se em estudos transdisciplinares consolidados sustenta a pesquisa e promove reflexões e diálogos mais amplos entre passado e presente. Do mesmo modo, contribui para o desenvolvimento de um olhar crítico/reflexivo e embasa a formulação de novas políticas culturais e estratégias de gestão do patrimônio cultural.

Com vistas a aprofundar os conhecimentos e solidificar a proposta, é imprescindível recorrer a referenciais teóricos consistentes, que fundamentam criticamente a investigação. Para tanto, foram selecionadas obras significativas na vasta bibliografia sobre Cultura, Memória e Patrimônio, com o intuito de embasar os diálogos entre teoria e empiria e sustentar as análises propostas ao longo da pesquisa.

²Fala da Professora Walkiria Maria de Freitas Martins proferida durante a aula da disciplina HIS 812 – Tópicos Temáticos I – Patrimônio e Estados Nacionais Modernos, em 27/10/2023.

Assim, como embasamento teórico-analítico, a pesquisa respalda-se nas contribuições de Geertz (1989) e Laraia (2006), cujas conceitualizações permitem compreender as práticas culturais como construções simbólicas e compartilhadas, estruturadas a partir de significados socialmente produzidos. No campo da memória, recorre-se às reflexões de Pollak (1989; 1992), Nora (1993), Halbwachs (2006) e Le Goff (2013) que permitem analisar os processos de seleção, disputa e silenciamento que perpassam a construção das memórias coletivas e os lugares onde elas se inscrevem.

Já no âmbito do patrimônio cultural, a pesquisa fundamenta-se nas perspectivas de Lowenthal (1998), Choay (2017), Chuva (2017) e Meneses (2008; 2017), que compreendem o patrimônio como elemento histórico e simbólico, marcado por tensões, disputas de poder e diferentes formas de apropriação ao longo do tempo. Tais aportes teóricos, assim como o de outros estudiosos, orientam a análise desenvolvida ao longo da dissertação.

Considerando a relevância da pesquisa, nota-se que abordar o recorte temporal inicial da Casa da Cultura exige especial atenção, dada a escassez documental e de registros sobre ela. Conforme apontado por Vieira e Leite (2021), investigar fenômenos silenciados, esquecidos ou apagados implica a adoção de rigor metodológico e sensibilidade interpretativa – especialmente na análise de vestígios, que devem ser associados a memórias fragmentadas e lembranças diversas, expostas por meio da oralidade e frequentemente marcadas por tensões sociais do contexto local.

Ainda assim, essas lacunas não inviabilizaram a pesquisa. Ao contrário, conferiram-lhe originalidade e a oportunidade contribuir com instrumentos de valorização da história do município. Além de colaborar para o fortalecimento das identidades culturais e para a difusão da cultura local, a investigação ampliou a compreensão sobre como os bens culturais se tornam patrimônio, e os sentidos que lhes são atribuídos (Lana, Vieira e Leite, 2020).

Como já observado por pesquisadoras que se dedicaram ao estudo em Paula Cândido, esse tipo de abordagem permite destacar aspectos, memórias e simbologias presentes nas expressões artísticas dos grupos da comunidade. Dentre elas, citam-se: Queiroz (*A Festa de Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido – MG: Identidade, memória e ritual no Congado e no Reinado*, 2013) e Lana, Leite e Vieira (*Os símbolos das linguagens artísticas do congado de Paula Cândido*, 2020 e *História local: reflexões sobre o ensino e a pesquisa das histórias indígena e afro-brasileira*, 2021). Essas contribuições teóricas complementam, com propriedade, a fundamentação sobre memória, cultura e patrimônio, evidenciando a importância de registrar e interpretar tais manifestações.

Dessa forma, a pesquisa buscou compreender o papel institucional e o potencial da Casa

da Cultura como um “lugar de memória” e de “intenção de memória”, reconhecendo sua responsabilidade em salvaguardar bens como arquivos, fotografias e registros documentais associados ao patrimônio cultural material. Concomitantemente, destaca-se sua missão de promover e divulgar as manifestações culturais, os saberes e as transformações sócio-históricas de diversos grupos da região, contribuindo de maneira significativa para os campos acadêmico, científico e social.

Em síntese, diante dos impactos positivos observados, a pesquisa demonstrou-se justificável, viável e socialmente relevante. Para sua realização, foram definidos o objetivo geral e os específicos, delimitada a problemática central, formuladas as hipóteses e estabelecidos os procedimentos metodológicos que nortearam a investigação.

A presente pesquisa tem o propósito compreender o papel institucional da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes e sua relevância, enquanto lugar de referência para as expressões de Cultura, suporte ao Patrimônio e espaço de construção de Memória na Cidade de Paula Cândido, Minas Gerais.

Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma investigação que considerou a trajetória e as atividades desenvolvidas pela instituição, com respaldo em fontes documentais e orais. Buscou-se analisar a percepção de gestores municipais, servidores e conselheiros de cultura e turismo sobre a atuação e o papel institucional da Casa da Cultura, na implementação das políticas culturais e na salvaguarda do patrimônio local. Também foram explorados os valores simbólico, histórico, sociopolítico e religioso atribuídos à instituição, identificando como esses elementos contribuem para sua consolidação como espaço memórias sociais e patrimônio cultural.

O ponto de partida desta reflexão foi a constatação de lacunas significativas na valorização da história local e na efetiva implementação de políticas culturais no município de Paula Cândido. Conforme destacam Vieira e Dias (2021), a ausência de um trabalho contínuo nesse campo, compromete a construção identitária . sobretudo entre os estudantes – e fragiliza os vínculos comunitários com o patrimônio cultural. Nessa perspectiva, a Casa da Cultura pode desempenhar papel estratégico como mediadora entre memória e patrimônio, desde que seu valor institucional seja reconhecido e incorporado efetivamente às políticas públicas locais.

Ainda que haja um avanço recente nas ações voltadas à patrimonialização, observa-se que até a década de 1990, predominavam iniciativas pontuais, frequentemente conduzidas por indivíduos ou grupos isolados, cabia majoritariamente às escolas a tarefa de promover a educação patrimonial, geralmente por meio de disciplinas como Educação Artística, História e Geografia, embora com recursos restritos, como livros didáticos e abordagem muitas vezes simplificada, o que limitava uma compreensão crítica da temática.

Esse cenário destaca a importância de refletir sobre os impactos educativos e culturais associados à Casa da Cultura. Os estudantes que frequentam a instituição ocupam um papel essencial como elo entre a memória coletiva e os processos de preservação patrimonial. Ao internalizar e compartilhar esses valores com o grupo familiar e com as novas gerações, contribuem ativamente para a valorização da identidade local e para a continuidade das tradições culturais.

Diante de um campo atravessado por disputas de representação, em que diferentes versões de uma mesma história local coexistem e são compartilhadas sob distintos pontos de vistas – ou como aponta Smith (2019), a partir da ótica do “lugar de onde se fala.” Assim, como destacam Vieira e Dias (2021, p. 295), manter o senso crítico diante das múltiplas narrativas é um desafio. Contudo, ao enfrentá-lo criam-se instrumentos analíticos fundamentais para o desenvolvimento de investigações que buscam interpretar as relações entre memória, cultura e patrimônio.

Com base nessa premissa, buscou-se compreender: como os gestores paulacandidenses, os funcionários da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes e os conselheiros de Política Cultural percebem o papel institucional da Fundação? Como se dá a implementação das políticas culturais no município? De que forma o patrimônio é gerido em Paula Cândido? Como ocorreu a criação da Casa da Cultura e a constituição do seu acervo? Qual é a compreensão dos atores envolvidos sobre o papel da instituição enquanto espaço de memória? Que memórias se pretende preservar por meio da Casa da Cultura?

A partir das narrativas construídas ao longo da pesquisa, partiu-se da hipótese de que a Casa da Cultura exerce um papel central na construção e conservação do patrimônio cultural, na preservação da memória coletiva e na formação da identidade local, além de colaborar para a ressignificação da história da cidade.

A sustentação teórica desta investigação apoia-se em um conjunto de referências e autores que abordam, sob diferentes perspectivas, a complexa temática de cultura, memória e patrimônio, articulando esse referencial com fontes documentais e com os relatos dos sujeitos envolvidos no contexto da instituição.

Para subsidiar a investigação e estruturar empiricamente a pesquisa, o percurso metodológico envolveu um levantamento sistemático de dados documentais e orais, com consulta a fontes diversas, como fotografias, atas, certidões, legislações, relatórios, editais, produções acadêmico-científicas, páginas institucionais e redes sociais. Também foram realizadas visitas *in loco* e entrevistas. Esse conjunto de materiais compuseram a base para análise e fundamentaram as reflexões desenvolvidas ao longo dos capítulos.

Para alcançar os objetivos propostos, responder às questões de pesquisa e testar as hipóteses formuladas, adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e explicativo, com ênfase na metodologia da história oral. As entrevistas, conduzidas com auxílio roteiro, permitiram o acesso a diferentes percepções, experiências e significados atribuídos à Casa da Cultura Padre Antônio Mendes expressas por aqueles que vivenciaram, construíram ou atuaram, e ainda atuam, institucionalmente, em torno dela.

De acordo com Thompson (1992) as entrevistas ampliam a capacidade de interpretação de documentos escritos e registros fotográficos, revelando aspectos subjetivos muitas vezes ausentes ou implícitos em outras fontes. Nesse mesmo sentido, Almeida (2012) destaca que a história oral, mediada por entrevistas, baseia-se nas memórias individuais de sujeitos inseridos em um cenário multi relacional, permitindo representar a memória coletiva e a cultura.

A escolha dessa abordagem foi motivada pela constatação de que, em Paula Cândido, é comum ouvir narrativas, "causos" e relatos de personagens locais que rememoram fatos históricos, experiências (inter)pessoais e trajetórias culturais e políticas, nem sempre registradas por escrito. Muitos indivíduos e grupos da comunidade atribuem valor simbólico, histórico, artístico e afetivo a bens materiais e saberes tradicionais, que constituem expressões legítimas de patrimônio cultural.

Nesse contexto cabe ao pesquisador criar espaço para a escuta, valorizando a oralidade como forma de expressão legítima das memórias e percepções dos diferentes atores. Porém, é importante reconhecer que as memórias são multifacetadas, pois cada sujeito ou grupo mobiliza suas próprias experiências e interpretações, o que pode gerar divergências e diferentes versões do mesmo acontecimento.

Dessa forma, adotou-se a história oral como abordagem metodológica, em razão de seu potencial para captar percepções e experiências individuais e coletivas dos sujeitos que estiveram ou estão direta ou indiretamente "envolvidos" com a Casa da Cultura Padre Antônio Mendes. As entrevistas permitiram desvelar sentidos atribuídos à instituição ao longo do tempo, além de oferecer indícios das conjunturas sociopolíticas, religiosas e culturais que a atravessam. Com isso, buscou-se compreender criticamente sua trajetória e seu papel institucional enquanto espaço de cultura, memória e referência identitária.

Para a construção dos dados baseados nas fontes orais, foram elaborados roteiros de entrevistas semiestruturadas (Apêndice 1), ajustados conforme os grupos estabelecidos a partir do recorte temporal da pesquisa, que contempla as duas fases distintas da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes. Os grupos foram assim categorizados:

- ✓ G1F1- Gestores Municipais da fase 1;

- ✓ G2F1- Funcionários e membros da diretoria da Casa da Cultura e Secretários de Educação e Cultura da fase 1;
- ✓ G1F2 - Gestores Municipais da fase 2;
- ✓ G2F2 - Funcionários da Casa da Cultura, membros dos Conselhos Municipal de Patrimônio Cultural (COMPAC), de Política Cultural (CMPC) e de Turismo (COMTUR) e Secretários de Cultura e Turismo da fase 2.

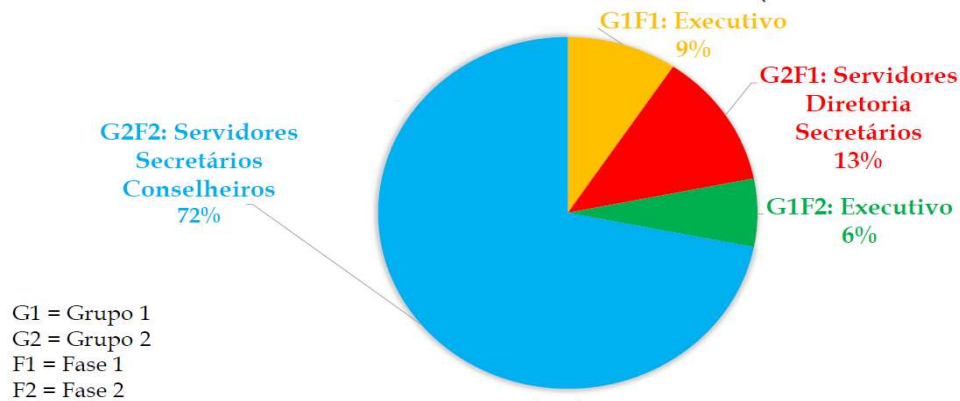
O objetivo principal dos roteiros das entrevistas foi explorar as diferentes percepções e experiências dos participantes em relação à criação, atuação, interrupção e retomada das atividades culturais e da própria instituição, suas funções simbólicas, culturais e educativas, além dos processos de patrimonialização e gestão pública da cultura no município.

Após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFV), conforme parecer consubstanciados nº 6.989.158, de 07 de agosto de 2024, as entrevistas foram realizadas nos meses de setembro e outubro do mesmo ano. Como etapa preliminar, foi conduzida uma entrevista piloto com intuito de avaliar a clareza e testar a eficácia do roteiro pré-estabelecido.

Ao todo foram entrevistados 32 (trinta e dois) participantes, selecionados entre os grupos definidos anteriormente. Para a escolha dos representantes dos conselhos municipais, utilizou-se uma listagem estruturada a partir das portarias de nomeações fornecidas pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. Os convites para participação foram realizados presencialmente, por telefone e/ou por meio de redes sociais, respeitando-se os princípios éticos preconizados.

Quanto ao perfil dos participantes, destaca-se que sua seleção considerou trajetórias vinculadas às duas fases da Casa da Cultura. A diversidade de funções e experiências profissionais buscou garantir representatividade e amplitude na coleta de dados, permitindo a construção de uma narrativa crítica e abrangente. Tomando como referência essa composição, o gráfico a seguir (Figura 1) apresenta a distribuição dos atores mobilizados nas entrevistas, conforme as duas fases distintas da instituição:

Figura 1 – Distribuição dos participantes da pesquisa segundo vinculação com as fases da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

A partir da análise dos dados apresentados no gráfico, observa-se que os grupos entrevistados foram organizados conforme categorização anterior, considerando sua atuação nas duas fases da Casa da Cultura. Os grupos G1F1 e G2F1, que atuaram na primeira fase (1993–2001), totalizaram 22% dos participantes. A representatividade limitada desses grupos pode ser atribuída à passagem do tempo, a dificuldades de contato e ao adoecimento ou falecimento de alguns potenciais entrevistados. Ainda assim, os depoimentos deste grupo forneceram subsídios fundamentais para compreensão da trajetória e das dinâmicas simbólicas daquele período.

Por sua vez, os grupos G1F2 e G2F2, que correspondem à segunda fase da instituição (2010–2024), compõem 78% dos participantes. Essa predominância evidencia que as narrativas relacionadas à vivência mais recente das ações da Casa da Cultura foram favorecidas pela maior facilidade de acesso aos sujeitos, haja vista a proximidade temporal. Essa representatividade reforça a relevância institucional da Casa e evidencia seu processo de reconstrução e reafirmação frente às rupturas ocorridas na fase anterior.

A composição dos participantes reflete uma diversidade de perspectivas e memórias que se inter cruzam e se tensionam. As diferentes vozes ouvidas nessa pesquisa revelam sentidos múltiplos atribuídos à Casa da Cultura, permitindo apreender os processos de ruptura e reconstrução que marcaram sua trajetória. Tais narrativas também ajudam a compreender os desafios enfrentados para sua consolidação enquanto espaço de memória, cultura e identidade local.

Os dados obtidos evidenciaram que o reconhecimento da instituição não ocorre de forma homogênea. Ao contrário, ele é atravessado por experiências subjetivas diferenciadas, afetividades diversas e constantes negociações. A Casa emerge, assim, como um espaço plural

e dinâmico, marcado por múltiplas memórias e esquecimentos seletivos que moldam o tecido simbólico de Paula Cândido.

A dualidade entre as fases analisadas ultrapassa a renovação física institucional. Ela também expressa transformações nas representações sociais e nas funções atribuídas ao espaço cultural, frequentemente atravessadas por diferentes interpretações, disputas por legitimidade e processos de inclusão e exclusão de determinados grupos e narrativas.

A análise dos grupos participantes e de seus percursos indica que a memória e as disputas institucionais da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes é marcada por tensões representacionais. A heterogeneidade dos depoimentos revela diferentes formas de perceber e utilizar o espaço ao longo do tempo, evidenciando as complexas relações entre políticas públicas, dinâmicas sociais e disputas pelo reconhecimento de memórias e patrimônios culturais locais.

No decorrer da realização das entrevistas, diversos desafios foram enfrentados exigindo resiliência e adaptação. Entre os principais entraves destacam-se, falhas técnicas como erro de gravação e as recorrentes idas e vindas em busca dos participantes, muitos dos quais, inicialmente, demonstravam resistência em colaborar. Além disso, algumas entrevistas foram inviabilizadas por falecimentos, adoecimentos – incluindo dois casos de Alzheimer, condição neurodegenerativa que compromete gravemente a memória –, além de mudanças de endereço que impossibilitaram a localização certos sujeitos.

Outro fator que dificultou o andamento da pesquisa foi o ambiente político local, especificamente no período pré e pós-eleitoral. Em um contexto marcado por disputas partidárias acirradas, era comum a desconfiança e a inquietação dos interlocutores, expressas por perguntas do tipo “*Você está trabalhando para quem?*” ou “*Isso é a respeito de política?*” Em alguns casos, essas abordagens resultaram em recusas explícitas: “*Não me sinto confortável para conceder a entrevista*” ou “*Depois da eleição você me procura*” – sendo que, em alguns desses casos, o “depois” nunca se concretizou.

Esses obstáculos prolongaram o tempo necessário para conclusão das entrevistas. Ainda assim, o saldo final foi amplamente positivo. Esta etapa revelou-se um verdadeiro exercício de persistência, determinação, comprometimento e escuta ativa. Além disso, proporcionou momentos significativos de troca, aprendizado e reflexão, possibilitando o compartilhamento de experiências pessoais, saberes locais e vivências acadêmicas. Como resultado das interações consolidou-se uma rede de contatos e conhecimentos que, para além desta pesquisa, poderá fortalecer futuras investigações e os vínculos com a comunidade de Paula Cândido.

Retomando o relato metodológico, após o contato preliminar com o participante, no qual

explicou-se os objetivos e a proposta da pesquisa, agendava-se a entrevista e definia-se o local para sua realização. No momento do encontro, os participantes recebiam informações complementares, liam e assinavam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e autorizavam a gravação, garantindo a fidedignidade e integridade das informações.

Todas as entrevistas foram integralmente transcritas para posterior análise e os dados coletados foram organizados conforme a temática, agrupando-se as questões dos roteiros de entrevista por similaridade. A interpretação seguiu o método de análise conteúdo, entendido como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (Bardin, 2006, p. 38).

As informações foram descritas e discutidas criticamente, ao longo dos capítulos, à luz do referencial teórico pertinente, com objetivo de atender às metas do estudo e de validar ou refutar seus pressupostos. Por fim, os dados foram armazenados sob responsabilidade da pesquisadora, em conformidade com os termos de sigilo e confidencialidade assinados.

Salienta-se que, além da introdução, bibliografia, apêndices e anexos, a dissertação foi organizada em quatro capítulos, cada qual com um enfoque específico:

No primeiro capítulo, intitulado “**Entre Memória, Cultura e Patrimônio: Contexto Municipal e Teórico**”, apresenta-se a cidade de Paula Cândido em seus aspectos históricos, sociopolíticos, culturais e educacional, com destaque à trajetória do padre Antônio Mendes e às condições que possibilitaram a criação da Casa da Cultura. Busca-se, com isso, compreender os processos e transformações que marcaram a formação institucional do município e os vínculos entre o campo político, a sociedade e as ações culturais.

Em um segundo momento, desenvolve-se a base teórica, discutindo conceitos-chaves da pesquisa de Memória, Cultura e Patrimônio, articulando-os às expressões culturais locais e aos processos de construção identitária. Abordam-se também manifestações culturais de matriz afro-brasileira, com destaque para os rituais e práticas simbólicas ligadas à religiosidade, em diálogo com a trajetória da Casa da Cultura. Ao estabelecer relação entre os fundamentos teóricos e a realidade empírica estudada, visa-se compreender a instituição enquanto lugar de memória, expressão identitária e salvaguarda do patrimônio cultural da cidade.

O segundo capítulo intitulado “**Trajетória de um Lugar de Memória e Cultura: Fase Inicial da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes**” analisa o contexto de criação da instituição, destacando os fatores políticos, sociais e culturais que motivaram seu surgimento e sua posterior destituição. Examina-se sua trajetória inicial (1993-2001), considerando a percepção dos diferentes atores envolvidos e evidenciam-se os sentidos que lhes foram atribuídos nesse período, bem como os desafios enfrentados.

Já o terceiro capítulo intitulado “**Memórias em Movimento: Reconstrução Institucional e Continuidade Cultural**”, analisa criticamente o renascimento e a continuidade da Casa da Cultura, em um novo contexto, nove anos após o fechamento da primeira e a demolição do imóvel que a abrigava. Examina-se a atuação da instituição a partir de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, bem como as representações simbólicas e identitárias locais.

Adicionalmente, discute-se sua relevância na salvaguarda e valorização de expressões culturais enraizadas no município, como a Festa de Nossa Senhora do Rosário e o Congado, reforçando as conexões com a memória e a ancestralidade afro-brasileira.

O último capítulo aborda o produto técnico de intervenção social resultante da pesquisa, intitulado “**Proposta de Elaboração da Home Page da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo: Conectando a Casa da Cultura Padre Antônio Mendes às Memórias, Cultura e Patrimônio de Paula Cândido**”.

Nele propõe-se a criação da plataforma digital gratuita, a ser hospedada no site oficial da prefeitura e vinculada à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, com o objetivo de ampliar o acesso à informação, valorizar as memórias coletivas e as múltiplas identidades locais, além de promover a democratização cultural e a transparência das ações.

A página terá como ênfase a Casa da Cultura, destacando seu acervo físico e digital, e a criação de um espaço virtual que conecte a comunidade à instituição. A proposta detalha as reformulações, a estrutura sugerida para o site e os benefícios esperados com sua implementação.

Constata-se, ainda que, a instituição transcende a função de guarda de objetos e documentos, configurando-se como um ambiente dinâmico de ativação da memória social, de construção de pertencimentos e tensionamento dos silenciamentos históricos. Por fim, são apresentadas as contribuições do estudo para os campos acadêmicos, para a própria instituição, para a cidade de Paula Cândido e para o debate ampliado sobre patrimônio cultural e memória.

CAPÍTULO I – ENTRE MEMÓRIA, CULTURA E PATRIMÔNIO: CONTEXTO MUNICIPAL E TEÓRICO

Este capítulo tem por objetivo contextualizar a pesquisa a partir de dois eixos complementares: o sócio-histórico e o conceitual. No primeiro momento, será apresentado um cenário da formação política, educacional, cultural e institucional do município de Paula Cândido – MG, com ênfase nos eventos, processos e transformações que contribuíram para o surgimento da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, protagonista central desta investigação. Ao explorar as dinâmicas locais, busca-se compreender as condições sociais, materiais e simbólicas que motivaram a criação da instituição, bem como sua relevância para os diversos atores envolvidos em sua trajetória.

Na segunda parte do capítulo, será desenvolvido o escopo teórico da pesquisa, por meio da discussão crítica dos conceitos de Memória, Cultura e Patrimônio, articulando-os a processos de construção identitária, reconhecimento e valorização das expressões culturais locais. Além disso, considerando a importância da religiosidade na dinâmica cultural do município, também serão abordados aspectos teóricos que tratam das manifestações culturais de matriz afro-brasileira, com especial atenção aos rituais e práticas simbólicas que dialogam com a trajetória da instituição investigada.

Mediante o exposto, pretende-se estabelecer conexões entre os fundamentos teóricos e as realidades empíricas analisadas, refletindo criticamente sobre a Casa da Cultura enquanto espaço de memória, representação simbólica e salvaguarda do patrimônio cultural da cidade. Ao articular as perspectivas históricas e conceituais, visa-se conferir robustez à análise e evidenciar a complexidade das disputas e significações em torno dessa instituição.

1.1 O Lugar: Ecos e Transformações em Paula Cândido

A presente pesquisa não se propõe a aprofundar os aspectos históricos da formação do território brasileiro tampouco da constituição administrativa dos municípios. Entretanto, para compreender a trajetória da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, torna-se essencial apresentar, ainda que de forma sintética, a contextualização sócio-histórica, política e cultural de Paula Cândido (MG), cidade onde se localiza a instituição objeto deste estudo.

Situado na Zona da Mata mineira, o município de Paula Cândido integra a microrregião de Viçosa e está localizado a aproximadamente 254 km da capital, Belo Horizonte. Com uma área de 268,321 Km² e uma população estimada em 8.659 habitantes, conforme dados do IBGE

(2022), seu território é composto por áreas urbanas, rurais e o distrito de Airões (Anexos 1 e 2).

Classificado como município de pequeno porte, Paula Cândido apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,667, evidenciando desafios históricos e estruturais no acesso a políticas públicas de qualidade, especialmente nas áreas de educação, cultura e infraestrutura. A dinâmica histórica e social do município expressa as contradições típicas de cidades interioranas brasileiras, nas quais a memória coletiva é continuamente (re)construída em meio a processos de silenciamentos, resistências e disputas simbólicas e políticas que moldam a identidade local.

A história municipal, tal como ocorre em diversas cidades da Zona da Mata mineira, é marcada por uma rica diversidade cultural e pela preservação de expressões tradicionais e bens patrimoniais. Essa trajetória foi profundamente influenciada pela lógica de ocupação das sesmarias, inseridas em interesses econômicos e dinâmicas do poder colonial. Com o tempo, esses elementos moldaram o perfil social e simbólico da cidade, favorecendo o surgimento e a consolidação de instituições culturais, como a Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, foco central desta investigação.

Para Pompeu (2003) e Vieira (2020), a partir do século XVIII, o governo de Minas Gerais incentivou a concessão de sesmarias, impulsionando o deslocamento de bandeirantes pela região do rio Xopotó em busca de metais preciosos. Esse processo foi marcado pelas doações de terra e pelo fortalecimento de elites agrárias e religiosas, destacam-se personagens como o padre Martinho Pires Farinho e José Gomes Barroso, que passaram a exercer grande influência sobre a configuração simbólica da região.

Salienta-se que, a José Gomes Barroso foi atribuída a fundação do povoado São José do Barroso – núcleo originário do atual município de Paula Cândido. Posteriormente, João Gomes Barroso, seu descendente direto, doou terras ao patrimônio da Igreja, onde deveria ser construída uma capela dedicada a São José Operário, reiterando a histórica inter-relação entre posse de terra, religiosidade e poder simbólico na formação do território local.

Isso evidencia como a memória da família Barroso³ e suas origens, vinculadas a um solar português, impactaram a formação da identidade local. A escolha do nome do arraial reflete a tradição da nobreza europeia e reforça a ideia de continuidade histórica, prestígio e herança familiar evocada pelo fundador. Além disso, os elementos religiosos desempenharam um papel central na ocupação territorial e na construção do sentimento de pertencimento

³ O sobrenome “Barroso” está associado à província de Trás-os-Montes onde havia uma torre, o solar da família do fidalgo Dom Egas Gomes Barroso que esteve a serviço dos reis de Portugal (Pompeu, 2003. p. 35).

coletivo. A imagem sacra de São José de Botas⁴, doada pela família e atualmente preservada na casa paroquial da cidade, representa uma referência cultural e histórica significativa para a comunidade.

Narrativas envolvendo santos extrapolam a esfera religiosa, perpassando conjunturas socioculturais e políticas de cada época. Assim, a hagiografia⁵ permite compreender com mais clareza os discursos atribuídos a essas figuras, habitualmente associadas à fé, ao poder simbólico e à cultura. Esses discursos moldam identidades coletivas e contribuem para a (re) significação das memórias sociais, das expressões culturais e da salvaguarda de bens de origem religiosa. Como destaca Certeau (2022), a vida do santo está intrinsecamente ligada à composição de lugares simbólicos – perspectiva que ressalta o dinamismo da relação entre os indivíduos e o espaço, onde os significados e símbolos são constantemente revistos e reinterpretados.

No caso da imagem de São José de Botas, problematiza-se o controle exercido pela Igreja sobre os símbolos do sagrado. Ao guardá-la como medida de proteção contra depredações ou furtos, a instituição assume a responsabilidade de salvaguarda. Porém, ao trancá-la em um armário e torná-la inacessível à população, restringe-se a possibilidade de identificação coletiva e comprometem-se os vínculos afetivos com a história local. Implícito nesse gesto está o conflito entre preservação institucional e partilha social da memória. Trata-se de uma disputa pela atribuição de sentidos, em que agentes decidem o que deve ser lembrado, contribuindo para o silenciamento de um dos marcos fundadores do município.

Diante disso, cabe questionar: Seria o caso de rememorar essa parte da história de Paula Cândido e incorporá-la, de forma contextualizada, ao acervo da nova Casa da Cultura? A atual invisibilidade da imagem de São José de Botas representa mais do que uma perda patrimonial: ela revela um indício da ruptura com referências históricas e religiosas fundadoras do município, configurando uma lacuna tanto documental quanto representativa. Esse vazio revela mais do que a ausência, é sintoma de um processo mais amplo de patrimonialização seletiva, onde valoriza-se algumas memórias em detrimento de outras que são relegadas ao esquecimento.

⁴ A devoção a São José de Botas, difundida em Minas Gerais, originou-se na região de Minho-Douro, Portugal. As botas usadas pelo santo remetem aos borzeguins (tipo de calçados de couro amarrados por cadarços) comuns na região do Minho à época (Alves, 2010). “O santo é protetor dos bandeirantes, eles levavam a imagem na proa do barco, como proteção dos perigos do rio e de ataques indígenas”(Museu de Arte Sacra de Mato Grosso, 2005).

⁵ Etimologia: termos gregos ‘*hagio*’ quer dizer ‘santo’ e/ou ‘sagrado’, e *grafia* que se refere àquilo que foi escrito, ou seja, *escrito santo* ou *escritura sagrada*. Também se refere à ciência vida do santo (Miatello, 2009).

Há que se se considerar, porém que, a simples inserção física da imagem sacra no acervo da Casa da Cultura não assegura, por si só, sua valorização simbólica. Diante disso, cabe refletir: a instituição estaria preparada, de fato, para acolher esse objeto e integrá-lo criticamente à narrativa da memória coletiva local? Ela dispõe, de fato, de uma política de memória capaz de articular esse bem com perspectivas intergeracionais, religiosas e culturais de forma dialógica e contextualizada?

Essas inquietações são necessárias para se repensar o papel da Casa da Cultura enquanto espaço de produção de significados, sensível à pluralidade de memórias que se cruzam, disputam e coexistem. Sem esse comprometimento, arrisca-se a reproduzir uma lógica de apropriação formalizada, porém desvinculada de sentido – prática que, ainda que institucionalizada, reproduziria o mesmo silenciamento anterior. Como alertam Chuva (2017) e Fabre (2021), o desafio das políticas patrimoniais vai além da preservação material: trata-se de construir sentidos, o que requer escuta, diálogo e vínculos afetivos com a diversidade sociocultural, que perpassam a memória coletiva.

Segundo Choay (2017) e Fabre (2021), o patrimônio pode ser politicamente instrumentalizado, promovendo certas memórias enquanto silencia outras, de acordo com interesses hegemônicos. Nesse sentido, a não exposição da imagem em espaço institucional de representação cultural evidencia uma política de esquecimento que atravessa os campos religioso e patrimonial. A exclusão de elementos ligados à antiga igreja revela um uso estratégico – ainda que muitas vezes inconsciente – da memória, redefinindo o que se legitima como herança e reafirmando o caráter conflituoso e negociado da construção do patrimônio cultural.

Para além da sacralização territorial, Vieira (2020), a partir de Spix e Martius (1938: 61-67), destaca a presença da etnia indígena Puri-Coroado na constituição do povoado. Os modos de vida, a organização social e as formas de resistência desse grupo à ocupação colonial foram silenciadas pelas narrativas dominantes. Esse processo de apagamento de sujeitos históricos subalternizados permanece visível até os dias atuais. A memória dessa população segue marginalizada nos registros oficiais do município e encontra-se ausente, por exemplo, no acervo da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes.

Esse silenciamento como parte de um processo desigual da história, no qual determinados grupos são excluídos dos registros oficiais é analisado por Trouillot (2024). O caso da população indígena em Paula Cândido constitui um exemplo concreto desse processo de invisibilização da memória coletiva, o que reforça a urgência de uma problematização crítica das narrativas instituídas e dos próprios lugares de memória formalizados.

A marginalização da memória indígena também está inserida na história marcada por disputas de poder e reconfigurações territoriais. Em termos da trajetória administrativa e institucional, o povoado passou por diversas jurisdições – incluindo Mariana, Santa Rita do Turvo (atual Viçosa), São Januário de Ubá e São Batista do Presídio (atual Visconde do Rio Branco) – até ser emancipado em 1953. Esse percurso revela um cenário de disputas pelo controle político e territorial na região.

Na conjuntura da emancipação político-administrativa, Pompeu (2003: p. 32-36) destaca uma narrativa com expressivas dimensões representativas, marcada pela atuação estratégica do pároco local. Responsável pelo recenseamento no período de 1948 a 1953, o Padre Licínio utilizou os registros paroquiais de batismos e óbitos para atingir o número mínimo de habitantes exigido por lei para a criação do município. Esse subterfúgio não apenas ressignificou a contagem populacional, como evidenciou os limites entre a legalidade e legitimidade institucional nos processos de criação municipal.

A adoção de práticas locais que visam contornar exigências legais e critérios oficiais representa uma estratégia cultural tipicamente brasileira. Conforme aponta DaMatta (2018), o “jeitinho” retrata uma forma de flexibilizar normas, nas quais as relações interpessoais, a astúcia e a criatividade se sobrepõem à rigidez das estruturas burocráticas.

Outro apontamento significativo refere-se à mudança de nome de “São José do Barroso” – ou simplesmente “Barroso” – para “Paula Cândido”. A denominação inicial carregava vínculos afetivos e históricos, associados às origens do povoado e à memória coletiva local. Já o nome atual homenageia um personagem de projeção internacional, mas alheio ao cotidiano da comunidade local – médico da família imperial Francisco Gomes de Paula Cândido⁶. Essa mudança de nome provocou sentimentos de ruptura identitária e descontinuidade histórica, como revelado na seguinte declaração de um dos entrevistados:

⁶ Nascido na Fazenda do Macuco – localidade incorporada à área rural de São José do Barroso em 1841 – se destacou no Brasil e na França com a publicação de vários trabalhos na área da medicina, o que lhe rendeu premiações e a nomeação de D. Pedro II para atuar como médico, professor e conselheiro do Império (Pompeu, 2003).

“[...] tem umas coisas que... que soam de forma estranha... eu sou nascido em Tocantins... chamou São José das Prateleiras, porque lá tinha uma tribo indígena dos índios Tocantins que habitavam no entorno do rio Paraopeba... Aqui deu-se o inverso... como a família que doou os terrenos pra paróquia de São José, foi a família Barroso, ficou São José do Barroso... Quando foi emancipar o município eles suprimiram São José do Barroso e botaram Paula Cândido em homenagem a uma pessoa que, supostamente nasceu em terras que hoje pertencem ao município e foi criado no Rio de Janeiro, estudou na Europa e, segundo consta, voltou e foi médico da família imperial, ou seja, uma pessoa que nunca conheceu a cidade a qual deu nome. Eh, ficou uma coisa meio fora do padrão... desvinculou completamente. Então, do meu ponto de vista, isso prejudicou muito o município. Porque tirou o município do contexto.” (Participante 04 - G1F1: 2024, p. 10).

A narrativa do participante evidencia a dicotomia entre a história oficial e as experiências vividas, convergindo com as reflexões de Nora (1993) sobre os “lugares de memória”. Para o autor, a apropriação e manipulação de espaços simbólicos por discursos historicamente consolidados podem provocar conflitos na construção do pertencimento coletivo, ao silenciar outras memórias e construções identitárias locais.

Observa-se que elementos do passado e do presente se articulam com as mudanças político-administrativas vividas pelo município ao longo do tempo. As diferentes decisões de líderes políticos, a definição de comarcas e a trajetória de reestruturação das instituições educacionais revelam um processo dinâmico de organização voltado à consolidação da autonomia local. Nesse percurso, Pompeu (2003) destaca a relevância do sistema educacional, que, embora, inicialmente excludente – com escolas distintas para meninos e meninas – passou por uma ampliação gradual, com a fundação de escolas mistas e a expansão do ensino secundário.

Nesse aspecto, sobressai a atuação de Padre Antônio Mendes, cuja participação estratégica articulou educação, cultura e cidadania. Além das funções sacerdotais, ele envolveu-se em causas intelectuais e político-sociais, fundando escolas, incentivando a formação docente e promovendo acesso ao ensino superior – ações que lhe conferiram notoriedade na região. À luz de Freire (2021), tal atuação aproxima-se da figura do educador transformador, ao integrar saberes escolares e comunitários em prol da emancipação social. Entretanto, reconhece-se que suas ações se inseriam em um contexto marcado por hierarquia e influência, próprias da época.

Observar Paula Cândido na sua conjuntura atual, marcada por uma paisagem tipicamente interiorana e economia baseada na produção rural e em pequenos comércios, suscita reflexões sobre sua trajetória e as transformações socioculturais vivenciadas ao longo do tempo. Apesar de suas características e de seu perfil econômico modesto, o município apresenta um repertório cultural significativo, muitas vezes invisibilizado pelas limitações estruturais e institucionais.

Esse processo de mudanças afetou diretamente os usos sociais e emblemáticos da Casa da Cultura, tema que será explorado ao longo dessa dissertação. A população local, cuja história está fortemente atrelada à religiosidade, à memória da escravidão e às manifestações culturais como o Congado e a Festa do Rosário, testemunha o processo de ressignificação de narrativas e símbolos. A distância geracional e a desigualdade social agravaram essas percepções sobre a instituição cultural, provocando certo distanciamento de parte da população – especialmente dos jovens e moradores de áreas periféricas.

Como analisa Vieira (2020), a cidade conserva várias camadas históricas, associadas a imigrantes, indígenas, pretos, pardos, pessoas escravizadas, quilombolas e brancos provenientes tanto da elite quanto das classes subalternizadas. Essas presenças, majoritariamente silenciadas nos registros oficiais, emergem por meio da oralidade e de raros documentos, como assentamentos de compra e venda de pessoas escravizadas, atas de batismo e sepultamentos, nos quais é possível identificar, mesmo que de forma fragmentada, nomes e prováveis origens. Essa fragmentação reforça indícios de apagamento histórico e ressalta disputas em torno da legitimação da memória.

Como moradora do município e ex-funcionária da antiga Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, nota-se que tais lacunas são visíveis tanto nos arquivos e acervos institucionais quanto nas práticas cotidianas de reconhecimento e valorização da história local. Essa vivência contribui para uma leitura mais sensível das ausências e dos silenciamentos, que ainda marcam as políticas de preservação e as representações do patrimônio cultural em Paula Cândido. Adotar essa perspectiva não compromete a neutralidade da pesquisa, mas reforça o compromisso ético com uma abordagem crítica e situada, que busca dar visibilidade às vozes historicamente marginalizadas.

Compreender a inserção da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes no cenário de transformações locais exige atenção às formas de resistência, à diversidade cultural e às práticas comunitárias que persistem, mesmo diante da escassez de políticas públicas efetivas e da centralidade da religiosidade católica. A partir da escuta de memórias e da observação da atuação institucional, torna-se possível problematizar silenciamentos, questionar ausências e contribuir para a ressignificação da história municipal, ressaltando processos de resistência e reafirmação identitária em meio à complexa trama ideológica e sociopolítica.

Assim, a Casa da Cultura configura-se como um “lugar de memória” constantemente atravessado por disputas simbólicas, onde o passado é continuamente reconfigurado a partir das demandas e tensões do presente. Uma análise crítica das relações entre os diversos atores sociais permite compreender, com mais profundidade, como as memórias individuais e coletivas são

selecionadas, tensionadas e ressignificadas em meio a projetos identitários diversos que moldam a comunidade.

A leitura do contexto sócio-histórico, político e cultural de Paula Cândido, ainda que de forma sucinta, revela a complexidade das tramas culturais, educacionais e religiosas. A atuação de Padre Antônio Mendes (que será abordada oportunamente), embora relevante, deve ser compreendida como parte de uma rede mais ampla de resistências, silenciamentos e práticas comunitárias. Diante disso, torna-se imprescindível apresentar os referenciais teóricos que sustentarão esta pesquisa, especialmente no que tange às disputas simbólicas, à construção da memória e ao patrimônio cultural como campo de poder – elementos centrais para a análise da Casa da Cultura como um espaço de mediação e produção cultural.

1.2 Abordagem Teórica Crítica: Cultura, Memória, Patrimônio e Religiosidade

O arcabouço teórico desta pesquisa propõe um diálogo crítico com diferentes abordagens, dada a complexidade e a historicidade dos conceitos de memória, cultura e patrimônio. Essas noções, longe de serem neutras, são construídas socialmente e tensionadas por disputas simbólicas, políticas e ideológicas. Desde a era medieval até os dias atuais, em países como França, Itália, Inglaterra, Estados Unidos e Brasil, os processos de patrimonialização têm refletido interesses diversos, moldados por contextos sócio-históricos e interesses políticos, culturais e religiosos. No Brasil, tais tensões se manifestam nas políticas públicas e nas práticas comunitárias, como se evidencia na trajetória da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes.

A historiografia e os diversos campos das ciências humanas, como a arquitetura, a antropologia, a sociologia, a museologia, a história e a gestão cultural, têm contribuído significativamente para a construção dos conceitos de memória, cultura e patrimônio. Esses estudos problematizam os processos de institucionalização da memória, os mecanismos de exclusão simbólica e os critérios seletivos que determinam o reconhecimento de determinados bens e manifestações culturais como patrimônio.

Mediante o exposto, e sem pretensão de esgotar a temática, esta pesquisa busca uma reflexão crítica sobre a Casa da Cultura como um espaço de produção, preservação e disputa da memória, com ênfase na valorização de expressões culturais historicamente marginalizadas. Visa-se contribuir para estudos já existentes, estimular novas investigações e aprofundar os sentidos atribuídos à cultura e ao patrimônio em contextos de cidades de pequeno porte. Para isso, adota-se um referencial teórico plural e articulado, capaz de tensionar discursos

hegemônicos, reconhecer práticas comunitárias e romper com visões estáticas e elitistas sobre o que deve ou não ser lembrado.

As reflexões em torno da patrimonialização atravessam diferentes momentos históricos, marcados por disputas de poder, conflitos simbólicos e ações institucionais que normatizam o que deve, ou não, ser preservado. No Brasil, destacam-se a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), posteriormente transformado em Instituto (IPHAN), em sua fase “moderna”; a estruturação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a implantação de órgãos estaduais e conselhos municipais de cultura e patrimônio. Essas iniciativas contribuíram para a ampliação do conceito de patrimônio, indo além da materialidade e incorporando saberes, fazeres, práticas e expressões culturais dos diferentes grupos sociais.

Esse alargamento conceitual rompe com paradigmas patrimonialistas tradicionais, historicamente centrados na valorização da monumentalidade e das obras artísticas consideradas “notáveis”, quase sempre vinculada às elites culturais e políticas. Ao deslocar o foco do patrimônio com algo fixo e institucionalizado para vivências e memórias coletivamente compartilhadas, consolida-se uma concepção mais dinâmica, plural e democrática, fortemente relacionada às identidades locais e aos vínculos afetivos que os sujeitos estabelecem com os bens culturais.

Considerando uma leitura ampliada e sensível do patrimônio, Fonseca (2017) o compreende como um contexto representativo que inclui saberes, vivências, narrativas e memórias que conferem sentido à vida social. Nesse processo, as relações entre passado e presente são constantemente negociadas, evidenciando disputas por reconhecimento, pertencimento e visibilidade cultural. Tal perspectiva é fundamental para compreender a Casa da Cultura Padre Antônio Mendes como espaço de negociação e resistência, onde memórias historicamente marginalizadas são disputadas e, por vezes, ressignificadas.

Um dos objetivos desta pesquisa é explorar os valores simbólicos, sociopolíticos, religiosos e históricos presentes nas narrativas institucionais. Ao preservar memórias ligadas à ancestralidade afro-brasileira, a Casa da Cultura pode contribuir para o reconhecimento e a visibilidade de práticas culturais subalternizadas. No entanto, esse processo está permeado por relações de poder que impactam os mecanismos de legitimação cultural, seleção de memórias e silenciamentos. Refletir criticamente sobre a representatividade desses acervos exige ir além da descrição: é preciso indagar quais memórias são priorizadas e que vozes permanecem silenciadas.

Apesar dos avanços conceituais em torno da noção ampliada de patrimônio, observa-se que tais princípios nem sempre se efetivam na prática. A pesquisa empírica revela que, na fase atual da Casa Cultura, há contradição entre o discurso institucional e as ações de preservação adotadas. Embora a instituição afirme valorizar a identidade local, tende a priorizar determinados grupos sociais, práticas culturais e narrativas, em detrimento de outras expressões, como o artesanato local, a gastronomia, as artes visuais, a representatividade de populações indígenas, quilombolas e comunidades rurais, especialmente aquelas ligadas à Festa do Rosário e ao Congado.

Assim, o patrimônio se revela um território de disputas de sentidos e silenciamentos, onde diferentes agentes lutam por afirmar suas versões do passado e suas identidades culturais. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de uma revisão crítica dos critérios de seleção adotados, de modo que a instituição não apenas reproduza memórias hegemônicas, mas acolha a diversidade de vozes e experiências da diversidade local. As entrevistas realizadas evidenciam essa seletividade:

[...] Acho que não dá pra dizer que ela representa... muito do que tem lá exposto ainda representa uma população mais branca de elite... Quem tinha a máquina de escrever aqui? Aquele tanto de televisão... Ao longo da história ... quem podia ter televisão? Onde é que está a população negra lá? Onde está os indígenas? A população mais pobre? A diversidade cultural? Cadê a diversidade religiosa? [...]lá é um lugar que muito lembra dos eventos culturais atrelados ainda a religião católica [...]não representa toda a população [...] Acho eu fada” (Participante 07 – G2F2: 2024, p. 16).

[...]As memórias são obtidas através das festas e eventos e também através do acervo que existe na Casa da Cultura [...], mas é notório que o acervo representa apenas alguns grupos... (Participante 08 – G2F2: 2024, p. 4).

[...]Representa defasadamente... falta muita coisa. Ela tem parte básica da... de uma pessoa que, às vezes participou de um momento especial na história, mas ela não atende todo público, ela não tem toda representatividade da cidade... tem somente algumas partes...” (Participante 23 – G2F2: 2024, p. 8).

[...] falta bastante coisa ainda, poderia ter mais coisa do artesanato, da gastronomia, Paula Cândido tem muita coisa boa, muita comida boa [...] representa a memória da cidade, da cultura mesmo, da raiz, da matriz africana. [...] das coisas mais antigas, até daquelas máquinas de escrever... acho que representa isso” (Participante 26 – G2F2: 2024, p. 9).

As falas dos participantes indicam que o discurso de representatividade e inclusão cultural promovido pela Casa da Cultura nem sempre se concretiza, uma vez que seu acervo e eventos tendem a privilegiar memórias de certos grupos, relegando a diversidade sociocultural do município. Essa seletividade gera exclusões e omissões representativas, especialmente das populações negras, indígenas e de expressões culturais periféricas. Tais críticas evidenciam as

tensões entre o ideal de patrimônio coletivo e as disputas em torno da memória pública, conforme apontam Pollak (1989) e Nora (1993), para quem a memória é fruto de escolhas e exclusões.

Nesse aspecto, a patrimonialização, mesmo em espaços teoricamente democráticos, pode reproduzir desigualdades históricas ao definir o que deve ser lembrado e o que pode ser esquecido. Diante disso, revela-se fundamental desconstruir a visão idealizada do patrimônio como algo inato à cultura local, compreendendo-o como uma construção política e social, permanentemente disputada. As narrativas dos participantes suscitam reflexões importantes e reforçam a necessidade premente de revisão das práticas curatoriais, com vistas à inclusão de saberes, memórias e expressões historicamente marginalizadas.

Partindo dessa premissa, as contribuições teóricas têm sido essenciais para ampliar a compreensão sobre o patrimônio, ao reconhecer que elementos representativos, afetivos e cotidianos desempenham um papel central na constituição das identidades e memórias coletivas. Ao longo do tempo, tais elementos foram ressignificados e incorporados às políticas de preservação, promovendo uma ampliação conceitual do termo.

Considerando o apontamento de Fonseca (2017), que enfatiza uma concepção mais plural e expandida dessa definição – já presente em debates anteriores e que desafiava a lógica patrimonial tradicional, marcada por exclusões e seletividade –, entende-se que essa mudança implica uma redefinição do próprio conceito. Trata-se, portanto, de reconhecer que há uma disputa simbólica em torno do que merece ser lembrado, registrado e preservado, ou seja, quais memórias são legitimadas e quais permanecem silenciadas nos processos de patrimonialização.

Nesse contexto, Pereira (2019) aprofunda essa análise, enfatizando que a patrimonialização é um campo permeado por conflitos de significação e tensões entre diferentes grupos sociais, nem sempre alinhados ou influenciados pelos discursos oficiais. Ao contrário, muitas concepções surgem de confrontos e ressignificações estabelecidas pelos próprios sujeitos, desafiando as narrativas instituídas. Nessa interlocução, mais do que reconhecer os valores, patrimonializar implica escolhas políticas de seleção, exclusão e visibilização de determinadas memórias em detrimento de outras.

Analogamente, ao abordar criticamente o patrimônio cultural, é essencial considerar sua estreita relação com a cultura, pois ambos os conceitos se entrelaçam. As escolhas sobre o que patrimonializar refletem valores culturais em disputa, sejam eles compartilhados ou marginalizados. Sob uma perspectiva antropológica, Laraia (2006) destaca as contribuições de correntes iluministas e contemporâneas na formulação do conceito de cultura. Nesse sentido, lembra Edward Tylor (1871), que rompeu com as concepções de base biológica, ao defini-la

como resultado dos processos de aprendizagem, convivência social e produção simbólica.

Ancorada nessa leitura, entende-se a cultura como um processo dinâmico, plural e em constante transformação, que impacta diretamente as formas de construção do patrimônio. Para Laraia (2006), não há uma definição única ou estática desse conceito, pois os comportamentos humanos são moldados por um sistema complexo e mutável. As expressões culturais coexistem e se modificam ao longo do tempo. Compreendê-las, assim como os conflitos que surgem dentro e entre os grupos, é essencial para evitar reducionismos, promover o diálogo intercultural e questionar as práticas excludentes nos processos de patrimonialização.

Ao se considerar tais complexidades, amplia-se a percepção do patrimônio cultural como construção social marcada por negociações e disputas de poder, memória e representatividade. Assim, torna-se fundamental valorizar práticas e narrativas historicamente marginalizadas, desafiando modelos centrados exclusivamente na materialidade ou em visões elitizadas do valor cultural. Urge promover processos de inclusão e diálogo, acolhendo as múltiplas vozes e experiências que compõem o tecido social dos territórios.

No campo da Memória Social Halbwachs (2006), desde as primeiras décadas do século XX, já evidenciava que a memória não é um processo isolado do sujeito, mas se constrói no interior dos grupos sociais. Para o autor, as memórias individuais estão profundamente relacionadas às vivências coletivas, sendo justamente a partir dessa inter-relação que se consolida o patrimônio cultural. Essa perspectiva influenciou significativamente estudos posteriores, que buscaram revisar, criticar e aprofundar as tensões entre memória, identidade e poder. Entre esses estudiosos destacam-se Michel Pollak e Pierre Nora⁷

Ao investigar as formas pelas quais certos acontecimentos são lembrados e compartilhados socialmente, Pollak (1992) reforça que tanto a memória individual quanto a coletiva são seletivas e socialmente construídas. O autor evidencia que a memória constitui também um campo de conflitos identitários, no qual as narrativas culturais atribuem sentidos a lugares e experiências. Em contraposição aos processos de institucionalização da memória, Pollak salienta as dinâmicas cotidianas de resistências e lutas por reconhecimento, nos quais emergem vozes e memórias frequentemente silenciadas.

⁷ Historiador francês, escreveu a Coleção *Les lieux de mémoire*, publicada entre 1984 e 1992. Ele propôs reflexões acerca da cultura contemporânea, por considerar que ela está na interseção entre o respeito ao passado (real ou imaginário) e o sentimento de pertencimento a um grupo; entre a consciência coletiva e a preocupação com a individualidade; entre a memória e a identidade (Neves, 2007).

No mesmo viés crítico, Nora (1993) aprofunda os debates ao propor o conceito de *lugares de memória*, ampliando os estudos sobre patrimônio cultural e problematizando os mecanismos institucionais de construção das memórias oficiais. O autor distingue as memórias vivas daquelas institucionalizadas, destacando que os processos de patrimonialização nem sempre ocorrem de forma democrática ou inclusiva, tendendo à cristalização de versões seletivas do passado, muitas vezes em contraste com as experiências e valores de determinados grupos sociais.

Por meio da coleção *Les lieux de mémoire*, Nora (1993) amplia esse debate ao articular os conceitos de *tempo presente*, *lugares de história*, *memória nacional* e *memória patrimônio*, ressaltando o papel das instituições culturais na produção de narrativas oficiais, nacionalizadas e hegemônicas. Essa abordagem instiga reflexões sobre os critérios de seleção do que é lembrado e valorizado, evidenciando que tais processos, longe de ser neutros, promovem apagamentos e exclusões.

Por sua vez, anos mais tarde, Meneses (2012), amplia essas conceitualizações ao enfatizar que o patrimônio cultural constitui um espaço de negociação de significados e de disputas por sentidos, legitimidades e reconhecimentos. Para o autor, é fundamental analisar os processos de legitimação e exclusão que permeiam a seleção e a valoração dos bens patrimoniais, problematizando as hierarquias simbólicas e as próprias diretrizes das políticas culturais.

No contexto desta pesquisa, essas reflexões permitem uma análise crítica da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes enquanto “espaço de memória”, valorização das expressões identitárias e das narrativas que compõem a trama cultural de Paula Cândido. Embora desempenhe um papel relevante na salvaguarda dessas expressões, a instituição também reproduz, em certos momentos, a seletividade de memórias, ao privilegiar as tradições católicas e segmentos vinculados às elites locais, relegando a segundo plano manifestações culturais populares e vozes historicamente marginalizadas.

Reconhecer essa multiplicidade dos sistemas culturais e suas dinâmicas permite problematizar a seletividade das memórias preservadas ou silenciadas nas práticas das instituições culturais, que interferem diretamente nas relações de pertencimento e representatividade dos sujeitos. Nesse contexto, a história oral apresenta-se como uma ferramenta metodológica potente, ao viabilizar conexões entre teoria e prática. Por meio dela, diferentes vozes ganham visibilidade, contribuindo para a reconstrução das memórias coletivas a partir das vivências e reafirmando a cultura como fenômeno dinâmico, plural e em constante transformação.

Diante dessa dinâmica, verifica-se que, enquanto Halbwachs(2006) explora como as memórias individuais são constituídas pela interligação entre os indivíduos e o coletivo, Pollak (1992) e Nora (1993) aprofundam os aspectos representativos e sociais envolvidos na construção da memória e do patrimônio cultural. No caso da Casa da Cultura, essas abordagens contribuem para evidenciar lacunas de representatividade e limitações na escuta institucional dos diversos grupos sociais do município. Essa crítica é apontada de forma contundente pelos entrevistados, que denunciam apagamentos e silenciamentos nas práticas culturais selecionadas para obter visibilidade institucional.

[...] eu vi menos representatividade do que na nossa época, porque muito se perdeu... tem, mas precisa resgatar bastante coisa ali [...] Não representa o todo não... traz várias curiosidades, mas ainda não é nem 1/3 do que ela podia ser em termos de memória [...] os quilombolas ainda não tem toda visibilidade [...] a Casa da Cultura poderia não só de visibilidade pro Congado, mas pegar outras áreas dentro da cidade, que não só religiosa ou não só de memória, mas da história mesmo... do rodeiro, do torneio leiteiro, tem gente que... tá na roça cuidando do gado... isso também é cultura...” (Participante 22 – G2F2: 2024, p. 18-19).

A crítica acima aponta para a restrição da memória institucional à tradição religiosa e a valorização pontual do Congado, deixando de lado outras práticas vinculadas à vida rural e aos saberes populares, que aparecem apenas nas festividades como a festa do peão de boiadeiro e a exposição agropecuária. Além disso, a invisibilização de grupos como os quilombolas, também é uma ausência questionada, como demonstra outras falas

[...] a gente tem os quilombolas, músicos... os artistas, artesão e os músicos estão sendo silenciados. A gente vê a expressão da Banda do Congo que move a Casa da Cultura, mas Paula Cândido não é só o Congado. [...] E a turma que está na roça que ainda conduz um carro de boi, que ainda tem a sua charretinha, que faz as coisas pro próprio sustento... a gente não vê. Eles também precisam de voz, porque faz parte da nossa história... a Casa da Cultura precisa ouvir todos...” (Participante 25 – G2F2: 2024, p. 21-22).

[...]é uma crítica que eu faço porque tudo é Paula Cândido e aí quando vai falar das outras comunidades ao redor é mais morno. [...] tem muita coisa legal em outros cantos... aqui a gente tem “calango” [...] a nossa Banda também tem toda uma história, que não é contada [...] também não sei como que funciona essa questão indígena, que é uma coisa que também precisava ser falado.[...] ali na Casa da Cultura é alguém pensando e mandando as informações. Não é uma construção coletiva... (Participante 29 – G2F2: 2024, p. 10-11).

As narrativas revelam uma insatisfação com os limites de representatividade da Casa da Cultura atual, especialmente pela ausência de práticas educativas, pela fragilidade no reconhecimento da diversidade cultural. Moradores rurais, artistas populares, comunidades negras e periféricas são frequentemente invisibilizados. As críticas não se restringem ao acervo,

mas se estendem aos critérios de seleção do que deve ser lembrado e exibido. Como aponta Pollak (1989), as experiências que não são legitimadas pelas instâncias oficiais tendem a formar “memórias subterrâneas” – narrativas silenciadas, mas ainda presentes no cotidiano das comunidades.

Esse descompasso entre memória oficial e memória social reforça desigualdades simbólicas ao privilegiar versões seletivas do passado. Halbwachs (2006) já advertia que a memória, sendo construída coletivamente, está sujeita a disputas e hierarquias sociais – o que inclui também os silêncios e esquecimentos. A percepção de que a gestão da Casa da Cultura é conduzida por poucos, com limitada escuta aos anseios comunitários, aponta para uma lógica verticalizada e centralizadora de gerenciamento cultural, dissonante da proposta de um espaço democrático e plural de memória.

Em síntese, a exclusão de artistas periféricos, quilombolas e moradores rurais revela lacunas institucionais importantes e evidencia uma estrutura de invisibilização simbólica. Os critérios de patrimonialização adotados refletem interesses específicos, legitimando certas memórias enquanto silenciam outras. Conforme reforça Pollak (1992), o processo de patrimonialização é marcado por disputas culturais e decisões políticas. Faz-se necessário, portanto, revisar esses critérios, adotando uma gestão cultural mais democrática, inclusiva e representativa das múltiplas vozes da sociedade.

Nesse horizonte de mudanças, Meneses (2008/2017) compreende a cultura como um processo dinâmico e ativo, capaz de (re)significar valores e simbólicos conforme os contextos vividos. Ao retomar o artigo 216 da Constituição Federal, o autor brilhantemente destaca o protagonismo dos sujeitos na definição do que deve ser reconhecido como patrimônio, contrapondo-se à normatização institucional e à centralidade conferida à materialidade. Nessa abordagem, o valor patrimonial reside menos no objeto e engloba mais as experiências, as interações simbólicas e as memórias compartilhadas.

Segundo o autor, o valor do patrimônio não é intrínseco ao objeto em si, mas constitui-se nas interações simbólicas entre os sujeitos e os bens. Por isso, o patrimônio deve ser avaliado a partir da ótica cultural de seus detentores, pois a matéria, por si só, carece de significado se não fizer sentido para as pessoas. Torna-se essencial considerar os grupos que reconhecem, se apropriam e se mobilizam em torno desses bens, deslocando o foco da materialidade para os sujeitos e suas memórias vividas.

Ao afirmar que os valores patrimoniais são construções sociais, situadas em contextos e interesses específicos, Araújo (2012) corrobora essa perspectiva. Para o autor, as transformações no campo do patrimônio decorrem do relativismo cultural e epistemológico,

que desafia os modelos tradicionais de preservação. Essa abordagem exige a revisão desses modelos, com vistas à adoção de práticas mais abertas e sensíveis à diversidade e aos conflitos inerentes aos processos de patrimonialização.

No contexto brasileiro, a discussão sobre patrimonialização adquire relevância diante da complexa diversidade cultural do país, expressa por meio de raças, etnias, saberes, experiências, identidades e memórias – como aponta Ribeiro (2013). Para que as políticas públicas contemplem, de fato, essa pluralidade, é necessário que os processos de reconhecimento e salvaguarda valorizem a multiplicidade de vozes sociais. No entanto, diversas manifestações culturais continuam invisibilizadas pelas políticas oficiais, revelando os limites da patrimonialização como instrumento democrático.

Nesse sentido, Marins (2016) ressalta que, em uma sociedade plural como a brasileira, os instrumentos formais de salvaguarda – como tombamentos e registros – frequentemente não conseguem abarcar a amplitude das disputas por reconhecimento cultural. Essas limitações podem gerar tensões e evidenciam a necessidade de políticas públicas mais inclusivas, capazes de considerar as especificidades, dinâmicas e protagonismos dos diferentes grupos sociais.

Essa dinâmica revela que o campo da patrimonialização é atravessado por tensões e desigualdades que moldam a construção da memória coletiva. Como destacam Fonseca (2017), Choay (2017) e Chuva (2017), o debate atual ultrapassa a preservação de monumentos e edificações, incorporando demandas socioculturais e a revisão dos critérios de seleção. Essa ampliação torna o patrimônio mais inclusivo, dinâmico e sensível à diversidade cultural. Nesse contexto, a Casa da Cultura, enquanto “lugar de memória” e representação, precisa ser repensada como um espaço de escuta, representação e reconhecimento das múltiplas vozes que compõem o tecido social.

Para Fonseca (2017), o patrimônio é construído pelos sentidos que grupos sociais atribuem à sua história e cultura. Choay (2017) amplia essa concepção ao considerar heranças coletivas e estruturas de sociabilidade. Por sua vez, Chuva (2017) enfatiza a valorização dos bens intangíveis – tradições, práticas e representatividades – impulsionada nas últimas décadas, especialmente a partir da promulgação da Carta Magna de 1988 e do Decreto 3.551/2000, que instituiu o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI). Ainda assim, é necessário problematizar os limites dessas políticas, pois tais marcos legais não eliminaram práticas patrimoniais excludentes.

Essas reflexões teóricas contribuem para compreender a Casa da Cultura Padre Antônio Mendes como um espaço simbólico marcado por tensões, disputa e silenciamentos. Ao longo do tempo, a instituição refletiu, e ainda reflete, diferentes arranjos socioculturais, patrimoniais,

políticas e religiosos, evidenciando o caráter dinâmico do patrimônio, visto as relações sociais. Compreendê-lo de forma crítica e inclusiva implica reconhecer memórias e vozes historicamente marginalizadas e repensar os critérios de legitimidade cultural. Isso reforça a urgência de uma gestão patrimonial mais participativa, plural e sensível à diversidade identitária local.

Outros estudiosos aprofundam o debate sobre os desafios da preservação patrimonial. Chuva (2017), em consonância com Marins (2016), destaca que o campo do patrimônio é atravessado por disputas políticas e intelectuais, frequentemente marcadas por desigualdades e interesses de grupos específicos. Para a autora, os conflitos e dificuldades nos processos de patrimonialização decorrem da multiplicidade de atores envolvidos, conferindo ao patrimônio um caráter polêmico e politizado.

Neste contexto, Fabre (2019) observa que, ao longo do tempo, foram articuladas estratégias entre o Estado, representantes do Poder Público, sociedade civil e especialistas, visando a construção de um “consenso” político e simbólico – soluções combinadas que buscavam minimizar as divergências no processo de patrimonialização. No entanto, essas estratégias frequentemente desvelavam os limites da participação social, muitas vezes subordinada aos interesses dos grupos dominantes.

Por conseguinte, Oliveira (2020) acrescenta uma perspectiva econômica ao debate, ao ponderar que os processos de valoração cultural também envolvem dinâmicas de mercado. À medida que um bem cultural é reconhecido, tende a agregar valor monetário, intensificando disputas entre interesses públicos, privados e comunitários.

Essas explanações reforçam a importância de compreender o patrimônio cultural como um campo de negociação constante, onde os sentidos e valores são definidos por dinâmicas sociais, políticas e econômicas. No âmbito da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, essa abordagem permite interpretar criticamente as diferentes significações atribuídas à instituição por diversos atores sociais, com base em suas memórias, experiências e representações. Tal complexidade é visível nas entrevistas, nas quais a oralidade revela disputas simbólicas, afetivas e políticas em torno do espaço cultural:

“[...] Padre Licínio foi lá me pedir pra não fechar, não vender, não leiloar. Eu falei vou analisar e te passo, mais posso dizer para o senhor que a necessidade do município hoje é uma causa bem maior do que uma Casa da Cultura, Ai quando eu vi que não tinha jeito mesmo [...] não tinha como transportar os alunos – Tinha umas 5 kombis – [...] entre uma Casa da Cultura e apoio do transporte dos alunos eu vou priorizar os alunos... a Casa da Cultura com o tempo a gente adequada de novo...”
Participante 20 - G1F1, 2024, p. 8).

“[...] às vezes a gente quer... ‘ô seu Antônio é assim...’ – ‘Não, mas a vida inteira eu fiz assim’... a gente vai tentando ir pra ver se faz diferente.[...] Também faz falta pessoas mais novas, pra poder falar – ‘nós somos esse coletivo então somos a maioria, apesar que a gente respeita’, ultimamente a gente tem feito esse diálogo... ‘a gente precisa pensar de outra forma e se fizer desse jeito?’ Mas ainda é difícil... (Participante 29 - G2F2: 2024, p. 11).

Os testemunhos demonstram que os sentidos atribuídos à Casa da Cultura variam conforme as experiências, funções e posicionamento dos sujeitos sociais envolvidos. A fala do participante 20 evidencia como decisões políticas, baseadas em necessidades imediatas – como o transporte escolar – podem suplantar a preservação cultural. Essa postura reafirma o caráter dinâmico e negociado do patrimônio, ao revelar que as escolhas institucionais se pautam em prioridades administrativas. Como aponta Oliveira (2020), isso expressa o deslocamento entre o valor simbólico do patrimônio e sua instrumentalização por interesses políticos e econômicos.

Já a segunda narrativa evidencia disputas intergeracionais e dificuldades na construção de consenso coletivo sobre a forma de fazer e gerir a cultura local. A resistência às mudanças, associada ao peso da tradição e das hierarquias consolidadas, revela tensões que permeiam a gestão cultural. Essa dinâmica remete ao que Fabre (2019) identifica como tentativa de construção de consensos simbólicos em contextos marcados por negociação desiguais, estratégias que nem sempre surtem efeitos concretos ou inclusivos.

Ambos os argumentos reforçam a ideia de que o patrimônio cultural é um campo de disputas, como defendem Marins (2016) e Chuva (2017), continuamente ressignificado por diferentes agentes sociais, que lhes atribuem sentidos distintos e, por vezes, conflitantes. Neste sentido, a Casa da Cultura não se apresenta como um espaço neutro de preservação da memória, mas como um território simbólico em constante (re)construção.

As vozes destacadas ajudam a lançar luz sobre as dinâmicas políticas, afetivas e simbólicas que permeiam a trajetória da instituição – aspectos que serão analisados com mais profundidade nos capítulos posteriores, dedicados a cada uma de suas fases históricas.

Diante dessas explicações, torna-se necessário aprofundar a compreensão sobre os fundamentos teóricos que sustentam as disputas em torno do patrimônio cultural, da memória e das identidades. Os conflitos evidenciados nas entrevistas não são pontuais, mas refletem desafios estruturais das políticas patrimoniais brasileiras, atravessadas por visões seletivas, tensões entre tradição e inovação e disputas por reconhecimento simbólico. Nesse contexto, o diálogo com autores como, Geertz (1989), Araújo (2012), Marins (2016), Chuva (2017) e Smith (2021) oferece aportes conceituais fundamentais para compreender como os bens culturais são interpretados, apropriados e disputados pelas instituições e coletividades.

A partir de uma abordagem semiótica, Geertz (1989) define a cultura como uma “teia de significados” tecida pelos próprios sujeitos, em constante processo de interpretação. Essa concepção implica compreender os sentidos culturais não como dados fixos, mas como construções situadas nas experiências práticas e nas interações sociais. Assim, o patrimônio deixa de ser entendido como algo estático e passa a ser entendido como um processo contínuo de ressignificação – como se observa nas narrativas e vivências explicitadas em torno da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes.

Essa concepção se articula com a definição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2012), segundo o qual a cultura é um conjunto de formas de criação e expressão por meio das quais os sujeitos constroem pertencimento e identidades coletivas. As práticas culturais, nesse sentido, emergem das interações sociais, onde saberes, valores, memórias e experiências são compartilhados, reinterpretados e ressignificados ao longo das gerações.

Nessa conjuntura, Araújo (2012) contribui ao afirmar que os valores atribuídos aos bens culturais são construções sociais, moldadas por interesses e contextos específicos. Para o autor, as transformações nesse campo resultam do relativismo cultural e epistemológico, o que desafia modelos tradicionais e essencialistas de preservação. Diante disso, ele propõe a adoção de práticas mais sensíveis à diversidade e aos conflitos que perpassam os processos de reconhecimento e salvaguarda da herança cultural.

No âmbito das políticas de salvaguarda, Marins (2016), destaca, assertivamente, a indissociabilidade entre materialidade e imaterialidade, argumentando que a preservação da identidade cultural requer o reconhecimento das inter-relações entre os aspectos simbólicos e físicos do patrimônio. Sua crítica desafia abordagens segmentadas ou essencialistas, propondo uma perspectiva integrada e processual, em que o tangível e o intangível se constituem mutuamente nas práticas sociais e culturais.

Ao estudar a construção dos Estados Modernos e as políticas de preservação no Brasil, Chuva (2017) defende uma abordagem histórico-sociogênica, sensível aos contextos sociopolíticos nos quais se inserem os critérios de patrimonialização. Ao analisar a atuação do SPHAN, a autora evidencia como as diretrizes adotadas pelo Estado refletiram projetos nacionais excludentes, centrados em memórias brancas, católicas e urbanas, gerando silenciamentos e hierarquizações culturais. Assim, o patrimônio cultural deixa de ser compreendido como algo neutro e passa a ser reconhecido como construção social, associada às narrativas coletivas que a sociedade projeta sobre si mesma e sobre o futuro.

Na concepção da referida autora, os bens patrimoniais possuem natureza política e

representativa, expressando disputas sobre o que deve ou não ser preservado. Essa perspectiva permite interpretar criticamente a Casa da Cultura Padre Antônio Mendes como espaço dinâmico de construção histórica e identitária, atravessado por negociações em torno da memória coletiva.

Essa (re)leitura crítica amplia a concepção de patrimônio ao deslocar o foco da ideia de permanência para os processos de negociação, conflito e reconhecimento. Em contraponto à concepção de Fonseca (2017), que identifica fases patrimoniais “heroica” e “moderna” na trajetória do IPHAN, Chuva propõe uma abordagem mais dinâmica e politicamente engajada, atenta às disputas entre memórias oficiais e subalternizadas. Assim, o patrimônio é concebido como arena de embates simbólicos, onde diferentes atores disputam pertencimento, legitimidade e visibilidade.

Na mesma direção, Name e Zambuzzi (2019) analisam as tensões nas políticas de preservação do patrimônio cultural brasileira, marcadas por disparidades entre os regimes legais de proteção de bens materiais e imateriais. Enquanto os primeiros são tombados permanentemente, os segundos são registrados e reavaliados a cada dez anos, revelando uma hierarquização implícita entre as categorias. Para os autores, além do aspecto físico, a materialidade dos bens envolve dimensões afetivas, identitárias e simbólicas, exigindo olhares atentos às subjetividades e vínculos comunitários.

Ademais, Name e Zambuzzi questionam a dicotomia entre o material e imaterial, defendendo uma abordagem integrada que reconheça a interdependência entre essas dimensões. Os autores enfatizam a necessidade de valorizar a pluralidade de sentidos atribuídos pelas comunidades aos bens culturais, incorporando aspectos ecológicos, raciais, territoriais, de gênero e experiências marcadas pela exclusão colonial. Ao salientarem a importância de políticas culturais inclusivas, evidenciam a urgência de práticas patrimoniais capazes de acolher as múltiplas camadas sociais de pertencimento histórico e cultural.

Essa perspectiva crítica e decolonial converge com a análise de Smith⁸ (2021), que denuncia o "discurso autorizado do patrimônio", sustentado por práticas institucionais que legitimam determinados saberes e grupos, em detrimento de outros. A autora argumenta que os processos de patrimonialização permanecem moldados por lógicas coloniais, nos quais o Estado e as instituições culturais se apropriam do lugar de fala das comunidades, definindo

⁸ Laurajane Smith critica o conceito tradicional de patrimônio, que tende a ser dominado por um "discurso autorizado" que privilegia determinadas narrativas e perspectivas, geralmente ligadas a grupos dominantes, sendo o pano de fundo o capitalismo. A autora salienta a necessidade de desafiar esse discurso, abarcando vozes marginalizadas e promovendo uma visão mais inclusiva do patrimônio cultural (Smith, 2021).

arbitrariamente o que merece ser preservado e quem tem legitimidade para estabelecer os referenciais culturais. Nesse movimento, experiências locais e narrativas plurais são frequentemente invisibilizadas ou marginalizadas.

Com base nessas contribuições, entende-se que o patrimônio cultural não é um conjunto neutro de bens, mas um instrumento político habitualmente orientado por visões institucionalizadas e eurocentradas. Tal lógica tende a privilegiar as memórias das elites brancas e urbanas, marginalizando saberes negros, indígenas e populares. Isso perpetua desigualdades históricas e epistemológicas no campo da memória, reafirmando a necessidade urgente de adoção de políticas patrimoniais mais democráticas e comprometidas com a justiça histórica cultural.

Para Name e Zambuzzi (2019), a colonialidade do patrimônio associadas às estruturas de poder e saber, sustenta a dominação racial e epistêmica no Brasil. Essa lógica valoriza elementos visuais e materiais que constroem uma ideia hegemônica de “corpo nacional”, enquanto marginaliza culturas não ocidentais. Ao legitimar exclusões, promove o apagamento das diversidades étnico-raciais e culturais, sustentando o mito da universalidade. Essa dinâmica também se manifesta em contextos locais, como em Paula Cândido, onde certas tradições são exaltadas enquanto outras permanecem silenciadas.

Nesse contexto, os aportes teóricos de Geertz (1989), Marins (2016) e Chuva (2017) possibilitam uma leitura crítica e interdisciplinar do patrimônio, permitindo interpretar a Casa da Cultura Padre Antônio Mendes como um espaço atravessado por múltiplas camadas de sentidos e lutas. Além de preservar acervos e práticas culturais, a instituição também reproduz silenciamentos, hierarquias e disputas simbólicas nas políticas de memória. Esses autores oferecem ferramentas analíticas para problematizar as práticas culturais em Paula Cândido, reconhecendo-as como expressões vivas e dinâmicas de embates sociais e políticos.

Essas reflexões dialogam diretamente com os objetivos desta pesquisa, ao evidenciar como as dinâmicas de poder, questões raciais e a atuação de agentes culturais influenciam a memória legitimada pela Casa da Cultura. A análise dos registros institucionais revela continuidades e rupturas – inclusões e omissões – nos processos de construção simbólica da identidade local. Nesse cenário, a instituição se configura como um campo de disputas, onde diferentes grupos sociais buscam afirmar suas versões do passado, tensionando a diversidade cultural frente à manutenção de uma memória pública oficial e excludente.

A contribuição teórica de Halbwachs (2006) e Pollak (1989;1992) é crucial para compreender os mecanismos de lembrança e esquecimento na constituição da memória social. Para Halbwachs a memória é construída coletivamente, nas interações sociais, sendo fixada e

legitimada por instituições que organizam versões do passado – muitas vezes marcadas por silenciamentos e hierarquias.

Por sua vez, Pollak enfatiza que a memória é seletiva, moldada por interações culturais, conflitos sociais e interesses presentes no cotidiano. Lembrar não é apenas recuperar o passado, mas um processo político e social que envolve escolhas sobre o que será celebrado, esquecido ou apagado. O esquecimento, portanto, não é falha, mas parte constitutiva da construção da memória.

Essa perspectiva mostra-se especialmente útil para analisar como a Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, legitima certas memórias como expressão da identidade local, ao passo que invisibiliza outras. Sua atuação não apenas remete ao passado, mas expressa embates por legitimidade, relações de poder e escolhas políticas que orientam o que se lembra e o que se esquece. Assim, esta pesquisa propõe uma leitura crítica desse processo, problematizando seu papel na democratização do patrimônio e no reconhecimento da diversidade cultural do município.

Ao formular o conceito de *lugares de memória*, Nora (1993) evidencia a tensão entre a memória e a história. Para o autor, esses lugares (*lieux de mémoire*) não surgem espontaneamente, mas resultam de uma “vontade de memória”, isso é, uma intenção política e social de manter vivas determinadas lembranças por meio de arquivos, monumentos, museus e narrativas. Esses espaços adquirem materialidade (física/geográfica), funcionalidade (preservação e transmissão de lembranças) e valor simbólico, funcionando como elo entre gerações e grupos sociais diversos.

Complementando essa abordagem, Lowenthal (1998) destaca a relação intrínseca entre memória e identidade, afirmando que: “saber o que fomos, confirma o que somos”(p. 83). Para o autor, a memória articula passado e presente na construção das identidades individuais e coletivas. Nesse processo, o ato de recordar ou esquecer é seletivo e, frequentemente intencional, pois os sujeitos filtram, escolhem e reconfiguram lembranças moldando-as às demandas do presente.

Para Halbwachs (2006) a memória é construída coletivamente, nas interações sociais sendo fixadas e legitimadas por instituições que organizam versões específicas do passado - muitas vezes imersas em disputas, exclusões e hierarquias. Para preservar as lembranças, é preciso registrá-las por escrito, já que palavras e pensamentos se perdem, mas os documentos permanecem. Esse conjunto de lembranças fixadas constitui o que o autor denomina de *memória histórica social*, revelando seu caráter político e seletivo. Quanto a esse conceito, paira uma dúvida, pois o documento pode ser extraviado, nesse caso o que seria das lembranças?

Na perspectiva de Meneses (2008/2017) as políticas públicas e iniciativas voltadas à cultura e ao patrimônio devem estabelecer diálogo com a comunidade, fomentando a criação e a manutenção de espaços de salvaguarda da memória, como museus, bibliotecas e casas da cultura. Segundo o autor, esses espaços são fundamentais para o reconhecimento e a consolidação das identidades, pois fortalecem a memória social e ampliam o acesso ao patrimônio.

Segundo Magnani (2012), o processo de transmissão da memória está atravessado por interesses diversos e assimetrias sociais, como a divisão social do trabalho, as desigualdades regionais, as distinções étnico-raciais e a dissociação entre os sujeitos e seus produtos culturais. Esses fatores revelam que a memória é construída de forma desigual entre os grupos sociais, refletindo disputas, silenciamentos e exclusões.

Tanto Lowenthal (1998) quanto Magnani (2012), sublinham que a memória depende das experiências compartilhadas. Lowenthal chama a atenção para os mecanismos de reconstrução e manipulação do passado conforme necessidades do presente, enquanto Magnani enfatiza os fatores sociais, políticos e econômicos que influenciam o processo de rememoração coletiva.

De forma complementar, Le Goff (2013) contribui ao definir a memória como um fenômeno múltiplo, subjetivo e político, sujeito a esquecimentos e manipulações. Ao distingui-la da história, destaca sua relevância para a coesão social e formação das identidades culturais, ressaltando que a mesma pode funcionar tanto como instrumento de dominação quanto de resistência. Assim, os *lugares de memória* também se tornam palcos de poder simbólico, onde se define o que deve ser lembrado ou esquecido.

Essa perspectiva, ainda que formulada em outro contexto, coaduna com a “vontade de memória” proposta por Nora (1993). Ambos os autores, cada qual em seu tempo, convergem ao reconhecer que os “lugares de memória” não são neutros: são atravessados por intencionalidades sociais e políticas, que moldam as narrativas coletivas.

Essa compreensão crítica dos “lugares de memória”, desenvolvida por Nora e Le Goff, permite situar a Casa da Cultura Padre Antônio Mendes como um espaço institucional atravessado por disputas, escolhas e silenciamentos. À luz dos referenciais discutidos, a instituição pode ser compreendida como um lugar no qual os sentidos sobre o passado são constantemente (re)construídos pelas relações sociopolíticas no presente.

Ao mesmo tempo que abriga registros e manifestações culturais, a Casa da Cultura carrega silêncios, ausências e disputa por reconhecimento. Embora se proponha como espaço de preservação, nem todas as vozes e experiências locais são igualmente representadas, o que

evidencia tensões, desigualdades e exclusões presentes na institucionalização da memória coletiva em Paula Cândido.

Entretanto, a instituição é mais que um repositório de bens culturais, pois atua como espaço ativo e dinâmico de negociação simbólica, onde diferentes grupos disputam visibilidade e projetam identidades. Ao destacar expressões como a Festa do Rosário e o Congado, por exemplo, ela atua como elo entre memória e história, contribuindo para a coesão social e a continuidade cultural. Destarte, como frequentemente observa-se em outros dispositivos institucionais de memória, nem todas as vozes e experiências são igualmente contempladas, o que reflete relações sociopolíticas e escolhas históricas.

Nesse sentido, a Casa da Cultura se apresenta como espaço multifacetado, dotado de significados diversos para os atores envolvidos em sua gestão e vivência cotidiana. Ela catalisa memórias pessoais e coletivas, evocadas ora com orgulho, ora com nostalgia ou ressentimento, tornando-se um palco dinâmico de embates sobre o que deve ser lembrado, preservado, silenciado ou esquecido.

Dessa forma, os referenciais teóricos aqui discutidos contribuem para problematizar sua atuação institucional enquanto instância de preservação do patrimônio cultural e das memórias. Trata-se, portanto, de um espaço onde memórias individuais e coletivas se entrelaçam. Nele expressões da religiosidade católica e manifestações culturais de matriz afro-brasileira – como a capoeira, a Festa do Rosário e do Congado – são incorporadas ao acervo, revelando as disputas simbólicas que perpassam sua trajetória.

Embora esta pesquisa não aprofunde o amplo campo da religiosidade popular ou do catolicismo, como fez Vauchez, é pertinente reconhecer, como defende Teixeira (2005), a complexidade e a diversidade que caracterizam o catolicismo vivido no Brasil. Segundo o autor, “ser católico” engloba uma multiplicidade de estilos de vida e práticas culturais, evidenciando a riqueza e a pluralidade que permeiam as expressões de fé. Especialmente em contextos populares locais (Teixeira, 2005, p. 16-17).

Nesse aspecto, Bastide (1972), identifica duas formas de vivenciar o catolicismo: uma associada aos brancos e às elites coloniais e outra ao universo negro e escravizado, historicamente considerado inferior e vinculado à subcultura ou à subalternidade. Essa segregação se manifestava nos rituais religiosos, nos quais os negros eram mantidos do lado de fora das igrejas e autorizados a entrar apenas ao final das missas – momento quem que entoavam hinos, muitas vezes em suas próprias línguas, preservando elementos culturais de origem africana.

A devoção aos santos, segundo Zaluar (1982) e Vauchez (1995), constitui um fenômeno plural, presente em diversos contextos socioculturais. Para Vauchez, a santidade assume sentidos diversos conforme os sujeitos e os lugares, distinguindo-se entre os canonizados oficialmente pela Igreja – inseridos na liturgia – e os cultuados popularmente, vinculados às tradições locais. Em Paula Cândido, observa-se a presença tanto de representações brancas, como São José, quanto de negras, como Santa Efigênia e Santo Expedito, que ocupam lugar de destaque nas festividades religiosas, articulando devoções católicas e elementos de resistência cultural.

No contexto do cristianismo colonial, Souza (2009) evidencia a ambivalência das irmandades negras que, ao mesmo tempo em que permitiam a expressão de práticas afro-brasileiras – como rituais, coroação de reis ⁹e rainhas, canto e dança com instrumentos de percussão – também atuavam como mecanismos de controle social. Como reforça Soares (2009), nas irmandades¹⁰ (confrarias) compostas por brancos, pardos e negros, construía uma identidade coletiva sob vigilância das normas católicas, incorporando disciplinamento embutido na moral cristã.

Nessa perspectiva, Amaral (2012), inspirada em Durkheim, aborda as festas populares como fenômenos sociais complexos que articulam dimensões como trabalho, religião, política e comunicação. Essas expressões simbólicas reforçam a coesão social e estreitam os laços comunitários, funcionando como espaços de reafirmação identitária e resistência cultural. Ao apoiar e divulgar, mesmo que parcialmente, a Festa do Rosário e o Congado, a Casa da Cultura contribui para a valorização da diversidade cultural e da ancestralidade afro-brasileira no contexto municipal.

Seguindo esse mesmo raciocínio, Silva (2016) aprofunda essa ambiguidade ao destacar que, embora as confrarias negras funcionassem como espaços de união, pertencimento e resistência, também serviam como mecanismos de adaptação às normas coloniais e à moralidade católica. Essa dicotomia evidencia a complexidade da vivência religiosa afro-brasileira, marcada pela tensão entre afirmação identitária, disciplinamento cultural e busca por cidadania.

Complementando essa abordagem, Leite (2019) mostra que essas irmandades eram organizadas com base em critérios raciais e sociais, favorecendo o surgimento de confrarias

⁹[...] A eleição de reis negros esteve presente na constituição de novas comunidades, no contexto da diáspora africana e da escravidão, em muitas áreas do mundo criado a partir do trânsito pelo oceano Atlântico, no âmbito do sistema colonial (Souza, 2002, p.19).

¹⁰ Associações leigas, de apoio religioso e ajuda mútua aos variados grupos étnicos, advindos das diversas classes sociais e categorias profissionais, os quais eram devotos de um Santo Padroeiro (Santos, 2007, p.186).

compostas por negros escravizados, forros e livres. A devoção aos santos protetores, como São Benedito, Santa Efigênia e Nossa Senhora do Rosário expressava uma religiosidade que era simultaneamente devocional e política – uma estratégia de resistência diante da opressão colonial e às transformações socioculturais vivenciadas pelas comunidades afrodescendentes.

Ainda segundo Leite (2019), elementos da religiosidade africana foram incorporados ao catolicismo, originando práticas sincréticas que resistiram à repressão e ampliaram os modos de organização política das populações negras. Essa interação entre tradições africanas, portuguesas e brasileiras, deu origem a manifestações como a Festa do Rosário e o Congado, que hoje se consolidaram como expressões de ancestralidade resistência diante do racismo estrutural e do apagamento histórico.

Com trajetória secular, essas tradições permeiam o cotidiano dos moradores e das irmandades negras da região, mantendo vivas as memórias coletivas por meio da oralidade, das práticas devocionais, dos rituais, das danças e dos saberes transmitidos entre gerações. Parte dessas expressões encontra abrigo na Casa da Cultura Padre Antônio Mendes (segunda fase), que preserva em seu acervo fotografias, narrativas orais e objetos simbólicos vinculados à festividade – temática que será aprofundada ao longo da dissertação.

A relação simbólica entre as festas e a devoção aos santos negros é evidenciada no relato de um participante da pesquisa, que destaca a presença marcante de elementos afro-brasileiros nas celebrações religiosas contemporâneas.

“[...] a religião Católica é predominante, mas não somente... porque nas Festas de Nossa Senhora do Rosário, há sempre apresentações da Banda de Congo, que é uma manifestação cultural e religiosa de matriz africana [...] durante as apresentações os participantes encontram-se vestidos com muitos ornamentos, homenageiam os Santos pretos como Santa Efigênia e Santo Expedito e entoam cantos e danças em homenagem a Nossa Senhora do Rosário. (Participante 08 - G2F2: 2024, p.2).

Esse trecho da entrevista ilustra como práticas devocionais e manifestações culturais de matriz africana permanecem vivas no contexto religioso local, desafiando as rígidas fronteiras entre cultura e fé. Reafirmam-se, assim, as reflexões de Silva (2016) e Leite (2019) sobre a complexidade dessas interações e sua continuidade como formas de resistência e reconstrução de identidades no presente.

Este fenômeno também revela a função da Casa da Cultura enquanto mediadora entre o simbolismo e a comunidade. Ao preservar e difundir essas tradições, a instituição participa ativamente da reconstrução das identidades coletivas. Halbwachs (2006) e Canclini (2019) sustentam que a memória, além de remeter ao passado, constitui um processo dinâmico,

continuamente negociado no presente. Assim, ao apoiar essas práticas culturais, a instituição evidencia o caráter fluido da memória e seu papel fundamental na construção de um presente dialógico e representativo.

Essa reflexão justifica uma análise crítica dos processos de patrimonialização. Gonçalves (2013) adverte que tais mecanismos, com frequência seguem uma lógica eurocêntrica, transformando as expressões culturais populares e negras em exibições folclóricas e estéticas, o que acaba por descontextualizá-las, negando suas origens e silenciando suas dimensões políticas. Quando institucionalizadas, essas práticas passam por processos de legitimação que frequentemente excluem elementos considerados incômodos, marginais ou excessivamente críticos, esvaziando seus sentidos originais e enfraquecendo seu potencial de contestação.

Este capítulo contextualizou Paula Cândido em suas dimensões social, histórica, política, educacional e religiosa, estabelecendo a base para compreender a formação e estruturação da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes. Também foram explorados os principais conceitos teóricos sobre memória, cultura e patrimônio que sustentam esta pesquisa, dialogando com autores como: Halbwachs, Nora, Le Goff, Lowenthal, Magnani, Chuva e Meneses, além de outros estudiosos, como Name, Zambuzzi, Geertz e Laraia, que ampliam a reflexão sobre a construção de identidade e práticas culturais.

As discussões aqui apresentadas permitem apreender mais profundamente os processos simbólicos, religiosos e socioculturais vinculados à preservação patrimonial, destacando o papel das instituições culturais como espaços de produção de sentidos, representação e disputa. A Casa da Cultura, ao materializar, nas palavras de Nora (1993), uma “vontade de memória” local, revela também suas ambiguidades: embora valorize práticas como a Festa do Rosário e o Congado, silencia outras vozes e símbolos identitários. Essa seletividade evidencia o caráter político da memória, ressaltando a urgência de refletir criticamente sobre os critérios de lembrança esquecimento.

Dessa forma, a fundamentação teórica construída até aqui permite compreender a Casa da Cultura como um espaço físico de preservação e uma arena de disputas simbólicas e identitárias. A análise da sua formação e trajetória – que será aprofundada nos capítulos seguintes – possibilitará investigar as tensões entre memória e esquecimento, tradição e ruptura, pertencimento e exclusão, a partir do diálogo entre teoria, empiria e narrativas dos participantes da pesquisa.

CAPÍTULO II – TRAJETÓRIA DE UM LUGAR DE MEMÓRIA E CULTURA: FASE INICIAL DA CASA DA CULTURA PADRE ANTÔNIO MENDES

A fase inicial da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes (1993 a 2001) representou um período de valorização da identidade local, apropriação simbólica do espaço e afirmação da memória coletiva em Paula Cândido. Embora tenha marcado significativamente a comunidade, essa etapa foi gradualmente enfraquecida por transformações sociais, instabilidades administrativas e pela descontinuidade das políticas públicas voltadas à cultura.

Este capítulo analisa, a partir do entrecruzamento entre fontes documentais e relatos orais, o contexto de criação da fundação, bem como as diferentes formas de percepção dos atores envolvidos em sua estruturação e posterior descontinuidade. Busca-se compreender os processos de constituição do patrimônio cultural local, atravessados por tensões, negociações e dinâmicas de destituição institucional.

Assim, no primeiro momento, será abordada a criação e a consolidação da Casa da Cultura, destacando o contexto político e social, sua estruturação, a formação de seu acervo e o papel desempenhado pelos diversos atores locais. Serão analisadas, também, as práticas culturais promovidas e os sentidos atribuídos ao espaço como lugar de memória, evidenciando sua importância simbólica para a comunidade.

Posteriormente, em uma segunda etapa, será apresentada a descontinuidade dessa fase, marcada pelo encerramento das atividades e pela demolição da sede que abrigava a Casa da Cultura. Serão contextualizados criticamente os impactos dessa destituição sobre projetos culturais, memórias coletivas e laços de pertencimento, bem como as estratégias de resistência cultural que emergiram em resposta a esse processo, permitindo compreender as tensões e instabilidades das políticas públicas municipais no campo da cultura.

2.1. Criação e consolidação da Casa da Cultura (1993–2000)

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 ampliou a noção de patrimonialização, atribuindo ao Estado e à sociedade civil a corresponsabilidade pela gestão, promoção e salvaguarda do patrimônio (Brasil, 1988). Poucos anos depois, a Lei nº 8.313/1991 – conhecida como Lei Rouanet¹¹ – criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), viabilizando

¹¹Sérgio Paulo Rouanet (1934-2022) foi diplomata, filósofo, sociólogo, professor e escritor. Ex Secretário de Cultura da Presidência da República durante o Governo Collor (1991 e 1992), foi o responsável pela formulação e apresentação da proposta que originou a Lei Rouanet (MinC, 2024).

incentivos fiscais para o fomento de ações culturais (Brasil, 2024). Esses marcos legais reconheceram a diversidade como valor público e abriram caminho para que municípios de pequeno porte, como Paula Cândido, passassem a integrar, ainda que com limitações, o campo ampliado de políticas patrimoniais e das manifestações culturais identitárias.

Nesse contexto de maior atenção às políticas públicas culturais no Brasil e em Minas Gerais, a gestão municipal Paula Cândido (1993 - 1997), liderada por Ney José Alves (Prefeito) e Pedro Paulo Lopes (Vice-Prefeito), promoveu ações de fortalecimento sociocultural com significativa mobilização comunitária, evidenciando a importância atribuída pela sociedade local à preservação de sua identidade e tradições.

Conforme relatado por Lisboa (1997), foram implementadas políticas de caráter humanitário, como a construção de moradias, a expansão da eletrificação rural e a aquisição de transporte escolar. Inserido nesse contexto político-administrativo, o reconhecimento das expressões culturais locais favoreceu a criação de instituições voltadas à memória e ao patrimônio como estratégias para o fortalecimento dos vínculos comunitários.

Embora o Decreto-Lei nº 25/1937 já prevísse a preservação do patrimônio cultural, foi com a Constituição de 1988 que essa diretriz ganhou maior força na esfera municipal. Em Paula Cândido, isso se concretizou com a criação da Fundação Casa da Cultura, por meio da Lei Municipal nº 715/1993 (Anexo 3). Vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a instituição tornou-se um espaço estratégico para valorização de atividades culturais, preservação de memória coletiva e mediação de identidades. Sua fundação representou um marco na institucionalização da cultura local, ainda que desde o início tenha sido permeada por tensões políticas e fragilidades estruturais que viriam a se acentuar posteriormente.

Conforme argumenta Lisboa (1997), a Criação da Casa da Cultura foi motivada pela sensibilidade do então Prefeito Ney José Alves, que atendeu ao pedido de uma de suas irmãs, interessada em um espaço voltado à preservação de memórias culturais e sociopolíticas locais. Destarte, essa visão memorialista merece ser problematizada. Ao atribuir a criação da instituição a um gesto de “boa vontade”, o autor desconsidera as condições históricas, sociais e políticas envolvidas nesse processo. Reduzir a ação institucional a motivos pessoais e afetivos limita a compreensão das dinâmicas coletivas que moldam as políticas públicas culturais.

Os depoimentos coletados durante a pesquisa também trazem percepções que contrapõem a narrativa do autor. Para um dos entrevistados que participou da gestão municipal, havia à época uma demanda social por organização cultural no município:

[...] à época existia uma demanda por cultura no município, porque o nosso município era considerado rico em manifestações culturais, porém, desordenado, manifestações espontâneas. Não tinha um norte pras manifestações culturais, não tinham um organismo de apresentação, não tinha nada que preservasse memórias, ou que valorizasse atividades, nada disso...” (Participante 04 - G1F1, 2024, p. 1).

Por outro lado, um segundo depoimento reafirma a interpretação de Lisboa (1997), ao indicar que a iniciativa teve origem em uma motivação pessoal do prefeito:

[...] é uma história que trazia bem ao povo, as pessoas que fizeram bem à cidade, as pessoas que ajudaram a construir a cidade. Ele queria resgatar a memória dessas pessoas. Então surgiu na cabeça dele esse desejo de criar essa Casa da Cultura...” (Participante 12 - G1F1, 2024, p. 1).

A análise dessas falas evidencia que a criação da Casa da Cultura não decorreu de um único fator, mas adveio de uma confluência de demandas sociais por organização cultural e de motivações subjetivas por parte da gestão municipal. A complexidade temporal e simbólica que permeia a investigação desse processo reforça a necessidade de se problematizar a visão memorialista apontada, reconhecendo os diversos agentes e contextos sociais envolvidos em sua constituição.

A formação do acervo inicial da Casa da Cultura, conforme aponta Pompeu (2003), deu-se por meio da mobilização de moradores e demais atores sociais, que doaram ou emprestaram objetos diversos associados à história do município. Esse processo participativo/colaborativo originou um conjunto de bens culturais que, mais tarde, foi catalogado, organizado e disponibilizado sala de Exposição de Memórias do Município.

Apesar do compromisso e desse engajamento comunitário, é preciso questionar os critérios de seleção adotados, bem como as narrativas que foram legitimadas ou silenciadas no decorrer do levantamento do material que comporia o acervo institucional. Como destaca Pollak (1989), a construção da memória envolve escolhas que revelam conflitos de representação e relações de poder no processo de patrimonialização.

Além da estruturação do acervo inicial, outro aspecto significativo da criação da Casa da Cultura diz respeito à escolha de sua denominação oficial. O nome “Casa da Cultura Padre Antônio Mendes”, instituída pela Lei nº 717/1993, foi proposta pela Igreja Católica, por meio do Padre Licínio. Esse gesto revela o vínculo da instituição com a religiosidade local e com a tradição de nomear espaços públicos em homenagem a figuras religiosas. Em Paula Cândido, essa prática é recorrente, como se observa nos nomes de bairros, ruas e instituições públicas que evocam santos e padres.

Em consonância com essa compreensão, Andrade e Nunes (2015) observam que nomear

peessoas, instituições ou objetos constitui um processo complexo, atravessado por fatores culturais, históricos, sociais e múltiplas intencionalidades. Entre os motivos mais recorrentes destacam-se a tradição, a homenagem, a localização geográfica, as crenças, as características físicas, a criatividade, o interesse político e o desejo de visibilidade pública.

Ressalta-se que a nomeação da Casa da Cultura materializa o reconhecimento social pelo papel do pároco Antônio Mendes no desenvolvimento educacional de Paula Cândido e região. Assim, a instituição torna-se um marco material de uma memória ainda viva à época. Para além da homenagem, sua criação reafirma a instituição como lugar de memória e produção cultural, numa articulação entre educação, religiosidade e cultura, como indicam as narrativas dos participantes da pesquisa:

“[...] a Casa de Cultura denominada Padre Antônio Mendes, em homenagem ao grande professor padre Antônio Mendes que foi um pilar do desenvolvimento educacional da região, como um todo, não só do nosso município. Partindo de Viçosa ele realmente irradiou a educação na nossa região. Era um camarada que participava ativamente de tudo, fundou vários colégios, administrava vários colégios, deu... condição de formação pra muitas pessoas, muitas professoras. Muita gente mesmo da região estudou graças a dedicação dele. E com isso, durante muitos e muitos anos, a cultura era muito atrelada a educação...” (Participante 04 - G1F1, 2024, p. 2).

“[...] Porque, até o Padre Mendes fundar o ginásio, pouca gente que estudou, fez curso normal, pouca gente. Os pouquíssimos fazendeiros punham, filha pra estudar[...] Então, o ginásio foi uma conquista muito grande que o Padre Mendes fez pra Paula Cândido...” (Participante 12 - G2F1, 2024, p. 14).

Conforme argumenta Pollak (1989), a memória é um processo dinâmico, plural, atravessado por disputas, silenciamentos e ressignificações. A denominação institucional da Casa da Cultura, ao fixar temporal e espacialmente a lembrança de um líder religioso com ideais progressistas e comunitários representa uma escolha simbólica carregada de sentidos.

As falas dos participantes reiteram essa decisão, ao descrevem o padre como “pilar do desenvolvimento educacional da região...”, evidenciando a construção de uma memória compartilhada e socialmente legitimada. Essa construção remete ao que o referido autor denomina *memória oficial*, na qual determinados sujeitos são elevados ao status de ícones identitários, enquanto outras memórias permanecem marginalizadas.

A interação entre cultura e educação, destacada nas narrativas, revela a valorização institucionalizada de determinadas práticas culturais, especialmente aquelas associadas a figuras legitimadas pela sociedade local. Apesar da sua importância, tal valorização pode contribuir para a marginalização de culturas populares ou informais, frequentemente excluídas

do reconhecimento oficial e dos espaços institucionais da cultura ao longo da história.

Inserida nessa lógica, a nomeação da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, evidencia uma memória seletiva. Como postula Nora (1993), trata-se da constituição de um “lugar de memória” – um espaço em que determinadas lembranças são fixadas, ao passo que tensões simbólicas e outras narrativas são silenciadas. Ainda que legítima, a exaltação de certos personagens como elementos identitários pode lançar sombras sobre a multiplicidade de memórias e sujeitos históricos que integram a vida cultural local.

Por fim, ao se considerar a relação entre cultura, tradição religiosa e o surgimento de novas expressões culturais, percebe-se um processo de resistência, negociação e ressignificação. Essas iniciativas revelam as tensões que permeiam a construção da memória coletiva, evidenciando que este é um campo de disputas, exclusões e reconfigurações constantes.

A Casa da Cultura Padre Antônio Mendes insere-se nesse cenário de tensões e disputas simbólicas como espaço polissistêmico de mediação entre tradições e inovações culturais, fortalecendo a identidade local. Como argumenta Lefebvre (2006), o espaço é socialmente produzido e carregado de significados. Nesse sentido, a instituição atua como lugar de memórias em constante negociação, tensionamentos e ressignificações de narrativas. Por isso, torna-se essencial ampliar a visibilidade e o reconhecimento das múltiplas identidades e expressões culturais que compõem a história do município, prevenindo apagamentos e exclusões.

As tensões culturais em Paula Cândido manifestam-se em práticas tradicionais como o Jubileu de São José, com benção de veículos e procissões, bem como na Festa de Nossa Senhora do Rosário, que mobiliza a Banda de Congo e a Corporação Musical Monsenhor Lisboa (patrimônio imaterial). Como observa Vieira (2020), essas expressões estão enraizadas no conservadorismo da religiosidade católica. No entanto, no caso da Festa do Rosário, práticas culturais de matriz afro-brasileira tensionam e ampliam os limites da identidade oficial. Assim, mesmo em contexto de conservadorismo religioso, há dinâmicas identitárias em constante disputa e reconfiguração, evidenciando a pluralidade de memórias que coexistem no município.

Esse papel mediador também se articula aos princípios fundacionais da Casa da Cultura, estabelecidos desde sua criação, em 1993, como a promoção do desenvolvimento cultural, a preservação do patrimônio histórico, a divulgação da arte, a valorização dos princípios humanos e das tradições locais (Paula Cândido, 1993). Quando cumpri essa missão, a instituição se consolida como espaço de memória em constante reconstrução, valorizando a identidade coletiva que respeita e celebra a diversidade. Assim, contribui para preservar as memórias históricas e estimular a inclusão e o diálogo contínuo entre o passado e o presente e entre o

oficial e o popular.

Concomitantemente à definição do nome, outras providências foram tomadas para estruturar a Casa da Cultura, incluindo a escolha do local de instalação e a organização da equipe administrativa. Foram designados três servidores efetivos da prefeitura e instituída a Diretoria Executiva, conforme o Art. 5º da Lei de criação (1993), composta por seis membros voluntários e não remunerados: diretor, vice-diretor, 1º e 2º secretários e 1º e 2º tesoureiros. Destaca-se a falta de renovação na equipe de gestão, o que resultou na continuidade das mesmas pessoas nas funções de liderança.

Como atesta o relato de um dos participantes, corroborado pela autora da pesquisa, que foi funcionária da instituição à época:

[...] nós formamos a diretoria com seis pessoas que funcionou durante esse período todo... a renovação, em cidade pequena é o seguinte, renovava sempre entre as mesmas pessoas, quem era presidente passou a ser vice, secretário vai ser tesoureiro, mas a equipe inaugural sempre permaneceu durante funcionamento da Casa...” (Participante 14 - G2F1; G2F2, 2024, p. 3).

Um olhar mais atento e perspicaz às dinâmicas institucionais revela que a permanência dos membros da Diretoria pode indicar a continuidade de práticas administrativas que, embora consolidadas, muitas vezes limitaram a adaptação e a inovação necessárias para o crescimento contínuo da instituição. Esse aspecto revela um certo comodismo, que pode ter contribuído para a descontinuidade da Casa da Cultura.

Além da representatividade histórica destacada por um dos entrevistados, os registros de Lisboa (1997), Pompeu (2003) e a experiência da própria autora apontam que a instituição foi instalada em um sobrado centenário no centro da cidade. O imóvel, pertencente à municipalidade, abrigou anteriormente a residência do capitão João Lourenço de Oliveira, a Escolas Reunidas (1943 a 1953), o Cartório de Registro Civil (1953 a 1954), a Prefeitura e a Coletadoria Estadual, bem como, provisoriamente, o Ginásio Padre Antônio Mendes. Sua escolha reflete a valorização de edifícios que concentram memórias civis e oficiais, reforçando narrativas historicamente legitimadas no município.

[...] por ser um casarão centenário, histórico e ainda era no prédio de taipa ainda, era o prédio público, ele era do município, então ele seria realmente o mais indicado, pelo contexto histórico dele, porque já ter funcionado nele uma escola pública, ter funcionado nele, uma delegacia e também a Prefeitura. Então estava tudo de acordo para ser nesse local da casa, a primeira Casa da Cultura.” (Participante 14 - G2F1; G2F2, 2024, p. 3).

Essa fala reafirma a força simbólica do espaço, endossando a relação entre memória

coletiva, centralidade política e representatividade institucional no processo de constituição do lugar como sede da Casa da Cultura. Ao evidenciar a trajetória do imóvel o participante aponta a pluralidade de estratégias que pautaram sua escolha, deixando implícito que a instituição deveria incorporar e reconhecer o seu valor cultural e histórico.

A multiplicidade de usos conferiu ao sobrado um valor significativo, imbricado com as trajetórias urbanas, administrativa, educacional e cultural de Paula Cândido. Ao longo dos anos de ocupação, o edifício tornou-se um ponto de referência para diversas esferas da memória coletiva e do poder local. As imagens da sua fachada (Figura 02), com sua arquitetura imponente, revela influências sociopolíticas, refletindo o poder aquisitivo do antigo proprietário e as dinâmicas de classe e exclusão presentes no município

Figura 2 – Fotografias da fachada do sobrado onde foi instalada a primeira Casa da Cultura de Paula Cândido



A visualização da fachada do sobrado revela as entrelinhas implícitas das relações sociais, hierarquias, aspectos educacionais, históricos e políticos da cidade, assim como as transformações e adaptações arquitetônicas realizadas em função do propósito institucional. Este casarão conecta diferentes épocas, evoca memórias e mobiliza imagens do imaginário coletivo, permitindo múltiplas interpretações sobre o passado.

A opção por um imóvel centenário, situado em uma localização central e em frente à igreja matriz, carrega uma forte carga simbólica, ao remeter à continuidade das práticas educacionais e administrativas. Sua designação como sede da Casa da Cultura representou uma decisão tanto prática quanto política, ao reapropriar um espaço que, embora historicamente marcado, ressoava com o poder das elites locais. Nesse sentido conectou-se o presente à história do município, ao mesmo tempo em que refletia as transformações sociais e culturais em curso.

Neste contexto, a cerimônia de inauguração da Casa da Cultura, em 03 de setembro de 1994, realizou-se, de forma festiva, com a presença de autoridades, da Corporação Musical Monsenhor Lisboa, das Bandas de Congos locais e da Folia de Reis de Airões, evidenciando tradição e articulação entre o poder público e as expressões da cultura popular. A participação desses grupos não apenas conferiu legitimidade identitária à instituição que estava surgindo, como também indicou, desde sua fundação, a intenção de vinculá-la às tradições culturais da comunidade.

Aberta à visitação pública gratuita, a Casa da Cultura passou a acolher estudantes, professores, pesquisadores e a comunidade em geral, atuando como espaço de preservação da memória coletiva e valorização cultural local. Seu acervo reunia bens de natureza religiosa, civil, heroica, esportiva e histórica, refletindo a pluralidade do patrimônio cultural do município e contribuindo para a construção de sentidos compartilhados de pertencimento e identidade. Mais do que um local de exposição, configurava-se como ponto de encontro entre diferentes tempos e experiências sociais, incentivando uma participação cultural ativa.

Distribuída em dois pavimentos, a sede da instituição conciliava a preservação da memória com atividades educativas e culturais. No térreo, localizavam-se os espaços de uso funcional e comunitário, como a secretaria/recepção, o salão polivalente e a área de armazenamento dos materiais das Bandas de Congo, incluindo indumentárias e instrumentos. Nesse ambiente também eram promovidas oficinas e cursos, como pintura em tecido, confecção de produtos de limpeza, culinária e aulas de música. Essas iniciativas demonstram o esforço institucional de integrar ações de formação, geração de renda e valorização cultural ao cotidiano da população.

Embora as mobilizações culturais e educativas tenham sido significativas, elas não seguiam uma programação fixa e contínua. A maioria das ações era realizada por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação e Cultura ou por demandas pontuais da própria comunidade. Esse modo de funcionamento revela, simultaneamente, o empenho da equipe (sem formação específica na área cultural) e os limites estruturais da instituição. Apesar do esforço constante em manter as atividades em funcionamento, impõe-se a necessidade de se pautar a ausência de

uma política cultural regular, articulada e de longo prazo. Essa condição é evidenciada na narrativa de ex-funcionária da instituição:

“[...] os cursos vinham muito de demanda. O pessoal passava, ah podia fazer... e tinha a responsável, ela vinha com as demandas e a gente organizava [...], mas não tinha um calendário. [...] Nada que fosse assim, vamos seguir um calendário... surgiu essa oportunidade, vamos? Aí mobilizava, a prefeitura dava o apoio e a gente fazia.” (Participante 22 - G2F1, 2024, p. 7).

Como indica a fala anterior, a ausência de um planejamento cultural sistemático revela uma lógica de atuação baseada na improvisação diante de solicitações pontuais, em vez da implantação de políticas públicas contínuas que assegurassem a valorização dos saberes locais, a preservação da memória e da diversidade cultural, bem como o pleno aproveitamento do espaço cultural. Essa descontinuidade pode ter comprometido, em parte, a consolidação da Casa da Cultura como referência identitária, abrindo espaço para ingerências políticas e conferindo, ainda que involuntariamente, pretexto para sua posterior destituição. Essa fragilidade expõe os limites da gestão cultural local, marcada por instabilidades e sujeita a interesses imediatistas.

Percebe-se que a disposição do acervo refletia uma intencionalidade voltada à valorização de figuras socialmente reconhecidas, reforçando a seletividade da memória institucionalizada, conforme discutem Pollak (1989) e Halbwachs (2006). Essa estratégia expositiva revela como determinadas trajetórias individuais foram elencadas como representações do coletivo, em detrimento de outras vivências igualmente significativas, porém silenciadas.

Ainda no âmbito das contradições institucionais, destaca-se a ausência de registros no acervo principal sobre a Festa do Rosário ou ao Congado, práticas afrodescendentes enraizadas na história local há mais de um século. Essa lacuna evidencia um silenciamento simbólico, mesmo com a presença física dessas manifestações na rotina da Casa da Cultura, que abrigava indumentárias e instrumentos das Bandas de Congo e funcionava como ponto de apoio à realização da festividade. Essa disparidade é ressaltada no relato da participante:

“[...]naquela época entre 94 e 2001 não tinha muita coisa na Casa Cultura da festa do Rosário... sobre o Congado [...] Isso é uma coisa que me chamou a atenção[...] a Casa da Cultura não tinha muito esse contexto da festa... tinha um contexto mesmo da gente guardar a memória” (Participante 22 - G2F1, 2024, p. 2).

O depoimento evidencia a contradição entre o discurso institucional de preservação da memória e a exclusão de manifestações negras historicamente relevantes para a formação cultural local. Trata-se de um processo seletivo de institucionalização da memória, que reitera

desigualdades. Como assinalam Pollak (1989) e Halbwachs (2006), essas exclusões configuram as “memórias subterrâneas”, moldadas por enquadramentos sociais. Ao invisibilizar o Congado e a Festa do Rosário, a instituição reafirmava uma lógica hierarquizada de patrimônio, marginalizando expressões da ancestralidade afro-brasileira no imaginário coletivo.

Ainda sobre o espaço, no pavimento superior da instituição funcionava a biblioteca, a sala de estudos, o laboratório de informática e datilografia, além da sala de Exposição de Memórias do Município. Nela objetos e fotografias eram dispostos em painéis, vitrines e bancadas, compondo uma narrativa visual que destacava personalidades e acontecimentos tidos como representativos da história oral local, como Monsenhor Lisboa, Professor Samuel João de Deus, Benjamin Sotero de Oliveira, José Maurílio Valente, Waldemiro Potsch e os ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial: Domingos Teixeira Valente¹², Antônio Amaro¹³ e Antônio Pacheco¹⁴

Entre os itens considerados de valor histórico e simbólico, destacavam-se a pia batismal onde foi batizado Francisco Gomes de Paula Cândido (1804), o primeiro livro de registros de batismos da paróquia (1837-1861), o livro de atas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário como referência da pioneira festa do Rosário realizada em 1862, e o livro de registros civis (1831). Esses elementos reforçavam o papel da Casa da Cultura como guardiã da memória local e promotora da identidade cultural.

O acervo incluía ainda documentos, fotografias e objetos relacionados à Segunda Guerra Mundial, como diplomas, carta e outros souvenirs do ex-combatente Domingos Teixeira Valente. Essa coletânea expressa uma memória mais íntima e sensível da vivência de guerra contra o nazifascismo, frequentemente ausente das narrativas oficiais, que tendem a exaltar

¹²Combatente da FEB, convocado em 1945, serviu na 8ª Cia do 3º Batalhão do 11º Regimento de Infantaria (nº 1928). Atuou em diversas frentes, destacando-se a tomada de Monte Castelo. Ferido em combate em março de 1945, recebeu condecorações como as Medalhas de Campanha, Cruz de Combate 1ª Classe e Sangue do Brasil e outras menções honrosas por seu desempenho e comprometimento. Após o término da Guerra voltou ao Brasil a bordo do navio Mariposa, sendo promovido posteriormente a 1º e 2º Sargento. Em Paula Cândido casou-se e teve 11 filhos e, ao longo de sua vida, participou da vida comunitária, mantendo viva a memória da Guerra por meio de palestras e objetos que conservava com orgulho. Faleceu aos 93 anos. (Pompeu, 2003: p. 114-117).

¹³ Nascido em 12/09/1921, convocado para a FEB o 2º Escalão 11º RI integrou. Seu “batismo de fogo” aconteceu em fevereiro de 1945, durante a tomada de Monte Castelo. Participou de outras operações na Itália, sendo elogiado e condecorado com a Medalha de Campanha. Retornou ao Brasil em setembro de 1945 recebendo o certificado de reservista 1ª Categoria (n.º 12.917). Fixou residência no RJ, onde foi assassinado em 1947. (*Ibidem*, p. 117-121).

¹⁴ Nascido em 1º de julho de 1917 foi incorporado ao 12º RI (posteriormente transferido para o 6º RI), onde atuou como cozinheiro na Companhia de Comandos e Serviços, durante a campanha na Itália. Recebeu elogios e o título de membro honorário do IV corpo por sua dedicação. De Nápoles, embarcou de volta ao Brasil em junho de 1945. Foi condecorado com a Medalha de Campanha e reformado como 2º Sargento. Viveu em Paula Cândido, casou-se, por duas vezes, teve 08 filhos. Faleceu 03/03/1990. (*Ibidem*, p. 121-124).

discursos estereotipados e heroicos. Sob essa ótica, tais fontes ilustram às “memórias subterrâneas” (Pollak, 1989) – que resistem ao esquecimento institucional mesmo quando restritas ao âmbito familiar ou a espaços culturais municipais.

Ao serem incorporadas ao acervo da Casa da Cultura, essas lembranças ganharam visibilidade pública, contribuindo para a ampliação do repertório de memória coletiva. Nesse aspecto, a instituição assumia um papel relevante na valorização de experiências anteriormente negligenciadas, abrindo espaço para reflexão crítica sobre a história local. As imagens dos itens cedidos por Domingos (Figuras 3 a 5) ilustram uma perspectiva distinta da vivência de guerra e reafirmam o potencial do acervo como instrumento de preservação e diálogo histórico com o passado.

Figura 3 – Coletânea do ex-combatente da FEB – Domingos Teixeira Valente: fotografias



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Figura 4 – Carta do Ex-combatente Domingos Teixeira Valente à família, escrita no dia da vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial (08/05/1945), acompanhada de transcrição fiel à grafia original.

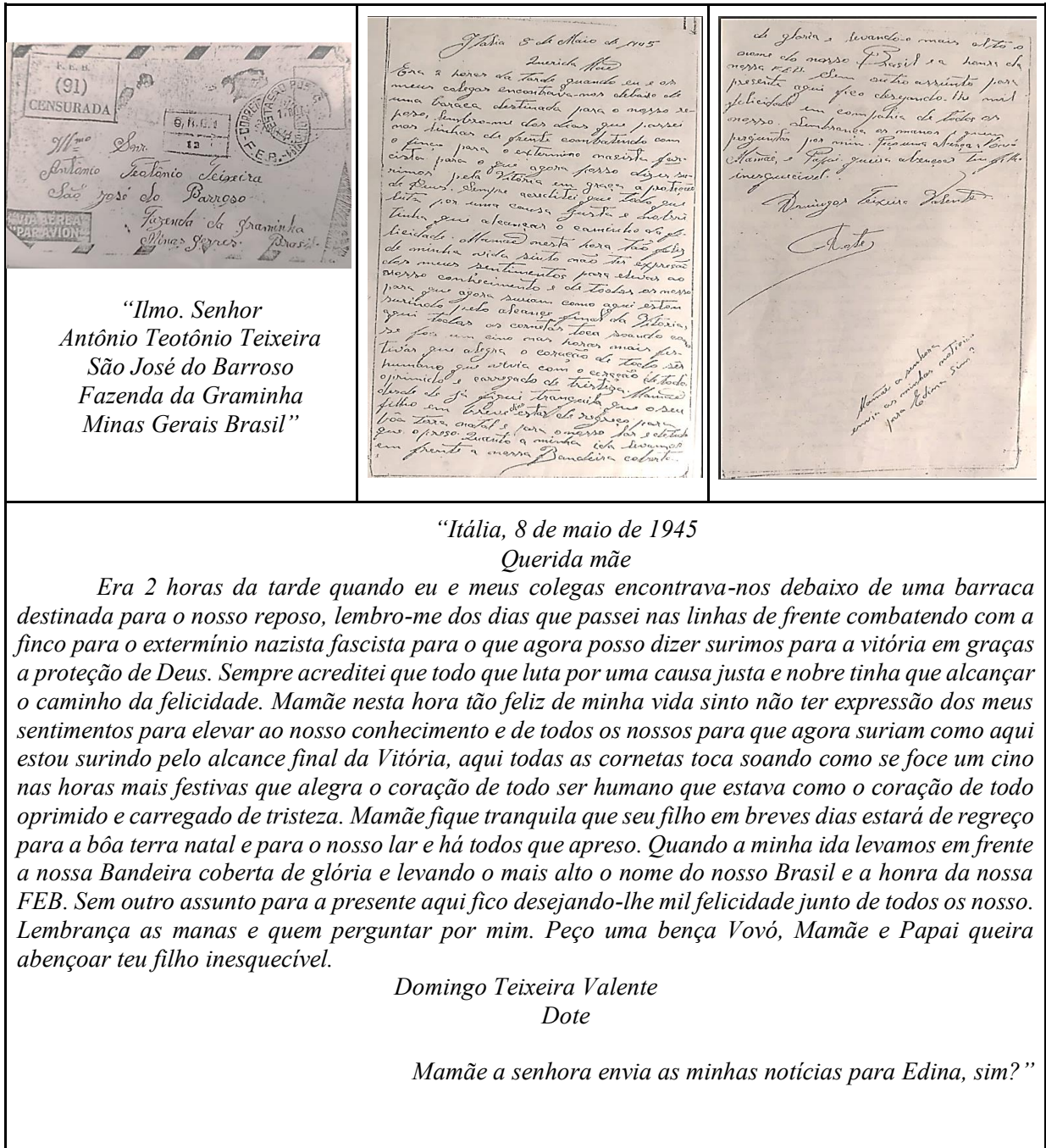


Figura 5 – Coletânea do ex-combatente da FEB – Domingos Teixeira Valente: diplomas e souvenirs



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Embora fragmentadas, essas lembranças revelam experiências marcadas por medo, saudade, dor, traumas e exclusão, evidenciando os silêncios produzidos pelas versões oficiais da história. Conforme relata Portelli (1997), os documentos pessoais e os registros orais do ex-combatente – que chegou a ministrar palestras na Casa da Cultura – expressam não apenas fatos objetivos, mas também as subjetividades atribuídas às experiências vividas, permitindo acessar camadas mais profundas da memória.

Observar a documentação de Domingos evidencia o contraste com a ausência de registros pessoais dos outros ex-combatentes paulacandidenses. Essa disparidade pode ser esclarecida, pois, durante os anos de trabalho na instituição, observou-se que nenhum outro material foi disponibilizado pelos outros veteranos ou por seus familiares. Tal lacuna pode revelar uma recusa em compartilhar experiências associadas à dor e à rememoração, assim como a desvalorização social dessas vivências.

Essas ausências podem ser interpretadas à luz de Pollak (1989) e de Halbwachs (2006). Para o primeiro autor, trata-se das “memórias subterrâneas”, compreendidas como resultado das disputas entre lembranças, esquecimentos e silenciamentos – muitos deles decorrentes de traumas ou de condições sociais que desestimulam o compartilhamento de determinadas experiências. Já Halbwachs, aponta o trauma como obstáculo à elaboração de memórias públicas, gerando vazios documentais que não indicam à inexistência das vivências ou o esquecimento espontâneo, mas sim silenciamentos impostos por fatores pessoais ou pela ausência de estrutura e de sensibilidade institucional diante da complexidade da memória coletiva.

Outro aspecto importante refere-se às dificuldades financeiras enfrentadas desde a criação da Casa da Cultura. Embora constituída como fundação, não possuía receita própria e dependia exclusivamente de recursos públicos. Sua única fonte direta de renda vinha da venda de hortaliças excedentes que eram cultivadas na horta comunitária, originalmente destinada à alimentação de crianças da creche municipal. Essa dependência do poder público, somada aos limites orçamentários estipulados pelo porte e população do município, restringia a implementação de projetos culturais mais abrangentes. Os depoimentos evidenciam essas limitações e destacam o apoio eventual de algumas gestões:

“[...] cultura, principalmente uns anos atrás, era o menor dos orçamentos da prefeitura... nem tinha Secretaria de Cultura, era Secretaria de Educação e Cultura. Então, tudo era com dificuldades... tivemos um pouco de sorte... a primeira Casa de Cultura, o prefeito gostava de coisas antigas, gostava de cultura, ele era um homem social. Então deu apoio a isso. Outros prefeitos não deram, a gente tinha que lutar contra tudo e contra todos lá, com o orçamento reduzido demais da conta.” (Participante 14 - G2F1, 2024, p.4).

“[...] o plano real tinha sido introduzido em 1994... foi um período de transições variadas... na época do meu mandato, foi criado o FUNDEF, Fundo de Desenvolvimento Educacional... que é praticamente desvinculado das demais despesas correntes do orçamento do município. E era curto porque aí tinha questão de saúde... [...] era muita dificuldade, os recursos eram muito menores que hoje...” (Participante 27 - G1F1, 2024, p.6-8).

Os relatos revelam que, apesar de alguns reconhecimentos pontuais sobre a importância da cultura, a ausência de uma política pública estruturada e de orçamento específico limitava severamente a atuação da Casa da Cultura. Sua vinculação ao setor educacional e a inexistência de autonomia, impuseram barreiras institucionais à continuidade das ações culturais. Além disso, as reformas econômicas da década de 1990, como a implantação do Plano Real e do FUNDEF, impactaram os recursos municipais, agravando a fragilidade das instituições culturais locais.

A dependência das políticas culturais da vontade política de cada gestor evidenciava a instabilidade estrutural com que a memória, o patrimônio e a cultura foram historicamente tratados nas agendas públicas do município. Essa descontinuidade comprometia o planejamento de longo prazo e expunha o acervo e as ações culturais aos riscos de abandono, descaracterização e descontinuidade institucional.

Apesar disso, a Casa da Cultura Padre Antônio Mendes articulou parcerias com escolas, universidades, EMATER, SENAR e Petrobras, possibilitando o desenvolvimento de ações integradas, como concursos de poesia e identidade visual (logomarca), cursos de pintura em tecido, encontros de bandas, fanfarra mirim, exposições de artesanatos e apresentações teatrais. Um marco desse período foi a passagem da Caravana Petrobras Cultural, que, embora temporária, levou ao município apresentações artísticas de alta qualidade, ampliando o acesso da população à expressões culturais diversas.

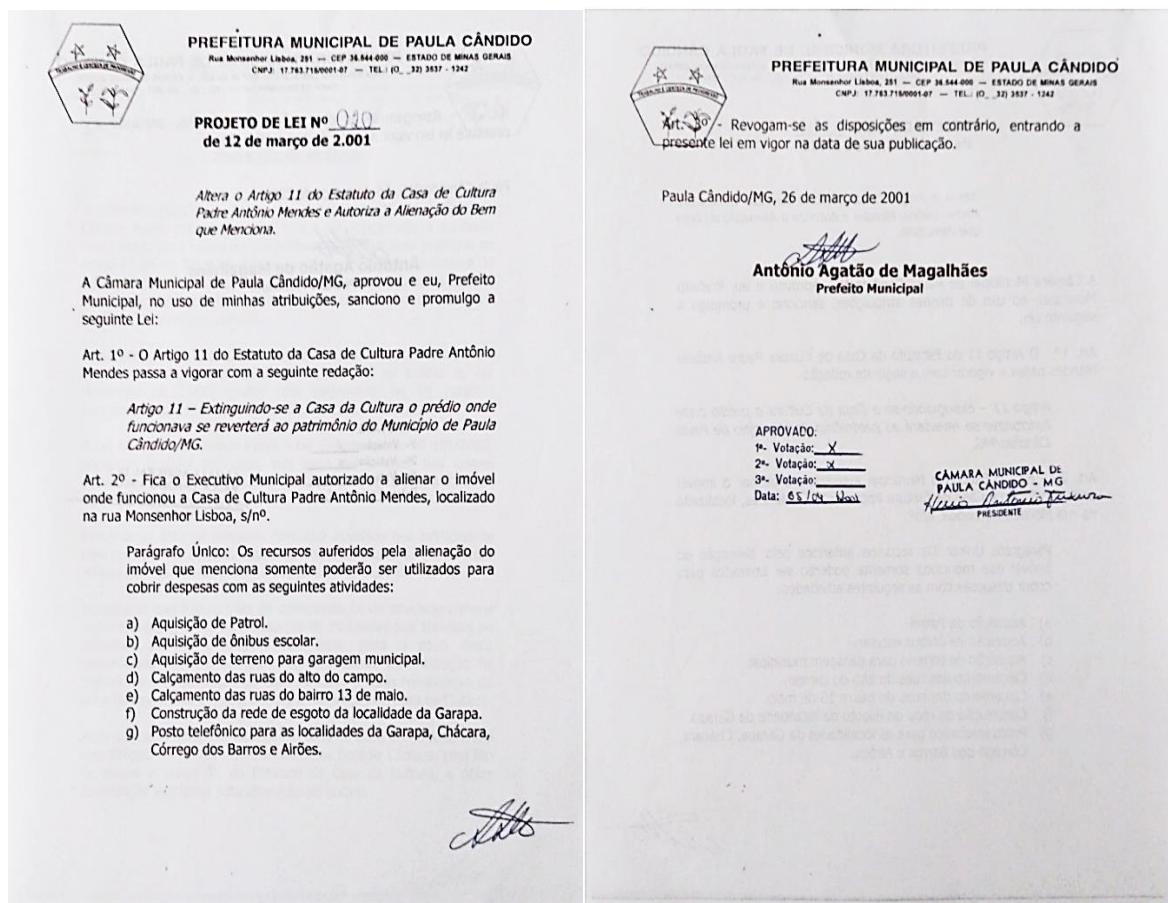
Nesse processo, a Casa da Cultura assumiu papel de espaço de representação simbólica e de afirmação coletiva, refletindo, ao mesmo tempo, o esforço do poder público em estruturar um espaço cultural e de memória, e a adesão da comunidade na constituição de seu acervo. As fontes documentais e as narrativas orais evidenciam tais expectativas, mas também revelam tensões que viriam a se manifestar em decorrência de instabilidades políticas e institucionais analisadas no próximo subitem.

2.2. Encerramento do ciclo: extinção, rupturas e tensões na primeira fase

As iniciativas anteriormente apontadas, embora relevantes, não escapam das contradições estruturais que historicamente atravessam o campo da patrimonialização no Brasil, marcado por disputas simbólicas e tensões entre a centralização estatal e as demandas locais. Como analisa Chuva (2017), apesar de haver maior inclusão de atores nos processos decisórios, o Estado ainda mantém forte controle sobre as políticas patrimoniais, perpetuando desigualdades e enfraquecendo iniciativas culturais dos municípios de pequeno porte.

A trajetória da Casa da Cultura evidencia os impasses enfrentados pelas instituições culturais em contexto marcado pela descontinuidade administrativa e pelas interferências políticas. Inserida nessa dinâmica, a instituição foi oficialmente extinta por meio do Projeto de Lei nº 20/2001 (Figura 6), sancionado pelo Prefeito Antônio Agatão de Magalhães. A referida lei autorizava o encerramento das atividades da Casa da Cultura e a alienação do imóvel que a abrigava sinalizando a fragilidade da política cultural local e a subordinação do patrimônio simbólico a interesses circunstanciais (Paula Cândido, 2001).

Figura 6 – Projeto de Lei de Extinção da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes



O documento oficial (Figura 6) registra a alteração do estatuto da fundação e a destinação do recurso obtido com a venda do imóvel para obras de infraestrutura urbana. A justificativa que incluía a aquisição de uma patrôla, o calçamento de ruas e a compra de um ônibus escolar, revelou uma lógica de gestão centrada nos bens tangíveis, em detrimento de investimentos em cultura. Destaca-se, contudo, que não foi possível comprovar se os valores oriundos da alienação do imóvel foram, de fato, aplicados conforme previsto no Art. 2º da legislação de autorização.

Embora essas demandas urbanas mencionadas sejam legítimas, a extinção de um espaço simbólico voltado à preservação da memória coletiva escancara a fragilidade das políticas culturais no âmbito local, frequentemente tratadas como supérfluas diante de prioridades imediatistas da administração pública. Essa perspectiva materialista é reiterada pela fala do gestor responsável pela decisão pela decisão:

“[...] Era uma casa que não oferecia muita segurança, era uma casa velha, antiga e por um motivo de aperto, por um motivo de outras coisas mais importantes pro município eu acabei leiloando ela, na minha na minha gestão. [...] quem dava muito valor, que queria muito essa cultura foi o Ney que fundou ela a pedido do, do Zico Queiroz e do Padre Licínio, que reuniu... estudaram e acharam viável fazer a cultura. [...] não tive muito oportunidade de conhecer o Estatuto da Casa da Cultura, [...] naquela época, por ser tão difícil e não ter dinheiro, eu achava um absurdo eu tinha muitos funcionários na Casa da Cultura e ficava só por conta da Casa da Cultura e sentava lá dentro e a gente não tinha como pagar, né? Então quer dizer...”
(Participante 20 - G1F1, 2024, p. 3-5).

Uma leitura atenta dessa afirmação evidencia contradições, inconsistências e omissões relevantes. A alegação insegurança estrutural, por se tratar de imóvel antigo, desconsidera que edificações seculares podem ser seguras, desde que bem construídas e mantidas – o que era o caso. A associação entre “velho” e “inseguro” revela a percepção do senso comum. Além disso, a justificativa de inviabilidade financeira para manter a folha de pagamento não se sustenta, pois dos quatro funcionários da Casa, três eram servidores efetivos com salários garantidos, independentes da manutenção ou extinção da instituição.

O próprio reconhecimento do gestor quanto ao desconhecimento do Estatuto da fundação reforça a negligência institucional. Soma-se a isso uma visão restrita do gestor, ao ignorar os significados atribuídos pela comunidade à Casa da Cultura. Ao afirmar que apenas o fundador valorizava o espaço, o gestor desconsidera sua relevância coletiva e cultural. A decisão de leiloar o imóvel extrapola o campo administrativo, revelando uma política cultural marcada por descontinuidade, desvalorização do patrimônio e inferências da politicagem partidária.

Outro participante da pesquisa reforça esse diagnóstico ao revelar o caráter unilateral da decisão:

“[...] a partir do momento que decidi acabar e foi uma decisão individual e política do gestor da época... Foi uma decisão unilateral mesmo! Algumas pessoas se interessaram e... Emerson surgiu como uma pessoa que deu o maior suporte e foi quem mais esperneou pra não acontecer, mas já estava definido que ia acontecer mesmo, então ele retirou uma grande parte do acervo e preservou por conta deles, levou pra casa dele e preservou...” (Participante 04 - G1F1, 2024, p. 4-5).

Esse episódio demonstra como a sobrevivência de instituições culturais locais depende, frequentemente, da sensibilidade e iniciativa de indivíduos, mais do que de políticas públicas estruturadas e duradouras. A extinção da Casa da Cultura interrompeu ações educativas, culturais e patrimoniais; fragmentou seu acervo e transferiu a responsabilidade pela sua salvaguarda a esforços voluntários da comunidade. Trata-se, portanto, de um exemplo emblemático das rupturas recorrentes no campo cultural, em que o simbólico geralmente cede lugar à uma lógica imediatista da política cotidiana.

Cabe ainda registrar que na tramitação do Projeto de Lei n.º 20/2021, o Legislativo Municipal apresentou uma emenda (Anexo 4) solicitando que o imóvel fosse doado à própria Câmara Municipal, com compromisso de preservar seu valor histórico e destinar o espaço a atividades culturais. A proposta foi rejeitada, e o projeto original foi sancionado, autorizando o fechamento definitivo da fundação (Paula Cândido, 2001).

A extinção da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes marcou o fim de sua primeira fase. Conforme aponta Pompeu (2003) e a autora da pesquisa, parte do acervo foi devolvida aos doadores e/ou cedentes, enquanto outra parcela foi simplesmente descartada, sem qualquer formalização ou registro. A alienação do imóvel e sua posterior demolição, promovida pelo novo proprietário, representou não apenas a perda de um espaço físico, mas a interrupção concreta de uma política pública de cultura e memória.

Nesse contexto a Figura 7 evidencia o vazio deixado por sua ausência, que ainda pode ser observado na atualidade.

Figura 7– Local onde havia a primeira Casa da Cultura Padre Antônio Mendes



Fonte: Acervo Pessoal, 2023.

Após adquirir o sobrado, o comerciante Osvaldo da Silva Matias optou por sua demolição, mantendo apenas o lote urbano, com área de 796,25 m², registrado em 16 de julho de 2001 no Cartório de Registro de Imóveis de Viçosa¹⁵, sob matrícula nº 25.323 (Cartório de Registro de Imóveis de Viçosa, 2013 – Anexo 5). Conforme demonstrado na Figura anterior, o referido terreno, atualmente pertencente aos herdeiros, permanece desocupado desde a destituição institucional.

Anos após o fechamento da Casa da Cultura e a alienação do seu imóvel, os impactos socioculturais desse processo reverberam nas memórias dos participantes da pesquisa. Suas narrativas evidenciam tanto a ausência material da instituição quanto as marcas simbólicas deixadas pela descontinuidade das políticas culturais no município:

“[...] Ah, no mandato... mudança de prefeito resolveu acabar com a Casa da Cultura, né? Vender. Vendeu a Casa da Cultura, aí acabou com tudo, né? Acabou com o patrimônio antigo...” (Participante 06 - G2F1, 2024, p. 8).

“[...] o prefeito que fechou era contra quem criou a Casa da Cultura... então o negócio dele era destruir tudo que foi feito na gestão anterior. Então, foi essencialmente política, a destruição da Casa Cultura [...] quando nós ficamos sabendo já tinham esvaziado a Casa da Cultura e nos contaram que ele colocou tudo atrás da prefeitura e botou fogo. O Emerson é que ficou sabendo, salvou algumas coisas...” (Participante 12 - G2F1, 2024, p. 8-9).

“[...] O Emerson que catou as coisas jogadas no lixo. Coitado! Aqueles livros, a história... como que um cara pode acabar com coisa que é útil no município?...” (Participante 13 - G1F2, 2024, p. 8).

¹⁵ Certidão de inteiro teor. Cartório de Registro de Imóveis de Viçosa – MG. Matrícula nº 25.323, referente a lote urbano de 796,25 m², onde se localizava a antiga Casa da Cultura Padre Antônio Mendes. Livro 2. Emitida em 07 de novembro de 2013. Cedida à pesquisadora por familiar do atual proprietário.

“[...] o que foi passado para nós, na época é que a Casa da Cultura dava despesa. Então, na visão de algumas pessoas que estavam à frente da prefeitura, não dava retorno... estava querendo retorno eleitoral de voto, mas o retorno dela era muito mais que isso, né, é o retorno de cultura que não tem preço! [...] juntamente com a Casa da Cultura foram vendidos diversos, bens imóveis da prefeitura... sempre se falava que era pra construir alguma coisa ou que estava com a pendência trabalhista, que tinha que pagar, mas esse erro foi danoso...” (Participante 14 - G2F1; G2F2, 2024 p.4).

“Acabou, derrubou a casa como se tivesse derrubando, literalmente, a cultura de um povo, a memória de um povo e aí, pronto. [...] livro jogado fora, muito documento se perdeu... Algumas famílias foram buscar algumas coisas, muitas fotos se perderam... [...] é muito triste, quando a gente pensa ali na Casa da Cultura... [...] Hoje tem um trailer ali naquele lote...” (Participante 22 - G2F1, 2024, p. 6; 10-11).

O conjunto de narrativas expressa um forte sentimento de perda vivenciado pelos sujeitos envolvidos com a Casa da Cultura diante da extinção. As declarações denunciam a arbitrariedade da decisão política, marcada por disputas pessoais, interesses eleitorais e ausência de diálogo com a comunidade. A destruição da instituição é percebida como um atentado à memória e à identidade cultural local. A indignação com o descarte do acervo e os esforços de moradores para recuperar parte do patrimônio revelam a dimensão afetiva e representativa atribuída ao espaço, além de expor a vulnerabilidade das políticas públicas de preservação cultural no município.

Ao ser instalada em um edifício de valor histórico, a Casa da Cultura, ocupava lugar central na memória coletiva. Sua demolição escancarou lacunas institucionais e comprometeu a continuidade de ações e a salvaguarda de acervos.

Embora o imóvel não fosse legalmente tombado – apesar de ter sido avaliado por de especialista -, era amplamente reconhecido pela população como bem carregados de significados históricos e afetivos. Essa percepção é reforçada pela fala de um dos participantes, que relembra os esforços para o tombamento do imóvel:

“[...] A gente estava pensando em tomar o prédio. Toninho deu carta branca pra gente, pra ver o que precisava pra tomar o prédio [...] o pessoal da arquitetura da UFV fizeram um levantamento, fizeram todo um processo, tinha toda documentação, quanto ia gastar, tempo de obra [...] não era tão astronômico, mas era quantia alta e a justificativa do Toninho era ‘se as pessoas virem que eu estou gastando isso na Casa da Cultura, não sei o que eles fazem comigo...” (Participante 22 - G2F1, 2024, p. 6).

O depoimento do participante traz à luz o impasse enfrentado pelo prefeito, que, embora reconhecesse o valor histórico do sobrado, recusou-se a investir em sua preservação por receio de retaliação popular e dos companheiros políticos. Tal postura revela a fragilidade da gestão patrimonial municipal, pautada por decisões de curto prazo e pela busca da aprovação política

imediate da continuidade de políticas culturais.

Endossando a valoração comunitária do imóvel, Pompeu (2003) ressalta que o antigo casarão reunia lembranças e emoções de diferentes gerações, constituindo um marco simbólico na história do município, onde experiências, afetos e vivências se entrelaçavam à materialidade do lugar. Sua criação representou um avanço no campo cultural, mas sua trajetória foi pontuada por disputas, descontinuidades e reiteradas negligências.

A Casa da Cultura Padre Antônio Mendes enfrentou tensões entre distintas gestões, interesses políticos e demandas sociais, o que comprometeu sua permanência e efetividade enquanto ação cultural institucionalizada. Essa trajetória evidencia que a patrimonialização não é um processo neutro, mas permeada por interesses locais. Reconhecer essa condição ratifica a importância de compreender os limites e possibilidades de política cultural no âmbito municipal.

As entrevistas evidenciam uma compreensão ampliada e crítica do patrimônio cultural, apontando sua profunda ancoragem nas memórias individuais e coletivas, no despertar de emoções e na construção de sentidos de pertencimento. Nesse contexto, a Casa da Cultura Padre Antônio Mendes é frequentemente evocada como espaço de memória, cuja extinção mobiliza sentimento de frustração, tristeza e desapontamento. Os trechos a seguir ilustram essas percepções:

“[...] foi bem triste. Pessoas reclamaram e ficaram muito revoltadas, que ela é um patrimônio antigo[...] as madeiras que foi tirada, ainda durava mais uns duzentos ano.[...] revoltou muito a cidade (Participante 06 – G2F1, 2024, p. 5).

“[...]na época, nós xingamos muito, brigamos..., mas, hoje eu fico pensando... Ele... Não tem instrução, coitado! Da roça, não dava valor a essas coisas... Sabia só mesmo fazer coisa ruim, porque, destruiu uma coisa que... onde as pessoas iam se deliciar e ficar bem lá, uma coisa que cresce com a cidade. Ele não tinha essa visão... (Participante 12 - G2F1, 2024, p. 12).

“[...]Tinha o mobiliário, tinha livros, tinha os documentos... pra mim foi a coisa mais triste do mundo, foi quando fecharam e depois derrubaram a Casa da Cultura. A gente tinha memória afetiva.[...] Tem muito caso legal daquele lugar ali [...] Quando derrubou... Nossa! Eu até hoje, quando eu passo e eu olho pra aquele lugar ali, sabe me dá uma tristeza, uma tristeza...” (Participante 12 - G2F1, 2024, p. 3 e 6).

Os depoimentos revelam tensões, hierarquias de valor, escolhas políticas e forte ligação afetiva da comunidade com a antiga Casa da Cultura Padre Antônio Mendes. Sua destruição significou mais que a perda de um edifício: representou a negação de um patrimônio simbólico e afetivo, silenciado por um processo de gestão que ignorou os sentidos atribuídos ao espaço pelos sujeitos locais. Mais do que uma estrutura física, a instituição encarnava fragmentos do imaginário coletivo, experiências vividas e identidades compartilhadas – o que reforça a

urgência de uma escuta sensível e da valorização das percepções comunitárias.

Nesse contexto, Fabre (2011) destaca as “relações de pertencimento”, conceito que expressa os modos como os sujeitos se conectam aos lugares, conforme suas memórias, afetividades e vivências. Complementando essa abordagem Chuva (2017) enfatiza que a patrimonialização é um processo seletivo e conflituoso, pautado por disputas de poder, visões de mundo e interesses institucionais. As falas dos interlocutores demonstram que o reconhecimento de um bem como patrimônio cultural não se limita a marcos legais, ancorando-se também em vínculos subjetivos e afetivos.

As narrativas indicam que a Casa da Cultura era, para muitos, um território simbólico e um espaço de práticas sociais – um lugar de encontro, circulação de saberes e produção de sentidos. Sua destruição abalou não apenas a memória material, mas o tecido social e emocional da cidade. Nessa perspectiva, Marins (2016) defende a ampliação da noção de patrimônio para além da materialidade, incorporando os modos de apropriação e ressignificação dos bens culturais ao longo das trajetórias de vida dos sujeitos.

A falta de diálogo com a população e a descontinuidade das políticas culturais revelam, como enfatiza Oliveira (2020), que o campo do patrimônio envolve embates simbólicos e disputas políticas, onde o silêncio institucional pode atuar como forma de apagamento. Por esse motivo, a patrimonialização deve ser compreendida como um processo contínuo de escuta, negociação e reconhecimento — mais que normatização, requer políticas sensíveis às vozes e experiências dos atores que atribuem significados aos bens culturais.

O encerramento desse ciclo revela os desafios enfrentados por instituições culturais em cidades de pequeno porte, mas também a resistência de grupos e indivíduos que, mesmo diante de barreiras administrativas e políticas, buscam preservar suas expressões culturais, memórias e identidades. A perda do espaço resultou no extravio de documentos, livros, fotografias e outros bens, além de abalar a confiança da população nas políticas públicas culturais.

A destruição do acervo comprometeu a preservação da memória institucional e impôs dificuldades à realização desta pesquisa, já que fontes primárias essenciais foram descartadas após o fechamento da Casa da Cultura. Contudo, a experiência da autora, como ex-funcionária da instituição e moradora do município, somada ao uso da história oral, permitiu superar parte dessas lacunas, possibilitando a reconstituição de fragmentos históricos perdidos. Esse fato evidencia os efeitos duradouros da descontinuidade cultural e reforça a relevância da história oral como método de preservação da memória coletiva.

As entrevistas também apontam que, embora alguns grupos e lideranças tenham se manifestado contra o fechamento da Casa da Cultura, faltou mobilização comunitária suficiente

para impedir sua demolição. Parte da população, à época, não reconheceu o sentido de pertencimento e memória do espaço ou se resignou diante do autoritarismo da gestão. Esse desfecho explicita a ausência de uma política contínua de educação patrimonial e mostra como decisões políticas unilaterais podem silenciar a participação social e apagar referências culturais.

As falas revelam manifestações de frustração, impotência e pesar diante do fechamento e posterior demolição do imóvel, sugerindo que, se a comunidade tivesse sido previamente informada ou ouvida, poderia ter se organizado para resistir à ação do poder público:

“[...] Se a gente soubesse, que a Casa da Cultura seria ‘queimada’, nós teríamos feito um movimento de reunirmos e de mãos dadas, abraçarmos a Casa da Cultura para que ela não fosse demolida. Monsenhor Licínio, com um prefeito foi lá na casa do Antônio pedir pra ele não fazer isso.[...]ele não aceitou...” (Participante 12 - G2F1, 2024, p. 4).

“[...] o impacto foi pra quem valorava a cultura... Algumas pessoas da cidade, que lidam com essa questão de memória, se sentiram de luto quando a Casa da Cultura acabou..., mas, impacto geral não teve. [...] O Poder político e eclesiástico ali tentando resolver com o prefeito, mas estava tão imbuído de acabar... Deu a impressão que era uma questão pessoal.” (Participante 22 – G2F1, 2024, p. 10).

As consequências do fechamento da Casa da Cultura, além de culturais e afetivas, também tiveram desdobramentos políticos. Segundo informes, a postura autoritária do Executivo gerou insatisfação em setores da comunidade, refletida nas eleições de 2004, quando os candidatos por ele apoiados não foram eleitos. Isso sugere que decisões patrimoniais podem repercutir diretamente no âmbito político. A reação dos municípios, ainda que tardia, evidenciou como certos acontecimentos podem tornar-se forma de mediação entre Estado e sociedade.

Os relatos orais dos participantes da pesquisa, apresentados a seguir, corroboram essa argumentação:

“[...] Quando do fechamento houve um movimento de algumas pessoas que não deveria fazer isso, que era um prejuízo pro município, mas a população, em si, não se manifestou muito. Ficou meio que perdida..., mas, quando aproximou o período eleitoral, o assunto foi explorado politicamente, afetando o resultado da eleição.... O povo só foi perceber o real valor da coisa quando o assunto foi explorado com um enfoque diferente.” (Participante 04 - G1F1, 2024, p. 5).

“[...]” a pessoa que fechou teve muito arrependimento, porque assim que ele fechou, ele perdeu a eleição. Então, teve um impacto político pra ele, que o povo não concordou com o fechamento da Casa da Cultura.” (Participante 14 - G2F1; G2F2, 2024).

“[...]o problema em cidade pequena, eu to vendo o problema, mas eu quero que aconteça... É a arma contra aquele político daquele partido da próxima vez. [...]isso aí a pessoa perde política por causa disso... Foi o que aconteceu... Politicamente na eleição” (Participante 19 - G2F2, 2024, p. 8-9).

“[...] quando ela tava engajando foi fechada por causa de um político, de um prefeito... Por questões políticas... Eu acho que, numa cidade pequena tudo envolve a política. (Participante 30- G2F2, 2024, p. 3).

Os depoimentos evidenciam que, embora a extinção da Casa da Cultura tenha gerado resistência tímida no momento de sua extinção, em uma cidade pequena, as decisões políticas se entrelaçam com a memória coletiva e produzem desdobramentos duradouros. Esse contexto reforça os argumentos dos autores que fundamentam a pesquisa, pois demonstra que o patrimônio cultural constitui um campo de disputas e interesses, suscetível a intervenções políticas e institucionais.

A análise da fase inicial da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes revela a complexidade das dimensões culturais, políticas educacionais e patrimonial. Sua trajetória foi marcada por avanços na valorização da memória coletiva e promoção cultural, mas também fragilidades de gestão e ausência de políticas de continuidade. Ainda assim, ao longo desse período, a instituição consolidou-se como espaço importante na preservação das tradições locais e no fortalecimento dos vínculos identitários da comunidade.

Todavia, o percurso da fundação também foi atravessado por desafios administrativos que evidenciaram suscetibilidades na gestão cultural e dificuldades na consolidação de políticas públicas consistentes. Tais barreiras culminaram em sua extinção em 2001, interrompendo seu desenvolvimento enquanto espaço de promoção cultural e educativa. Para favorecer uma compreensão crítica desse processo, apresenta-se a seguir um quadro-síntese (Quadro 1) com os principais marcos históricos e institucionais que caracterizam esse período:

Quadro 1 – Principais marcos da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes: Fase I (1993-2001)

Marcos	Descrição
Inauguração/objetivos	1994/Com objetivo de promoção do desenvolvimento cultural, preservação do patrimônio histórico, divulgação da arte, valorização dos princípios humanos e das tradições locais.
Estrutura inicial	Acervo diversificado de caráter: artístico, cultural, documental, fotográfico e material e de natureza religiosa, civil, política, esportiva e histórica.
Gestão e funcionamento	Vinculada à Secretaria de Educação e Cultura sem autonomia financeira (dependente do poder público); instalada em sobrado centenário; contava com 4 funcionários (3 efetivos) e diretoria administrativa voluntária: diretor, vice-diretor, secretários e tesoureiros.
Relevância cultural e simbólica	Estímulo às atividades culturais, educacionais e históricas; valorização de figuras religiosas e personagens que contribuíram para o desenvolvimento do município; espaço de encontro, circulação de saberes e produção de sentidos.
Atividades	Por demandas: Exposição e disponibilização fotográficas e documental e material; realização de curso e oficinas; visitas guiadas - educação patrimonial; incentivo à produção artística e ao artesanato local; apoio a pesquisadores e professores...
Encerramento	2001 – Fechamento e posterior demolição do imóvel em razão de definição política do gestor municipal.

Fonte: Elaboração própria adaptado dos dados da pesquisa, 2024.

O quadro sintético acima oferece um panorama dos principais marcos iniciais da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, evidenciando seus objetivos fundadores, assim como os desafios enfrentados ao longo do seu percurso. Desde 1994, após a inauguração, a instituição desempenhou um papel relevante na condução de ações culturais e na preservação da memória do município. Entretanto, sua história também foi marcada por rupturas e discontinuidades. O fechamento e a posterior demolição do sobrado, em 2001, acarretaram perdas materiais e imateriais de grande impacto.

Apesar das consequências sociais, afetivas e políticas, esse desfecho não encerrou definitivamente sua história, tampouco eliminou o desejo coletivo de manter viva a cultura e a memória das comunidades de Paula Cândido. As narrativas dos interlocutores evidenciam múltiplas percepções sobre o processo, revelando disputas em torno da definição e reconhecimento do patrimônio cultural, além de exporem os modos pelos quais o poder político interfere nas dinâmicas culturais e como tais interferências reverberam no presente.

No capítulo seguinte, serão discutidas as iniciativas voltadas à reconstrução e ressignificação da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, marcando uma nova etapa de

renascimento institucional em Paula Cândido. Nesse contexto, destaca-se o fortalecimento das políticas de apoio e valorização de expressões culturais tradicionais, com ênfase na Festa de Nossa Senhora do Rosário e no Congado. A análise procurará evidenciar como esses rituais coletivos, atravessados pela religiosidade e pela resistência da ancestralidade afro-brasileira, têm contribuído para reafirmar o papel da Casa da Cultura como espaço privilegiado de memória, identidade e pertencimento cultural.

CAPÍTULO III – MEMÓRIAS EM MOVIMENTO: RECONSTRUÇÃO INSTITUCIONAL E CONTINUIDADE CULTURAL

Após explanar o cenário histórico e político que marcou a criação da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, bem como os desafios enfrentados ao longo de sua trajetória, que culminaram na sua extinção, em 2001, este capítulo abordará a reabertura da instituição em um novo contexto, quase uma década após o seu fechamento e a demolição do sobrado que a abrigava.

Serão discutidas também a sua relevância na salvaguarda e valorização de expressões culturais enraizadas no município, como a Festa de Nossa Senhora do Rosário e o Congado. Nessa nova fase institucional, essas exposições culturais seculares ocupam um lugar de destaque em seu acervo, reforçando as conexões com a memória e a ancestralidade afro-brasileira, especialmente no que tange à religiosidade e à devoção. Paralelamente, serão examinadas criticamente as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, bem como as representações simbólicas e identitárias locais.

3.1 Casa da Cultura Padre Antônio Mendes: Renascimento e Continuidade – Fase II (2010-2024)

Ao longo das últimas décadas, políticas públicas federais e estaduais voltadas à valorização do patrimônio e da identidade cultural impulsionaram a revitalização desses processos em municípios mineiros. Essas diretrizes foram fundamentais para que, cidades como Paula Cândido, desenvolvessem suas próprias políticas adaptadas às especificidades das comunidades locais, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a participação cidadã. No entanto, a implementação dessas políticas constitui um desafio constante, sobretudo em circunstâncias marcadas por limitações estruturais e escassez de recursos financeiros.

Apesar do fechamento da Casa da Cultura em 2001, o município continuou investindo na proteção do patrimônio cultural. A promulgação da Lei nº 987/2005, que estabeleceu as normas de salvaguarda do patrimônio, bem como o tombamento do busto do Professor Samuel João de Deus (Decreto nº 885/2006) e da Capela Mortuária Nossa Senhora das Graças (Decreto nº 0996/2009) demonstram o empenho da administração municipal na valorização de símbolos históricos e culturais. Por outro lado, a eficácia dessas políticas públicas de salvaguarda não se traduz, necessariamente, em ações concretas de conservação (Paula Cândido, 2005; 2006; 2009).

Um exemplo pontual dessa dualidade é a situação atual da capela mortuária, em péssimo estado de conservação. Sua estrutura encontra-se abandonada, e sua fachada, precariamente mantida, evidencia a negligência e a ausência de políticas efetivas de preservação integral. O interior foi transformado em depósito de materiais de construção e utilitários do cemitério.

[...] a reforma da capela mortuária é uma demanda que a gente tem [...]. A gente quer transformá-la num espaço usual. Hoje ela tá num espaço fechado [...] a gente quer fazer com que esse espaço seja um espaço útil de visitação [...] A gente precisa romper com o muro que tem lá, colocar uns banquinhos e fazer uma capela de visitação, d  sentido pra aquele espaç o ali... Hoje a gente só cuida pra ele n  cair. (Participante 01 - G2F2, 2024, p. 8).

[...]eles tinha que cuidar mais desses patrim nios antigos. Porque a capelinha está abandonada. Entra um sai outro... a gente tem que estar quase implorando pra eles arrumar. É um patrimônio que não pode deixar. [...] padre Licínio não deixou desmanchar, porque, pra quem não sabe, era o patrimônio. Se não fosse por ele, já tinha jogado ela no chão... ”(Participante 06 - G2F1, 2024, p. 6).

[...]daquela capela do cemitério... eu não sei o que aconteceu... era pra pintar, porque o pessoal estava guardando ferramenta l  dentro, saco de cimento, estava servindo como um depósito... foi falado em conservar melhor, porque não era o lugar disso, fizeram a votação para vim recurso pra comprar tinta, pintar direitinho, mas acabou que acho que não fizeram nada ... ”(Participante 26 - G2F2, 2024, p. 6-7).

Esses testemunhos evidenciam a lacuna entre a intenção de conservação expressa pelas políticas culturais e a realidade da manutenção de bens patrimoniais. Embora a capela mortuária esteja oficialmente tombada e reconhecida como patrimônio cultural, seu atual estado de abandono revela os entraves para a adoção de mecanismos de proteção efetivos, especialmente quando na ausência de acompanhamento técnico e de uma gestão participativa.

Essa dicotomia entre a oficialização do bem como patrimônio e o seu abandono concreto converge com que Chuva (2017) denomina “patrimônio oficializado” – isso é, aquele cuja inscrição legal não assegura, por si só, sua legitimidade social. A ausência de políticas participativas reforça o distanciamento entre o valor simbólico atribuído institucionalmente e os sentidos efetivamente compartilhados pelas comunidades.

Diante dos desafios da preservação, Paula Cândido integrou, em 1995, o ICMS Patrimônio Cultural, política estadual gerida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA/MG), que aloca recursos conforme pontuação cultural dos municípios. Todavia, segundo relatos, os tombamentos visam sobretudo aumentar essa pontuação, priorizando bens de baixo custo de manutenção e, por vezes, excluindo outros de maior relevância identitária (Participante 10 – G2F2, 2024, p. 11-12). Tal lógica evidencia a necessidade de uma análise crítica sobre a real aplicação dos recursos e suas contribuições na salvaguarda do patrimônio local.

Na esfera federal, a Lei nº 12.343/2010 instituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC) e criou o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC, consolidando instrumentos de planejamento e avaliação das políticas culturais no país (Brasil, 2024). No entanto, a adequação dessas normativas à realidade municipal apresenta desafios, uma vez que os critérios e prazos estabelecidos em âmbito nacional nem sempre convergem com as condições locais.

Soma-se a isso a escassez de recursos e a ausência de uma política pública contínua de manutenção, fatores que comprometem a preservação dos símbolos históricos. Assim, mesmo bens oficialmente protegidos podem acabar sucateados e, com o passar do tempo – mesmo quando não desmoronam fisicamente –, perder seu significado cultural e social. Esses fatores configuram desafios permanentes para os gestores municipais e secretários de cultura.

Na gestão do prefeito João de Carvalho Soares (2009-2012), que buscou alinhar as políticas culturais locais às diretrizes estaduais e federais, foram criados o Conselho e o Fundo Municipal de Turismo – COMTUR e FUMTUR (Lei nº 1060/2010), além do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural – FUMPAC (Lei nº 1072/2010). Embora essas iniciativas representassem avanços, sua efetividade dependia da articulação com diversos setores da sociedade, especialmente com as comunidades culturais tradicionais e instituições de memória, como a Casa da Cultura. Sem diálogo, havia o risco de baixo impacto na preservação.

Em 2010, o ápice desse processo foi a reabertura da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, consolidada pela Lei nº 1081/2010 (Anexo 6), que marcou uma nova fase da Fundação, agora vinculada à recém-criada Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT). Apesar da continuidade do nome, da missão e do respaldo legal, a instituição foi realocada para um novo espaço físico, sob a administração de uma nova equipe, composta por diretor, vice-diretor, secretário e tesoureiro, todos atuando de forma voluntária e não remunerada.

Embora esse modelo demonstre o engajamento comunitário, ele também evidencia limitações organizacionais, como a dependência de voluntários, pessoas sem formação especializada na área cultural e patrimonial e a insuficiência de aporte de recursos públicos para a implementação de projetos culturais. Diante disso, cabe refletir se a valorização simbólica da cultura tem sido acompanhada por investimentos proporcionais à sua relevância social e histórica.

O impulso para a reabertura da Casa da Cultura emergiu de demandas populares, conforme apontado por participante deste estudo e também registrado por Lisboa (2014), que, em entrevista ao jornal *Folha da Mata*, destacou o clamor coletivo pelo “resgate da Casa”. Em 2009, com apoio da Energisa, foi desenvolvido um projeto de restauração e exposição de

fotografias antigas durante a Festa do Rosário, o que mobilizou a comunidade em torno da preservação da memória local. Esse movimento despertou um crescente interesse pela história da instituição.

Como desdobramento da exposição, formou-se uma comissão comunitária empenhada em dialogar com o poder público pela reabertura da Casa da Cultura. Como relata o participante 14: “[...] o pessoal queria que a Casa da Cultura voltasse, mas precisava de um empurrão. [...] a partir desse dia, despertou a vontade. Juntou uma comissão, foi lá conversar com o Prefeito pra reabrir...” (Participante 14 - G2F1; G2F2, 2024, p. 5).

As declarações dos participantes indicam que a reconstrução do acervo enfrentou resistências significativas e perdas irreparáveis, pois grande parte dos objetos e documentos da antiga Casa foi descartada ou destruída, gerando desconfiança, ressentimento e resistência por parte dos moradores. Algumas famílias, sentindo-se desvalorizadas, recusaram fazer novas doações, o que limitou o processo de recuperação patrimonial. Apesar disso, a mobilização comunitária viabilizou a composição de um novo acervo:

“[...] tivemos que fazer todo o processo novamente, ir atrás de fotografias antigas, que foi da primeira Casa da Cultura... tivemos dificuldades, porque tem pessoas que doaram para a primeira Casa da Cultura e depois se sentiu desprezada, porque teve coisa que foi jogada fora, teve coisa que foi queimada... O acervo uma parte perdeu, outra parte nós conseguimos recuperar..., mas, outras famílias falou assim, oh se quiser, tira uma cópia, mas não doo mais.” (Participante 14 - G2F1; G2F2, 2024, p. 5-6).

“[...] foi quase tudo destruído. Teve que começar mesmo quase do zero, colhendo aqui e ali... as pessoas, também, foram doando muita coisa, novamente. Foi quase que um renascimento... porque muita coisa que tinha lá na antiga lá é meteram fogo e foi uma destruição...” (Participante 15 - G2F2, 2024, p. 3).

A análise dos relatos revela que o processo de reconstrução do acervo foi marcado por tensões e ressentimentos decorrentes de perdas impostas pelo descarte indevido de objetos e documentos. O descaso anterior com o patrimônio gerou resistência entre os antigos doadores, comprometendo a reconstituição material da memória local. Ainda assim, a mobilização comunitária foi decisiva para a recomposição – ainda que parcial – do acervo da nova instituição. Entretanto, permanece o sentimento de perda e o descontentamento diante da necessidade de recomeçar quase do zero.

Apesar desses obstáculos, a mobilização coletiva contribuiu também para a definição da nova sede. O prédio escolhido – anteriormente utilizado para o ensino supletivo (Mobral/EJA) – mostrou-se estratégico, embora envolvesse impasses. Segundo relatos, embora

o espaço apresentasse limitações quanto à visibilidade e à adequação simbólica, sua disponibilidade foi decisiva para viabilizar o projeto:

“[...] João perguntou onde poderia ser e nós ficamos procurando o local, aí ele concordou em reabrir... Aonde funciona hoje era Mobral... EJA funcionava. [...] teve um impassezinho lá, mas o prédio era do município... João autorizou a funcionar lá” (Participante 14 - G2F1; G2F2, 2024, p. 5).

“[...] Foi um trabalho do Emerson... Ele que deu essa força pra reabrir no local que foi... acho que não é o lugar ideal, o lugar ideal é Pompona doar essa casa antiga dele e fazer uma Casa de Cultura né? ...” (Participante 19- G2F2, 2024, p. 3).

Além disso, para um dos participantes da pesquisa, a reabertura da Casa da Cultura também refletiu uma leitura política do momento, relacionada à valorização, da cultura, do patrimônio e da memória coletiva como estratégia de reconstrução identitária:

“[...] acho que a reabertura da casa... foi uma questão política, do mesmo jeito que o fechamento foi uma questão política a reabertura, também foi. [...] uma leitura do momento. De trazer à tona essa necessidade da gente saber quem a gente é, da identidade de um povo, acho que tudo aí, tudo é política mesmo...” (Participante 22 - G2F1, 2024, p. 11-12).

Observa-se, assim, que os testemunhos evidenciam tanto o protagonismo comunitário na reativação da Casa da Cultura quanto os conflitos simbólicos, as articulações políticas e as vulnerabilidades institucionais que atravessaram o processo. As perdas documentais, o ressentimento de antigos doadores, a destruição parcial dos bens e a escolha do local de funcionamento refletem as tensões inerentes à reconstrução patrimonial.

Como destaca Le Goff (2013), a memória coletiva é constantemente atravessada por disputas e silenciamentos, indicando que a revitalização da Casa da Cultura implicou a reinvenção de significados. Tais aspectos serão oportunamente aprofundados, à luz das reflexões teóricas sobre patrimônio, cultura e memória.

Em 29 de outubro de 2010, durante as celebrações da 148ª Festa do Rosário, a Fundação Casa da Cultura Padre Antônio Mendes foi reinstalada em novo espaço, agora vinculada à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT), que passou a ocupar a mesma sede. Assim como na inauguração anterior, o evento contou com a presença de autoridades, além de apresentações da Corporação Musical e da Banda de Congos locais. Conforme Lisboa (2014), em entrevista ao jornal *Folha da Mata*, na ocasião também foram exibidos vídeos sobre as Festas do Rosário e o patrimônio histórico municipal, representado por antigos casarões rurais.

A reestruturação da Casa da Cultura, destacou a preocupação dos gestores em reafirmar a valorização da Festa do Rosário, do Congado e do patrimônio edificado como estratégia para fortalecer a memória local. No entanto, essa ênfase exclusiva nessas expressões culturais e no patrimônio físico revela uma visão unilateral de patrimônio cultural, suscitando questionamentos sobre os desafios para integrar essas ações a uma política mais ampla de preservação, que contemple a participação comunitária.

Reaberta à visitação pública gratuita, a Fundação passou a receber estudantes, professores e pesquisadores, sendo reorganizada para múltiplos usos. Seu espaço interno conta com um amplo salão, a Biblioteca Municipal Gelsinei Cardoso dos Santos, um ambiente dedicado à memória do Monsenhor Licínio Fernandes de Oliveira e uma sala multifuncional para aulas de música e dança, oficinas, palestras e exposição de pinturas, artesanato e capoeira.

A Figura 8 apresenta a fachada atual da SECULT/Casa da Cultura, localizadas no centro da cidade, ocupando o terceiro pavimento do edifício que também abriga o posto de saúde municipal. Ressalta-se que, antes de sua destinação cultural, o espaço foi utilizado para diversas finalidades, incluindo extensão escolar, formaturas, bailes, desfiles, casamentos, batizados e outras celebrações (Paula Cândido, 2010). Isso evidencia a versatilidade do local e reforça as transformações ocorridas ao longo do tempo.

Figura 8 – Local da Atual Casa da Cultura Padre Antônio Mendes – Segunda fase (à esquerda entrada inicial e à direita entrada atual)



Fonte: Acervo Pessoal, 2023.

Essa ilustração permite extrapolar a problematização para o patamar da acessibilidade. A Lei nº 10.098/2000 estabelece critérios básicos para a promoção da acessibilidade às pessoas

com deficiência ou mobilidade reduzida (Brasil, 2000). Paralelamente, as Instruções Técnicas (IT's) do Corpo de Bombeiro Militar de Minas Gerais definem medidas de segurança para prevenção de incêndios e situações de pânico nas edificações (CBMMG, 2020).

Considerando que o edifício que abriga a Casa da Cultura foi construído antes da legislação vigente, a imagem anterior (à esquerda) evidencia limitações de acessibilidade. A entrada original era lateral, situada em uma rua em aclive, e o acesso ao terceiro pavimento se dava por uma escada metálica. Recentemente, como mostram as fotos à direita, a entrada principal foi realocada para a parte traseira do prédio, em uma rua plana, com instalação de uma rampa metálica. Essa adequação foi destacada por participantes da pesquisa, que ressaltaram sua importância para inclusão e o uso ampliado do espaço:

“[...] A gente teve um problema muito grande aqui quando a Casa Cultura veio pra cá... a gente usava a escada lateral... a ideia da rampa foi uma ideia muito legal que começou na gestão passada e a gente conseguiu finalizar pra melhorar o acesso...” (Participante 01 - G2F2, 2024, p. 4-5).

“[...] a estrutura física hoje é sem dívida adequada, ela tinha uma deficiência, porque precisava acessar por escada, hoje, tem a rampa de acesso. Essa rampa ajudou muito, porque as pessoas com dificuldade, pessoas com deficiência hoje tem acesso tranquilamente...” (Participante 04 - G1F, 2024, p. 6).

“[...] um ambiente, também que não é muito adequado, pois, ela foi instalada no salão que fica no terceiro andar do centro de saúde, onde o acesso se dava apenas por uma escada de metal, não havia rampa. A rampa foi uma conquista recente...” (Participante 08 - G2F2, 2024, p.3).

As narrativas indicam que a instalação da rampa foi uma ação essencial para tornar o espaço mais inclusivo, alinhando-se às normativas legais e ampliando o acesso, especialmente para pessoas com deficiência. Tal realidade, no entanto, não se aplicava à Casa da Cultura da fase I que, por estar instalada em um sobrado centenário, preservava parcialmente sua estrutura original. O acesso ao segundo pavimento, feito por uma escada de madeira, limitava significativamente a acessibilidade.

Cabe destacar que, durante a fase inicial da Casa da Cultura, ainda não havia critérios legais específicos para a promoção da acessibilidade. Caso essa legislação já estivesse em vigor, as adequações estruturais exigidas poderiam ter representado um desafio considerável. Atualmente, a adaptação de edificações antigas às normativas contemporâneas, especialmente quando se busca preservar suas características originais, representa um dilema recorrente entre acessibilidade e conservação arquitetônica.

Para além das barreiras físicas, menciona-se a composição do acervo da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes. Apesar das dificuldades de recomposição, o acervo atual preserva

fotografias e documentos ligados à religiosidade local – predominantemente católica – e à trajetória histórica, política, urbana e tecnológica do município. Esses elementos, organizados em painéis e mostruários, evocam memórias individuais e coletivas. Há também instrumentos de antigos ofícios que contribuem para a construção de narrativas simbólicas sobre diferentes épocas, sujeitos e acontecimentos locais.

Contudo, a exposição do acervo carece de curadoria mais criteriosa, que permita ao visitante compreender melhor o percurso dos objetos. Muitos deles necessitam de identificação e encontram-se dispostos sem qualquer contextualização histórica ou simbólica, comprometendo o entendimento: de onde vieram? O que e a quem representam? Que memórias se pretende preservar ou reafirmar com suas exposições?

Conforme relato, houve uma tentativa de organização; no entanto, percebe-se descontinuidade nas ações devido às trocas sucessivas de gestão:

[...]parecia mais um amontoado de objetos que alguém considerou importante preservar pra história do município.[...] O secretário de cultura pediu pra eu tentar dar uma organizada nesse acervo, aí que o acervo foi catalogado. Essa catalogação acho que nem é disponível pro público... Seriam organizados em espaços diferentes... deveria, a partir da reforma, ter painéis explicando, contextualizando aqueles objetos com a história do município. [...] lá tem um pedaço de machadinha que ninguém sabe de onde surgiu, que significado tinha, qual a população indígena usou... exposto, mas, sem nenhuma explicação. [...] Parece que... de tempos em tempos há uma iniciativa em tentar reorganizar a Casa Cultura... é um trabalho que começa e nunca é concluído...”(Participante 07 - G2F2, 2024, p. 5-6).

A narrativa do participante 07 evidencia a descontinuidade na gestão do acervo, revelando a ausência de políticas permanentes de preservação, essenciais à manutenção da memória coletiva. Conforme apontam Halbwachs (2006) e Chuva (2017), sem um planejamento contínuo e contextualizado, os espaços de memória tendem a se transformar em meros depósitos de objetos, desconectados de seus sentidos culturais e simbólicos. Essa realidade evidencia tanto as fragilidades da gestão quanto a negligência frente ao potencial identitário do patrimônio cultural.

A formação do acervo e a valorização dos bens patrimoniais evidenciam a importância dos sentidos culturais que permeiam essas práticas. Para Bourdieu (2011), o patrimônio cultural expressa identidades sociais, pertencimentos e disputas pela legitimidade da memória. Compreender a Casa da Cultura como um “lugar de memória” em constante tensão é desafiador, pois, implica reconhecer que, a despeito dos jogos de poder, diferentes grupos sociais reivindicam o direito de serem lembrados – e de definir o que deve ser preservado e rememorado.

Nesse sentido, a permanência dos bens culturais na Casa da Cultura está frequentemente atrelada às mudanças de gestão. Conforme o contexto político, ocorrem apropriações de informações, rupturas nas redes de contatos, nos registros documentais e na transmissão de saberes, comprometendo a continuidade das ações culturais e a própria preservação do acervo.

Adicionalmente, observam-se falhas na exposição física de parte dos objetos, posicionados acima do campo de visão ou diretamente no piso, dificultando o acesso visual, especialmente de crianças e pessoas com mobilidade reduzida. Essa fragilidade na organização compromete o valor simbólico do espaço e indica ausência de formação técnica dos servidores responsáveis. Tais lacunas limitam a experiência dos visitantes e o papel da Casa da Cultura como espaço efetivo de preservação da memória coletiva.

Nesse aspecto, é relevante considerar que a disposição física dos elementos influencia diretamente a forma como os significados são percebidos. O ambiente molda a experiência do público, afetando a leitura dos objetos, painéis e documentos expostos, e, conseqüentemente, das memórias ali evocadas. A planta baixa humanizada (Figura 9) ilustra a configuração interna atual da Casa da Cultura, evidenciando a lógica expositiva do acervo e os possíveis percursos de interação com os visitantes.

Figura 9 – Planta baixa humanizada da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes (demonstra estrutura física interna e disposição do acervo exposto)

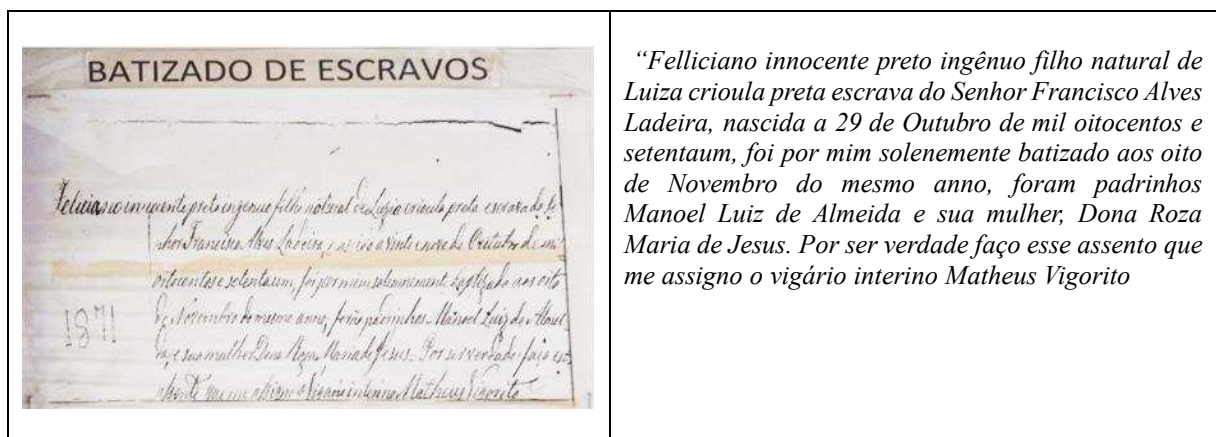


Fonte: Teixeira¹⁶, 2023.

¹⁶ Leonardo de Oliveira Teixeira Engenheiro Civil – CREA – MG nº N394511.

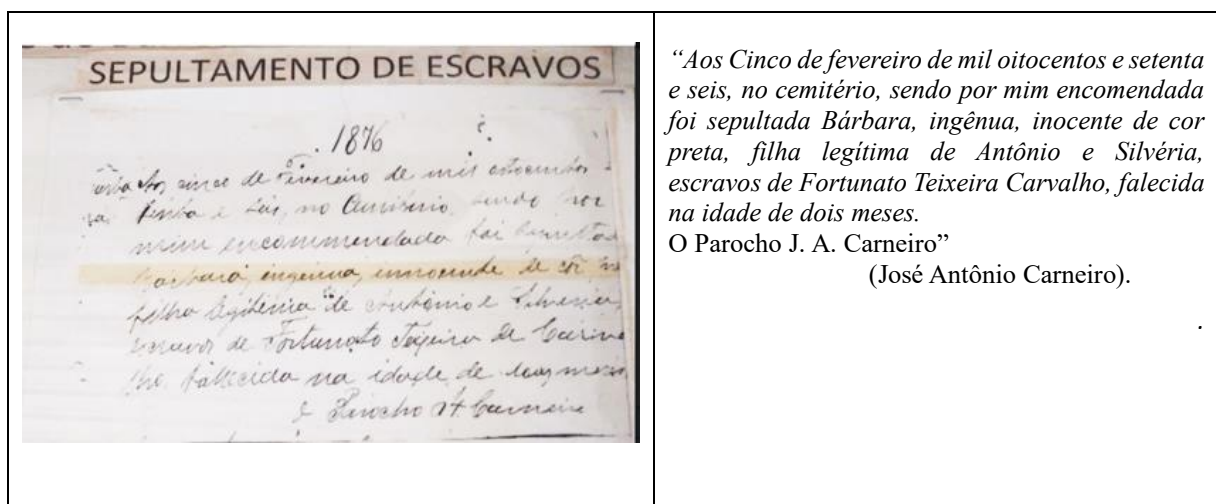
Embora a planta baixa humanizada proporcione uma visualização geral da estrutura interna da Casa da Cultura, é importante reconhecer que nem todos os leitores estão familiarizados com esse tipo de representação. Por isso, apresentam-se a seguir exemplos pontuais do acervo ali preservado. Entre os documentos destacados, figuram cópias de registros históricos relevantes (Figuras 10 a 12), que remetem a momentos cruciais da história de Paula Cândido e de sua memória local. Tais documentos evidenciam a importância da salvaguarda para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais do município.

Figura 10 – Cópia de certidão de Batizado de pessoa escravizada, acompanhada de transcrições que preservam a grafia da época



Fonte: Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, 2023.

Figura 11 – Cópia de certidão de sepultamento de pessoa escravizada, acompanhada de transcrições que preservam a grafia da época



Fonte: Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, 2023.

As figuras 10 e 11 apresentam cópias de documentos históricos, cujos originais integravam o acervo da Casa da Cultura em sua fase anterior, contribuindo para a preservação

os objetos salvaguardados em instituições culturais, além da dimensão material, incorporam sentidos vinculados aos seus contextos sociais de origem. Ao inseri-los em novas narrativas, a instituição contribui para a construção de memórias coletivas e para o fortalecimento das identidades locais.

Nesse sentido, o diálogo com a autora reforça a necessidade de uma curadoria crítica, que questione os critérios de seleção, circulação e visibilidade dos bens culturais, impactando diretamente as formas de apropriação do patrimônio. Assim, a Casa da Cultura se consolida como um agente articulador entre memória, tradição e pertencimento, reafirmando sua relevância na valorização das expressões culturais e no reconhecimento do município.

No espaço expositivo da Casa da Cultura, observa-se forte presença de elementos associados à Festa do Rosário e ao Congado de Paula Cândido, evidenciada por objetos, fotografias, banners e relatos. Essas representações, vinculadas a outras práticas religiosas e comunitárias, sustentam a instituição como elo entre passado e presente, contribuindo para a continuidade valorização de tradições e para a afirmação identitária da cidade .

Nessa conjuntura, tanto na primeira fase quanto na atual, o acervo privilegia elementos da religiosidade católica, com enfoque especial nos bens relacionados à Festa de Nossa Senhora do Rosário e seus Reinados. Ainda que esse tema seja tratado com maior profundidade em subitem específico deste capítulo, as falas dos participantes já indicam sua centralidade na memória coletiva, evidenciando que a fé popular atravessa o eixo cultural de Paula Cândido.

“[...] É a segunda festa mais duradoura do Estado... a memória principal da cidade é essa, a Festa do Rosário!... Ela aqui na Casa da Cultura ela é muito preservada [...] tem de cara, uma representatividade da igreja do Rosário [...] tem aqui dois, três estandes somente para os Reinados na Festa do Rosário, então a Casa da Cultura é bem voltada para a festa...” (Participante 02 - G2F2: 2024, p. 7).

“[...]temos a Festa do Rosário... temos a Igreja do Rosário que foi construída para a festa e assim, o período do ano que eu mais recebo visita é por causa da fé, da religião do pessoal mesmo, sabe?...” (Participante 03 - G2F2, 2024, p. 3).

“[...]Pra mim a memória do município é a história do Congado e Reinados... Passa de geração em geração, dos avó pros netos. A Festa do Rosário é uma própria forma de transmissão de saber [...] você chega lá você vê as fotos desde do começo da Festa do Reinado, quem foi o primeiro rei, quem foi a primeira rainha. Tem essa sequência toda e outros acervos...” (Participante 30 - G2F2, 2024, p. 9-10).

Ainda que essa ênfase institucional represente uma importante estratégia de fortalecimento cultural, ela suscita questões relevantes: que formas de expressão foram silenciadas em nome da hegemonia dessa tradição? Como conciliar o reconhecimento das memórias predominantes com a valorização de narrativas menos visibilizadas? A resposta a

essas perguntas exige políticas culturais e curatoriais mais plurais e abrangentes, que acolham outras vozes e experiências.

Esses impasses tornam-se mais evidentes ao se analisar a documentação disponível sobre a Festa do Rosário. Os registros históricos revelam que, nos primeiros anos das festividades, os Reis da festa eram, em sua maioria, pessoas escravizadas, identificadas apenas pelo nome de seus senhores (como em “1853 - Escravo de...”). Após a abolição, aparecem registros com expressões como “âmago de...”, e somente a partir de 1903, surgem os nomes próprios, como Pedro Celestino da Silva e Delfina Rosa Maria de Jesus.

Em 1906, são registrados Reis brancos, o que indica transformações nas dinâmicas sociais e culturais da comunidade. Essa mudança revela novas formas de representação coletiva e relações de poder no contexto festivo – processo que Queiroz (2013) denomina de *embranquecimento da festividade*. Tal fenômeno, que altera os papéis atribuídos aos sujeitos nos rituais, será retomado em maior profundidade em seção específica desta dissertação.

Prosseguindo com a análise institucional, observa-se que, desde sua reabertura, a atual Casa da Cultura enfrenta, assim como na fase inaugural, limitações financeiras, permanecendo dependente da prefeitura. Apesar de ter passado a receber recurso do ICMS Cultural, de editais e, esporadicamente, de emendas parlamentares, a gestão desses fundos continua desafiadora. A pontuação obtida por meio das ações culturais resulta em repasses com dois anos de defasagem, sem garantia de aplicação efetiva no setor. Esses entraves burocráticos comprometem a continuidade de atividades culturais da instituição.

Pronunciamentos de gestores e funcionários revelam as dificuldades enfrentadas para garantir a sustentabilidade da Casa da Cultura, como a dependência de recursos externos, a burocracia nos processos de repasse e a baixa prioridade do setor cultural nas agendas públicas:

“[...] é muito difícil de manter, não tem o recurso próprio... ideal que se coloque isso na dotação orçamentária... que haja uma autonomia pra gestão desses recursos dentro da Casa da Cultura. [...] A gente tinha, basicamente, recurso de ICMS de patrimônio cultural, [...] politicamente esses municípios precisam avançar mais... garantir que o recurso chegue ao patrimônio e garantir a participação social...” (Participante 10 – G2F2, 2024, p. 6-8;10-11).

“[...] quanto mais a gente valorizar a cultura local, quanto mais a gente exercer a cultura local, quanto mais cultura local nós tivermos, maior é a pontuação e maior a verba posterior...” (Participante 11 – G2F2, 2024, p. 8).

“[...] pra conseguir ICMS, o município precisa de cumprir algumas ações... uma política de proteção é registrar, inventariar, tomba... se o município fizer pontua e recebe... é um investimento, um trabalho que tem retorno ao longo prazo. É muito importante a Secretaria ter essa autonomia orçamentária, porque o executivo pode gastar o dinheiro em outras ações a não ser na área da cultura...” (Participante 30 – G2F2, 2024, p. 8-9).

Diante desse cenário evidenciado nas falas, em que a falta de autonomia orçamentária compromete a aplicação dos recursos disponíveis, a gestão municipal e a SECULT passaram a adotar estratégias para manter a pontuação no ICMS Cultural e garantir a continuidade das ações culturais. Entre elas destacam-se o registro da Corporação Musical Monsenhor Lisboa como bem imaterial (Decreto nº 1047/2010), a ampliação do inventário de bens culturais, a estruturação de um calendário festivo (Apêndice 2) e a busca por parcerias e editais externos.

O calendário festivo de Paula Cândido, organizado pela SECULT com o apoio da Casa da Cultura, evidencia a cultura local ao destacar tradições religiosas e populares, como a Festa do Rosário, o Encontro de Congado e a Cavalcada Feminina. Realizadas ao longo do ano, essas celebrações reforçam a identidade comunitária, preservam memórias seculares, configurando um campo de disputas simbólicas. Todavia, a continuidade dessas festividades enfrenta desafios de gestão, como restrições orçamentárias e a constante demanda por ações culturais e festividades que atendam às expectativas da população.

Ao integrarem o calendário oficial da Casa da Cultura, essas manifestações contribuem para a continuidade das tradições e evidenciam o compromisso institucional com a valorização das memórias coletivas e das práticas culturais. Além de fomentar a participação comunitária, o calendário desempenha um papel estratégico na pontuação do ICMS Cultural, fortalecendo o reconhecimento dos bens imateriais locais e consolidando a cultura como fator de desenvolvimento municipal.

Apesar das dificuldades mencionadas, ao longo do tempo novas políticas públicas foram implementadas para fortalecer o setor cultural local. Como parte das iniciativas da SECULT, em 2014, a Fundação Casa da Cultura Padre Antônio Mendes foi registrada no Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) sob o código identificador nº 1.36.62.9784 (IBRAM, 2024).

A partir de 2020, o município de Paula Cândido intensificou suas ações voltadas à cultura e ao patrimônio. Nesse contexto, reformulou o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (FUMPAC), originalmente criado em 2015, por meio do Decreto nº 1796/2021. Também instituiu o Fundo Municipal de Cultura (FMC) e o Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), estabelecidos por meio das Leis nº 1239/2021 e nº 1240/2021.

No mesmo período, foram criados o Conselho e o Fundo Municipal de Turismo

(COMTUR e FUMTUR), com regras mais claras para aplicação de recursos, agora vinculados ao Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico (Paula Cândido, 2020). Essas medidas visavam fortalecer a governança cultural e ampliar os canais de participação social, em consonância com a gestão democrática prevista na Constituição de 1988 e no Sistema Nacional de Cultura. No entanto, sua efetivação enfrenta entraves, como instabilidade administrativa, escassez de recursos técnicos e humanos e frágil articulação entre os conselhos e o poder público.

À luz de Pollak (1989) e Halbwachs (2006), os conselhos municipais de cultura configuram-se como instâncias fundamentais para a mediação da memória e para a construção de narrativas coletivas. Sua efetividade requer dispositivos normativos, escuta ativa das vozes locais e políticas sensíveis à diversidade cultural. Nesses espaços, diferentes grupos têm oportunidade de disputar sentidos, preservar tradições e propor ações de valorização do patrimônio.

Contudo, a atuação efetiva desses organismos depende de sua legitimidade como espaços legítimos de deliberação, transparência e corresponsabilidade. As entrevistas indicam que, embora existam formalmente e sejam instâncias deliberativas, os conselhos em Paula Cândido funcionam de modo precário, com reuniões esporádicas, ausência de quórum e baixa participação da sociedade civil, o que fragiliza o caráter democrático e compromete a legitimidade das decisões na política cultural e patrimonial do município.

Apesar da criação de mecanismos institucionais voltados à participação nas áreas da cultura e do turismo, os depoimentos revelam que o engajamento social ainda se submete a práticas marcadas por relações pessoais. Essa dinâmica remete ao conceito de “jeitinho brasileiro”, discutido por DaMatta (2018), em que normas formais são flexibilizadas em favor de acordos informais e interesses particulares. Essa lógica dificulta a consolidação de uma gestão pública cultural verdadeiramente democrática e inclusiva, pautada na transparência e na inclusão.

Como demonstrado na pesquisa, a formalização dos conselhos não assegura, por si só, a efetividade da participação social, que muitas vezes se restringe ao papel. Esse cenário leva à tentativa de manter o funcionamento das políticas culturais mesmo sem quórum necessário, o que resulta em decisões públicas improvisadas e, por vezes, informais, revelando a fragilidade estrutural desses mecanismos participativos.

Os depoimentos a seguir evidenciam a sobrecarga de responsabilidades dos gestores culturais, a baixa adesão dos conselheiros e o esvaziamento do caráter deliberativo dos conselhos:

“[...] o funcionamento da secretaria por parte da população é um desafio diário. A gente mobilizar as pessoas, principalmente pra conselhos[...] A gente convoca pra reunião, às vezes não vem, às vezes não dá quórum. E aí, se a gente precisar tomar uma decisão... muitas vezes a gente não consegue. Então a gente tem que se virar nos trinta mesmo pra fazer. É um desafio grande ter a efetiva participação dos conselheiros por ser uma ação voluntária, pode ser isso também...” (Participante 01 – G2F2, 2024, p. 5).

“[...] a gente sempre teve dificuldade com o conselho, independente da gestão as pessoas vem uma, duas reuniões e perde o interesse... o conselho por ser um cargo voluntário, não tem remuneração [...] a gente depara com esse empecilho das pessoas não atuarem.[...] o conselho é paritário, parte é poder público e parte é a sociedade civil pra estar tentando incluir a população nessas discussões, mas é difícil. E tudo demanda de Conselho, não tem como a gente andar, tem que apresentar o projeto... tem que aprovar... é onde garra...” (Participante 03 – G2F2, 2024, p. 5-6).

“[...] o membro tinha que assinar... lembro dessas reuniões, depois a coisa foi parando, mas eu continuei como membro no papel. [...] enfrentava dificuldade, não tinha quórum pra discutir nada [...] tinha uma tentativa enfática de tentar esse quórum. Mas, depois de tanto bater e não conseguir, acabou abrindo mão disso [...] teve uma reunião, não teve nem a tentativa de marcar... Me ligaram depois: a gente está com um negócio aqui do conselho pra você assinar [...] é muito pra inglês ver, porque na prática os conselhos não funcionam! [...] As coisas eram feitas meio por baixo do pano, mesmo. Não tinha quórum, precisava resolver, pedia depois pra quem não estava na reunião ir lá assinar...” (Participante 07 – G2F2, 2024, p. 2-3).

“[...]fui membro do Conselho Municipal de Turismo por menos de um ano... nesse período, não fui muito atuante, apenas assinei algumas atas... nem sequer fui convidada a participar de nenhuma reunião.[...] fui escolhida aleatoriamente, por trabalhar como Auxiliar Administrativo na Prefeitura...” (Participante 08 – G2F2, 2024, p. 1).

“[...]Jeu estava como suplente, representando a comunidade quilombola, que atualmente estou como presidente da associação quilombola do Córrego do Meio. A gente veio pra representar o nosso grupo [...] foram poucas reuniões que eu participei... relacionado a essa parte cultural do nosso município, de fazer algumas revitalizações...”(Participante 29 – G2F2, 2024, p. 1).

Essas narrativas, assim como outros depoimentos coletados ao longo da pesquisa, revelam uma situação recorrente e preocupante na gestão cultural de Paula Cândido: a participação inexpressiva nos conselhos municipais, ainda que estes apresentem composição paritária entre poder público e sociedade civil. A ausência de quórum para deliberações compromete a execução das políticas culturais e evidencia a incongruência entre a formalidade institucional e a atuação efetiva dos conselheiros.

Embora criados com o propósito de garantir a escuta social, os conselhos tornam-se, frequentemente, estruturas burocráticas, esvaziadas de ação. Isso reflete um dilema típico da gestão participativa: o voluntariado, apontado como um dos principais fatores que desestimula a participação contínua. As falas também desvelam a frustração dos gestores diante da dificuldade de mobilizar os conselheiros, os que os levam a decisões improvisadas e, muitas

vezes, pouco transparentes.

Diante do exposto, critica-se a precariedade dos instrumentos de participação social, sobretudo em municípios onde as políticas culturais dependem de esforços voluntários. Torna-se urgente repensar estratégias que incentivem a participação dos conselheiros, como forma de reconhecimento ou incentivo vinculados a editais. Além disso, é fundamental promover ações formativas e de sensibilização, uma vez que muitos conselheiros demonstraram desconhecer suas atribuições e a relevância de seu papel nos processos decisórios.

Complementando às políticas públicas de fortalecimento do setor cultural local, destaca-se que durante a pandemia da Covid 19, foram adotadas medidas emergenciais por meio da Lei Aldir Blanc¹⁷ (Lei nº 14.017/2020) e a da Lei Paulo Gustavo¹⁸ (Lei Complementar nº 195/2022), ambas vinculadas ao Ministério da Cultura (MinC). Essas legislações asseguraram apoio ao setor cultural, viabilizando a manutenção de espaços, a realização de atividades e a produção de conteúdos artísticos transmitidas ou disponibilizadas por redes sociais e outras plataformas digitais (Brasil, 2020).

A continuidade da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), mesmo após o período pandêmico, representou um avanço importante, ainda que com restrições à participação de iniciativas vinculadas à gestão pública. Em relação à Lei Aldir Blanc, a Lei Paulo Gustavo se destaca por sua maior abrangência e pluralidade, com ênfase nas produções audiovisuais - como filmes, festivais, séries – além de apoiar a manutenção de salas de cinema e espaços culturais (Brasil, 2022). Essas ações contribuíram para atenuar os impactos da crise sanitária, promovendo a continuidade da vida cultural em período de recolhimento social.

Na esfera municipal, destaca-se o esforço da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo em articular-se com as políticas nacionais. A adesão aos programas federais e a execução das Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo permitiram ações diretas de apoio a artistas e produtores culturais de Paula Cândido. A Casa da Cultura Padre Antônio Mendes teve papel central nesse processo, como indicam as falas dos(as) participantes:

“[...] Aqui dentro da Casa da Cultura a gente vê alguns artesanatos expostos também foram frutos de trabalhos com a lei Aldir Blanc e Paulo Gustavo, outros segmentos da cultura aí que a gente conseguiu atuar também...”. (Participante 1 – G2F2, 2024, p. 3).

¹⁷ Aldir Blanc Mendes foi músico e compositor, parceiro de João Bosco. Ele sucumbiu à Covid 19, mas deixou grande contribuição ao samba e à música popular brasileira, que apresentam letras com alto impacto cultural e crítica social (Lima, 2020).

¹⁸ Paulo Gustavo Amaral Monteiro de Barros (1978-2021) ator e comediante, foi uma figura emblemática. Ao constituir uma família homoafetiva, promoveu representatividade para a comunidade LGBTQIA+. Assim como Aldir Blanc, Paulo Gustavo faleceu por complicações da Covid-19 (Silva; Duarte, 2023).

“[...] Nessa época a Casa da Cultura era muito ativa, então ela tinha o Congado e a parte cultural pra visitação, a parte que eles faziam o trabalho, que deixavam exposto... E tinha essa outra parte religião [...] eles reuniram todos os artistas da cidade que desenvolviam expressão de teatro, canto, tocar instrumento, bordado. Todos na época foram beneficiados, porque poderia tanto apresentar, mas mandar vídeos [...] bastante coisa vinculado com a fanfarra, congo... foi bonito, fez bastante coisa. (Participante 23 – G2F2, 2024, p. 1-2).

“[...] quando veio a Aldir Blanc... fizemos várias lives, transmitimos... foram na minha casa, porque eu tinha estrutura, internet, espaço aberto, então, mesmo com as restrições sanitárias, nós tivemos autorização da Secretaria de Saúde e todos os artistas que se apresentaram, a verba foi recebida e destinada e as contas foram prestadas...” (Participante 25 – G2F2, 2024, p. 3-4).

“[...] no período da pandemia... surgiu a Lei Aldir Blanc. pra chegar um recurso pros artistas[...] Então, a gente correu atrás pra ter o Sistema Municipal de Cultura vigente, essa Lei impulsionou muitas pessoas e se você procurar vai encontrar vídeos de muitos artistas... Demonstrando o saber (Participante 30 - G2F2, 2024, p. 2-3).

Essas falas revelam a potência das políticas emergenciais e o papel estratégico da Casa da Cultura como mediadora e articuladora de iniciativas culturais, mesmo diante de um contexto extremamente adverso. Todavia, tais ações não exime o poder público da responsabilidade de formular políticas permanentes e estruturantes para o setor, capazes de garantir a solidez institucional e prevenir novas tentativas de destituição da Casa da Cultura, que ainda ameaçam o setor cultural.

Cabe evidenciar que, em dezembro de 2022, o Executivo Municipal encaminhou à Câmara o Projeto de Lei nº 28/2022 (Anexo 7), que propunha a extinção da atual Casa da Cultura, alegando irregularidade jurídica – com questionamentos do Ministério Público quanto ao seu enquadramento como fundação de “direito público sobre as normas de direito privado” – além da suposta inviabilidade financeira para sua manutenção. A proposta foi rejeitada pelos vereadores, evidenciando a vulnerabilidade institucional do setor.

Apesar dessa fragilidade, os registros apontam a Casa da Cultura como espaço de memória, acolhimento e pertencimento, mas também como arena de disputas por reconhecimento, marcadas por trajetórias afetivas divergentes. Essa complexidade amplia a compreensão de patrimônio cultural como processo contínuo de significação social e produção de sentidos, conforme defendem Fonseca (2017) e Chuva (2017). Tal perspectiva reforça a natureza dinâmica e a diversidade de apropriações e usos sociais que o patrimônio pode assumir.

Nesse contexto, as narrativas evidenciam o impacto positivo das políticas emergenciais durante a pandemia da Covid-19, por meio das duas leis que fortaleceram a produção cultural municipal. Essas iniciativas asseguraram a continuidade das exposições artísticas em meio a um cenário conturbado pela crise sanitária, viabilizando transmissões online e produções

audiovisuais. Contudo, permanece o desafio de garantir a continuidade dessas ações no pós-pandemia, especialmente diante das limitações estruturais e orçamentárias da gestão cultural local.

A análise das duas fases da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes revela um ciclo de demolição e reconstrução que reflete as tensões e contradições inerentes aos processos de valorização cultural em cidades do interior. A manutenção do nome e de parte de suas funções originais reforça a expressividade da Casa carrega, evidenciando sua capacidade de resistir às instabilidades políticas, físicas e institucionais, reafirmando, ao longo do tempo, vínculos comunitários e tradições culturais.

A poesia de Souza (2020), expressa a densidade afetiva e a força evocativa que permeia essa trajetória. Seus versos entrelaçam emoção, identidade local e orgulho, reafirmando a arte como potente instrumento de memória e pertencimento:

*“Paula Cândido, a Cidade pequena e grande
Pequena em infraestrutura / Grande em cultura
Pequena em população / Grande em coração
Pequena em desenvolvimento / Grande em sentimento
Tá ficando uma belezura a Casa da Cultura
Conhece não, tá perdendo então” (Souza¹⁹, 2020)”*

Por meio da Casa da Cultura, materializam-se afetos, disputas simbólicas e esforços – nem sempre contínuos – de preservação da memória coletiva. O próximo tópico abordará o papel da instituição na valorização e promoção de expressões culturais locais, como a Festa do Rosário e o Congado, articuladas com a memória e a ancestralidade afro-brasileira.

3.2 A Festa do Rosário e o Congado em Paula Cândido – Ancestralidade e Resistência

Em Paula Cândido, a Festa do Rosário e o Congado configuram-se como manifestações culturais e religiosas profundamente enraizadas na memória coletiva e na identidade local. Realizadas tradicionalmente durante os finais de semana do mês de outubro, ou no primeiro final de semana de novembro – no caso da festividade urbana –, essas celebrações expressam a resistência das comunidades afro-brasileiras que, ao longo dos séculos, preservaram e recriaram suas tradições, mesmo diante das adversidades impostas pelas estruturas sociais e pelas

¹⁹ Poesia classificada Lei Emergencial da Cultura n.º 10017- Aldir Blanc – Edital de Premiação Chico Botelho de Paula Cândido 2020.

instituições religiosas.

Durante os festejos do Rosário e seus Reinados, a devoção a Nossa Senhora entrelaça aos rituais do Congado, que, com suas danças, cânticos (pontos), tambores (caixas) e indumentárias típicas também homenageiam Santa Efigênia e São Benedito. Mais que representações folclóricas, essas práticas corporificam memórias ancestrais e modos próprios de viver e celebrar, traduzindo-se em formas de resistência cultural e a afirmação identitária, transmitidas de geração em geração.

A presente análise discute o papel da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, na preservação e difusão desses saberes, por meio do acervo fotográfico, documental e material alusivos à festividade. Busca-se refletir sobre o fortalecimento das identidades locais promovidos por essas celebrações, bem como suas continuidades, rupturas e ressignificações ao longo do tempo.

Conforme apontado nesta pesquisa, diversos estudos científicos têm abordado a Festa do Rosário, o Congado e os Reinados, enfatizando sua relevância histórica e o seu impacto nas comunidades afrodescendentes. Essas investigações contribuem substancialmente para uma leitura crítica das múltiplas dimensões que estruturam essas tradições culturais, revelando suas complexidades e potencialidades como formas de resistência, afirmação identitária e preservação da ancestralidade.

Destacam-se entre essas pesquisas, os trabalhos de Soares (2009), que explora o protagonismo feminino no Congado em Viçosa-MG; de Queiroz (2013), que investiga *A Festa de Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido (MG)*, evidenciando a relação entre memória, ritual e identidade cultural. Vieira (2019), por sua vez, valoriza práticas corporais de *mulheres negras, congos da banda de Airões-MG*; enquanto Leite (2019) discute as transformações das vestimentas ao longo do tempo. Já Lana, Vieira e Leite (2020) ressaltam as performances e as dimensões estéticas que caracterizam as manifestações.

Essas investigações revelam que Festa do Rosário e o Congado, mais do que eventos festivos, são práticas de resistência e produção de sentidos, essenciais para a constituição da identidade afro-brasileira local, daí a relevância de estudá-lo no contexto da Casa da Cultura.

À luz de Bourdieu (2011), essas expressões podem ser compreendidas como práticas inseridas no campo cultural, onde diferentes atores sociais disputam visibilidade, prestígio e capital simbólico. Ao se fazerem notar por meio de performances, vestimentas e rituais, as comunidades afro-brasileiras reafirmam suas identidades e desafiam hierarquias culturais que historicamente marginalizaram seus saberes e modos de vida.

Nesse contexto, a presença dessas manifestações em espaços institucionais como a atual

Casa da Cultura exemplifica não apenas a interligação entre cultura, fé e a memória, mas também o tensionamento em torno do que é legitimado como patrimônio. Por isso, torna-se essencial ampliar o olhar para outras expressões culturais do município, incluindo aquelas localizadas fora do perímetro urbano, que igualmente clamam por reconhecimento e preservação.

Diante disso, esta pesquisa realiza um recorte específico, concentrado na Festa do Rosário da zona urbana de Paula Cândido, frequentemente destacada como principal expressão de patrimônio cultural local pela Casa da Cultura. Ressalta-se que a escolha não desvaloriza as celebrações nas áreas rurais, como Chácara, Córrego dos Barros, Monte Celeste e no distrito de Airões. Ao contrário, a existência de múltiplas festividades e de duas Guardas de Congo em um município de pequeno porte revela a vitalidade e diversidade das tradições afrodescendentes locais, reafirmando memória, identidade e ancestralidade em territórios distintos.

A conexão entre o acervo da Casa da Cultura e essas tradições confere novos sentidos a essas práticas, que se consolidam como expressões centrais na valorização de um patrimônio articulado entre dimensões materiais e imateriais. Reconhecer essa complexidade é essencial para uma abordagem crítica, ética e comprometida com a pluralidade de memórias que estruturam as vivências e festejos comunitários.

Uma das falas coletadas durante as entrevistas evidencia o valor afetivo e cultural da Festa do Rosário e do Congado, ressaltando a importância da Casa da Cultura para a continuidade dessas tradições no município:

“[...] aqui tem a Festa do Rosário, que tem a presença do Congado que é cultura, que é ligado a religião... a Casa da Cultura representa uma riqueza muito grande.[...] ela sempre está à frente desses eventos. E isso é importante... a cultura é vida gente! É uma coisa que já passou há muito tempo, mas [...] o impacto que nos traz o antigo pro que tá agora; [...] a emoção que eu sentia na infância, na adolescência, juventude, eu sinto hoje, também.[...] De uma certa maneira, a Casa da Cultura dando esse apoio não deixou isso acabar, não vamos deixar acabar. (Participante 05 - G2F2: 2024, p. 2-4).

O relato evidencia a relevância da Casa da Cultura na preservação das tradições afro-brasileiras, ao promover conexões intergeracionais e assegurar a permanência dessas práticas no imaginário coletivo. A presença desses elementos no espaço expositivo da instituição reforça seu papel como “lugar de memória”, expressão da identidade cultural e agente na valorização do patrimônio local.

Em termos da espacialidade, observa-se que o acervo dedicado à Festa do Rosário, ao Reinado e ao Congado ocupa lugar de destaque logo na entrada da Casa da Cultura. Painéis de

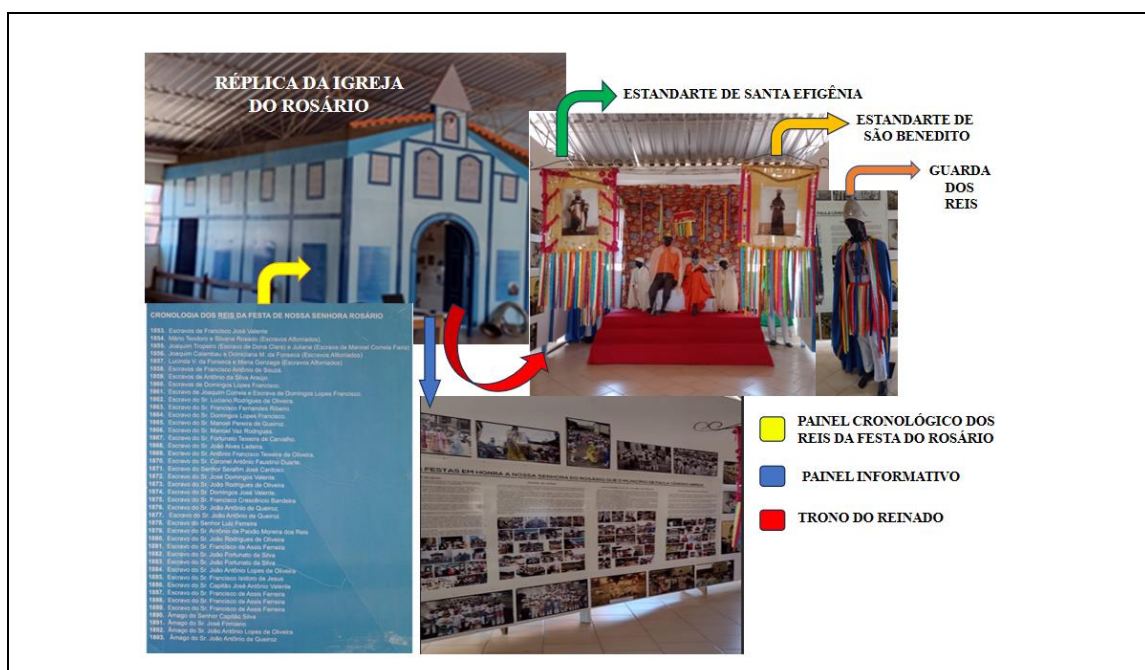
madeira com fotografias de todos os Reis do Rosário, a partir de 1947, ladeiam a porta principal, enquanto uma maquete em miniatura que retrata o contexto da festa é disposta sobre uma mesa.

Logo à frente da entrada encontra-se, como estrutura central no espaço expositivo, a réplica da Igreja do Rosário que mede 4,14 m de largura por 6,2 m de comprimento. Em seu interior, estão dispostos o trono do reinado, os estandartes de Santa Efigênia e de São Benedito, banners com as biografias de mestres Congos e registros fotográficos diversos. Esses elementos, além de enriquecerem o ambiente, reforçam a centralidade da festa na construção da memória cultural local.

Complementam esse cenário, os painéis cronológicos com a relação dos Reis do Rosário (1853 a 2023), e as fotografias de Reis e Rainhas do Rosário (1948 – 2019²⁰ e 2022 - 2023) que reiteram o caráter memorial e afetivo da festividade. Ainda assim, observa-se um foco predominante na celebração urbana, o que evidencia a necessidade de ampliar as representações culturais para abarcar a diversidade de manifestações do município como um todo.

A sequência de fotografias a seguir (Figura 13) apresenta a réplica da Igreja do Rosário e os principais elementos que integram seu interior. Observam-se o trono do reinado com o guarda dos Reis, os estandartes de Santa Efigênia e de São Benedito, além de painéis informativos, entre os quais aquele que traz parte da cronologia dos Reis do Rosário:

Figura 13 – Réplica da igreja do Rosário com destaque de elementos internos e externos.



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

²⁰ A Festa do Rosário de Paula Cândido é realizada ininterruptamente antes mesmo da emancipação do município, sendo excepcionalmente suspensa nos anos de 2020 e 2021 devido à Pandemia da Covid 19.

Ao expor essa estrutura, a Casa da Cultura Padre Antônio Mendes reforça religiosidade católica e, de forma consciente ou não, integra e preserva memórias ligadas às tradições afrodescendentes que caracterizam a Festa do Rosário e o Congado. Os elementos dispostos em seu interior e em suas paredes externas expressam fé, resistência cultural e reafirmam o papel da instituição na valorização dessas práticas no espaço público, além de atuarem como mediadores de afetos, memórias e aprendizagens – como revelam os participantes da pesquisa.

3.2.1 *Festa do Rosário e Congado: Devoção popular afrodescendente ou herança da fé católica?*

A materialidade apresentada no espaço da Casa da Cultura documenta e desperta afetos, promovendo conexões intergeracionais. As narrativas dos participantes da pesquisa reforçam o papel simbólico e educacional do acervo, destacando sua contribuição para a construção do sentimento de pertencimento, o fortalecimento dos vínculos familiares e a transmissão de memórias:

“[...] quando as pessoas entram aqui elas se veem nas imagens... as vezes vem criança aqui que fala - ah meu vô tá aí [...] sabe que é o vô dele porque foi do Congado ou fez parte de algum Reinado e a mãe contou pra ele [...] Eu acho que gera esse pertencimento, esse lugar de memória... (Participante 01 - G2F2, 2024, p. 10).

“[...] As crianças costumam fazer as visitas aqui na Casa da Cultura... aqui nesse espaço existem várias fotografias retratando a Festa do Rosário [...] A cultura, enquanto cultura, enquanto resgate é histórico [...] São coisas importantes que está sendo preservado aqui nesse espaço, enquanto local.” (Participante 05 - G2F2, 2024, p. 2-3).

“[...] pessoas que não conhecia, estão conhecendo, chega parente aqui, de fora, eles querem levar pra ver uma Festa do Rosário que aconteceu há, sei lá, vinte anos atrás que tem foto. (Participante 17 - G2F2, 2024, p. 4).

As falas destacam que Casa da Cultura ultrapassa a função de espaço expositivo, atuando ativamente na preservação das tradições culturais afrodescendentes. O acervo fotográfico e os objetos simbólicos não apenas despertam lembranças, mas também fortalecem a conexão entre passado e presente, criando um vínculo afetivo com a memória coletiva. Ao promover o sentimento de pertencimento e a identificação com elementos culturais significativos, a instituição contribui para manter vivas as narrativas locais e reafirmar a identidade comunitária.

Apesar dos avanços na valorização da memória afro-brasileira promovidos pela Casa da Cultura, persiste o desafio de representar de forma mais inclusiva a diversidade cultural do

município. Embora as festividades do Rosário estejam entre os bens culturais inventariados, observa-se que, em sua maioria, figuram nos inventários aqueles vinculados à religiosidade católica – como a própria Igreja do Rosário, a Igreja Matriz de São José, a pintura de seu teto e as imagens sacras que se encontram em seu interior –, revelando limitação diante da pluralidade de expressões culturais existentes.

No que se refere à Festa do Rosário, identifica-se uma concentração do acervo relativo à celebração urbana, o que acaba por invisibilizar as celebrações realizadas em áreas rurais e periféricas. Essa escolha institucional restringe o reconhecimento de outras memórias e contraria o papel de espaços culturais comprometidos com a valorização plural e descentralizada das tradições locais. Essa lacuna é apontada nos depoimentos de participantes, que expressam o desejo de ver todas as Festas do Rosário e os Congados reconhecidos e documentados pela instituição:

“[...] Eu gostaria que aqui dentro tivesse um espaço pra cada Festa do Rosário, a gente só tem a daqui de Paula Cândido e toda hora tem um aí procurando, ah eu participei da festa da Chácara, cadê a minha foto? Não tem nenhuma aqui! Eu participei lá do Airões... (Participante 02 - G2F2: 2024, p. 8).

“[...]com relação as Festas do Rosários em todas as comunidades, Paula Cândido tem cinco Festas do Rosário, as comunidades rurais também tem[...] então isso aí eu considero como se fosse uma teia, é uma cultura expandida pra outros locais...” (Participante 14 - G2F1: 2024, p. 3).

Ao analisar criticamente a percepção dos participantes sobre a centralização do acervo na Festa do Rosário urbana, enfatiza-se a necessidade de reconhecer também as celebrações realizadas nas áreas rurais e periféricas. Ainda que outras Festas do Rosário de Congados sejam mencionadas, a ausência de registros mais detalhados sobre essas manifestações na instituição reforça um sentimento de exclusão entre os participantes. Eles reivindicam um olhar mais amplo e inclusivo da Casa da Cultura, que valorize as diversificadas expressões culturais locais, fortalecendo, assim, a identidade coletiva de maneira mais abrangente.

Em vista disso, é imprescindível compreender de que maneira as tradições culturais são preservadas e reafirmadas nos próprios rituais de fé e devoção dos Congadeiros. Busca-se entender, como esses grupos reforçam suas identidades e mantêm suas tradições por meio de cortejos, cantos, danças e celebrações dedicadas a Nossa do Rosário, Santa Efigênia e Santo Expedito.

Essas expressões se fortalecem nas festividades – momentos centrais do catolicismo popular – ao mesmo tempo em que incorporam elementos das tradições de matriz afrodescendente. Como assinala Santos (2005, p. 98), nas cidades do interior, festas religiosas

são frequentemente acompanhadas por procissões, missas e novenas – práticas que refletem as formas de organizações e vivências coletivas locais.

Conforme mencionado anteriormente, a festa em homenagem a Nossa Senhora do Rosário em Paula Cândido, remonta ao final do século XIX. Segundo Queiroz (2013), antes da emancipação do município, os fazendeiros locais desejavam transformar o povoado em uma paróquia. Para alcançar esse objetivo, utilizaram-se da devoção dos escravizados à santa como estratégia para obter apoio. Assim, mobilizaram recursos e força de trabalho escravizada para a construção da Capela do Rosário. Erguida em 1853 a igreja tornou-se um marco, dando início a uma tradição festiva que se perpetua até os dias atuais.

Ainda segundo a autora, o sincretismo religioso surgiu como tática de resistência à fé cristã europeia, funcionando também como elo entre os escravizados. Essa aliança, forjada nas vivências coletivas das senzalas e quilombos, foi fundamental na criação de simbolismos como a Festa do Rosário, os Reinados e os Congados. Essas expressões que extrapolam as práticas religiosas, configuram territórios simbólicos de resistência, afirmação identitária e preservação da memória afrodescendente. Ao mesmo tempo que preservam a cultura, essas práticas ampliam sua relevância nas disputas contemporâneas por reconhecimento e legitimidade.

A Festa do Rosário em Paula Cândido agrega múltiplos significados: memória, devoção e, sobretudo, o dinamismo do Congado. Nesse espaço de celebração – onde promessas são cumpridas, músicas entoadas, reverências apresentadas, danças e malabarismos realizados – formam-se relações marcadas por respeito, sabedoria, hierarquia, conflitos e disputas de liderança. Mais do que um evento religioso, a festividade é uma arena de reafirmação cultural, na qual o conhecimento tradicional é transmitido e legitimado pelos líderes da celebração, fortalecendo a memória e a identidade da comunidade.

Durante o cortejo de Nossa Senhora do Rosário pelas ruas da cidade, forma-se uma complexa rede de interações sociais. Na perspectiva de Sanchis (1983), essa caminhada ritual, permite que os Congadeiros expressem sua religiosidade e identidade por meio de símbolos como orações, pontos, gestos, indumentárias, instrumentos e posturas. Nesse percurso, a religião popular – extensão do sagrado – encontra-se com a religião oficial – manutenção do sagrado –, sendo o espaço ritual o elemento central da significação coletiva.

Dialogando com Sanchis, Sousa (2022) conceitua esses deslocamentos espaciais e sociais, como *itinerários simbólicos*. O autor destaca um duplo movimento presente na procissão, quais sejam: a projeção do sagrado para fora do santuário (sacralização do espaço) e a inserção de seus signos nos caminhos da vida cotidiana, que passam a ser ressignificados.

Em Paula Cândido, durante a Festa do Rosário, o Congado segue rituais tradicionais como a composição do Reinado dos Reis de compromisso, o cortejo dos reis de promessa, o hasteamento das bandeiras, o levantamento do mastro e a distribuição de alimentos para a comunidade. Também ocorrem visitas às igrejas, ao cemitério, ao asilo, à escola e à Casa da Cultura. Durante a festividade, essa instituição permanece aberta, acolhendo memórias e fortalecendo a continuidade das práticas ancestrais. Assim, torna-se símbolo de resistência afro-brasileira, ao promover a valorização cultural local e compartilhar tradições com os visitantes.

Diante da opressão, o sincretismo religioso foi ressignificado como estratégia de resistência e reafirmação identitária por sujeitos afrodescendentes. Ao transformar desafios em força coletiva, esses grupos constroem territórios onde memória e pertencimento se enraízam. Nesse contexto, essa fé extrapola o campo espiritual e assume também uma dimensão política, ao mobilizar saberes, reconhecimento e alimentar disputas por legitimidade. Esse papel é reconhecido pelos próprios participantes, como ilustra o seguinte testemunho:

“[...] A Casa da Cultura é um lugar onde conta a história da Festa do Rosário. É uma festa cultural daqui. Então tem todos os anos quem foi a rainha, quem foi o rei... E aí conta a cronologia da história ali, você pode acompanhar e observar...” (Participante 11 - G2F2, 2024, p. 4).

A declaração evidencia o significado da Casa da Cultura como espaço de preservação da memória coletiva da Festa do Rosário. A transmissão dessa memória ocorre por meio da documentação escrita, da visualidade dos rituais, das expressões corporais das danças e da oralidade dos pontos cantados. As composições de fotografias as letras de músicas entoadas pela Banda de Congo durante a 170ª Festa de Nossa Senhora do Rosário (Figuras 14 e 15) revelam essas múltiplas dimensões da fé, destacando os sentidos atribuídos pela comunidade ao Congado e à devoção à Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia.

Figura 14 – Composição de fotografias do Congado – Devoção, rituais, dança e musicalidade

<p style="text-align: center;">Rituais de dança</p>  <p>Fonte: Arquivo pessoal, 2024.</p>	<p style="text-align: center;"><i>Na gaiola tem um periquito Na gaiola tem um sabiá (bis) Esse prédio era uma casa velha Onde a mora a Reliquia de São Benedito</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Cadê meu irmão?! Cadê o irmão meu? Cadê meu irmão? Que não vem cantar mais eu! Não chora companheiro, não chora! O Capitão morreu. / Ele foi morar com Deus. Cadê meu irmão? Que não veio cantar mais eu! Cadê meu irmão?! Ele foi morar com Deus!</i></p> <p>Fonte: Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário, 2024.</p>
--	---

Figura 15 - Composição de fotografias do Congado – Circulação, devoção, rituais, procissões e musicalidade

<p>Procissões e cumprimento de promessas</p>  <p>Fonte: Arquivo pessoal, 2024.</p>	<p>Deslocamentos e manifestação de fé</p>  <p>Fonte: Arquivo pessoal, 2024.</p>	
<p>Ritual de entrada na Igreja do Rosário</p>  <p>Fonte: Arquivo pessoal, 2024.</p>	<p><i>Oh Beija-flor, toma conta do jardim (bis) Vou pedir a Nossa Senhora Pra tomar conta de mim!"</i></p> <p><i>"Seu vigário abre a porta/ Dê licença para eu entrar (bis) Vim trazer Nossa Senhora / No altar eu vou deixar Vim trazer Nossa Senhora / No Altar eu vou rezar</i></p> <p><i>Olha essa coroa /Ela é de Nossa Senhora Leva pra Capela/onde Jesus Cristo Mora (Bis)</i></p> <p>Fonte: Banda de Congo Nossa Senhora do Rosário, 2024</p>	
<p>Exibição na Casa da Cultura</p>  <p>Fonte: Arquivo pessoal, 2024.</p>	<p><i>Vimos com muita Alegria Trazer a coroa da Virgem Maria</i></p> <p><i>Ô Caboclo vem ver / Ô vem ver Vem ver a Banda Bater</i></p> <p><i>"Viva o Preto, viva o Branco Viva o Crioulo e o Mulato Hoje amanheceu o dia do Rosário de Maria</i></p> <p>Fonte: Banda de Congo, 2024</p>	<p>Apresentação</p>  <p>Fonte: Arquivo pessoal, 2024.</p>

A composição anterior evidencia que a Festa do Rosário, ao se manifestar no espaço urbano, traz à comunidade cores, sons e gestos que evocam a ancestralidade negra. Os pontos entoados – muitos transmitidos oralmente ao longo de gerações – carregam saberes ancestrais implícitos nos ritmos, nos corpos e na coletividade, dando voz a narrativas afro-brasileiras marcadas por dor, saudade, devoção, celebração, resistência e busca por legitimidade.

Nesse contexto, a Festa do Rosário, o Congado e o Reinado configuram-se como expressões culturais que articulam devoção, memória, cultura, identidade e tradição. Conforme

destacam Cavalcanti (2010) e Gonçalves (2013), essas expressões festivas são processos socioculturais dinâmicos, atravessados por expressividades, trocas de experiências e reafirmações coletivas, que contribuem para a construção das memórias e pertencimentos locais.

A observação dos rituais da Festa, associada às narrativas coletadas revelou uma engrenagem rica e complexa, onde devoção, símbolos, práticas identitárias e lembranças se entrelaçam. Essas reflexões salientam a vitalidade de uma cultura viva e a multiplicidade de histórias que permeiam tais manifestações – algumas amplamente celebradas, outras silenciadas ao longo do tempo, muitas vezes em função de interesses políticos e religiosos.

Embora marcado por disputas, a Casa da Cultura Padre Antônio Mendes preserva e reforça a presença de elementos das religiões de matriz africana presentes nos rituais do Congado e do Reinado, em Paula Cândido, reafirmando a resistência cultural desses grupos. A devoção a Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e São Benedito fortalece identidades, amplia o sentimento de pertencimento e promove a visibilidade dessas expressões.

Recontar essa história por meio da Festa do Rosário e do acervo institucional contribui para a preservação e valorização de saberes, artes e tradições do passado. Ao impulsionar a exposição desses bens culturais e registrar as vivências da comunidade, a Casa da Cultura desempenha um papel essencial na rememoração e salvaguarda dos valores locais, mantendo vivo, no presente, o legado cultural da cidade.

Este capítulo abordou a reabertura da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes em um novo contexto, bem como as manifestações culturais afrodescendentes em Paula Cândido, com destaque para a Festa do Rosário e o Congado, que evidenciam a resistência cultural e a preservação das tradições locais. A análise revelou a densidade simbólica dessas festividades e a importância da instituição enquanto espaço de memória, articulando religiosidade, identidade e pertencimento comunitário.

No próximo capítulo, será apresentada a proposta de criação de uma plataforma digital da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, com foco no acervo da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes. A iniciativa, respaldada nas reflexões desenvolvidas até aqui, visa conectar suas ações às memórias, cultura e patrimônio de Paula Cândido, por meio de um espaço virtual, bem como, busca ampliar o acesso ao patrimônio cultural, valorizando o legado histórico e fortalecendo o vínculo entre a instituição e a comunidade por meio de um espaço virtual.

CAPÍTULO IV – PROPOSTA DE PLATAFORMA DIGITAL: CONECTANDO A CASA DA CULTURA PADRE ANTÔNIO MENDES ÀS MEMÓRIAS, CULTURA E AO PATRIMÔNIO DE PAULA CÂNDIDO

Considerando as diretrizes do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da UFV, este capítulo apresenta o produto técnico de intervenção social resultante da pesquisa desenvolvida na Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, em Paula Cândido – MG. Visa-se aplicar, na prática, os conhecimentos adquiridos ao longo do treinamento, articulando saberes empíricos a ações que ofereçam uma contrapartida concreta ao ambiente investigado.

Propõe-se, assim, a criação de uma plataforma digital pública e gratuita vinculada à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT), com a finalidade de ampliar o acesso à informação, valorizar as memórias coletivas e as múltiplas identidades locais, além de promover a democratização cultural e a transparência das ações. A ênfase recai sobre a Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, foco central desta dissertação, com destaque para seu acervo físico e digital e a criação de um espaço virtual de conexão com a comunidade.

A plataforma deverá contar com interface responsiva (ajustada automaticamente para celulares, tablets, notebooks e desktops), com navegabilidade interativa e sensível à diversidade sociocultural do município. Diante das limitações financeiras e burocráticas para a criação de um domínio próprio, propõe-se que a página seja incorporada à *website* já ativa da Prefeitura Municipal de Paula Cândido (<https://paulacandido.mg.gov.br/portal/>), por meio da criação de uma área específica dedicada à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e à Casa da Cultura, ambas localizadas no mesmo espaço físico e compartilhando a mesma equipe e infraestrutura.

O principal objetivo é disponibilizar, de forma clara, organizada e acessível, conteúdos relacionados ao patrimônio cultural do município, como documentos históricos, acervos digitais, pesquisas escolares e acadêmicas, ações culturais, projetos de educação patrimonial e eventos comunitários. Esse canal de comunicação valoriza a cidadania e estimula à participação popular, promovendo a divulgação das expressões culturais, das memórias coletivas e das identidades locais.

No entanto, por se tratar de um recurso digital, a proposta extrapola as fronteiras municipais, possibilitando o acesso plural de ex-moradores, estudiosos e demais interessados na história e no patrimônio cultural de Paula Cândido, o que reforça o papel da cultura como direito e bem público. Ressalta-se, ainda, que a proposta será apresentada formalmente à Prefeitura de Paula Cândido e à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, com objetivo de assegurar a transparência, avaliar sua viabilidade e buscar o endosso institucional necessário à sua implementação.

Considerando esses apontamentos gerais, no próximo item será apresentado um diagnóstico do site oficial da Prefeitura Municipal de Paula Cândido, acompanhado de propostas de reformulação que possibilitem a integração do novo ambiente digital da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

4.1. Diagnóstico e Proposta de Adequação do Site Institucional da Prefeitura Municipal de Paula Cândido

Na contemporaneidade, observa-se que a conectividade e o fluxo dinâmico de informações estão cada vez mais integrados à vida social. Nesse aspecto, torna-se imprescindível que os recursos tecnológicos sejam mobilizados em prol da preservação e da divulgação do patrimônio cultural. Conforme Castells (2000), vivemos em uma era marcada por redes digitais, nas quais as interações socioculturais são mediadas pela tecnologia da informação e pela comunicação. A criação de ambientes virtuais, portanto, contribui para a preservação da memória coletiva e para a ampliação do acesso aos bens culturais, fortalecendo as identidades locais.

Nesse sentido, plataformas digitais e dispositivos interativos funcionam como estratégias de diálogo com a realidade contemporânea. Castells (2000) destaca que essas redes tecnológicas têm o potencial de articular o global e local de maneira simultânea, favorecendo a difusão de práticas culturais em variados contextos sociais. Diante disso, a proposta de uma página virtual dedicada à SECULT e à Casa da Cultura representa uma iniciativa que articula a salvaguarda do patrimônio e o engajamento comunitário, ao promover novas formas de interação com a herança cultural.

Diante desse cenário de transformações digitais e considerando sua relevância para a preservação e difusão do patrimônio cultural, observa-se que tal proposta também encontra respaldo entre os próprios atores sociais envolvidos com a trajetória da instituição, que manifestam o desejo de ampliar a visibilidade das ações culturais do município. As falas a seguir legitimam a expectativa pela criação de uma plataforma digital com instrumentos de valorização da memória coletiva e ao fortalecimento identitário da comunidade:

“[...] ter um site com as obras que tem lá... Com livros, com documentos digitalizados, com fotografias... as pessoas estão longe, mas que eram daqui de Paula Cândido conseguem ver, matar a saudade, pesquisar... Facilitaria a pesquisa sobre a história, sobre a importância cultural do município... eleva pra outro patamar de importância e de acessibilidade...” (Participante 07 - G2F2, 2024, p. 18).

“[...] a atual Casa da Cultura deve se esforçar para preencher as lacunas deixadas e tornar-se cada vez mais inclusiva para que as memórias dos paulacandidenses não sejam perdidas. [...] uma coisa que a tornaria mais inclusiva seria a criação de uma página online, para que possamos ter acesso mesmo sem estar no município...” (Participante 08 - G2F2, 2024, p. 7).

“[...] hoje a gente tem a visibilidade do Instagram. Imagina a gente com Instagram da Casa da Cultura, como ia ser difícil derrubar ou fechar, de ter essa questão da tecnologia [...] Essa visibilidade, gente... Uma pessoa que mora lá no Japão, que é de Paula Cândido, vai entrar nisso e vai falar gente, olha só, olha como é que tá... a cultura em Paula Cândido, porque a gente carrega a nossa cultura onde a gente for” (Participante 15 - G2F1, 2024, p. 15).

“[...]Hoje as pessoas mandam fotos tiradas em pontos específicos da cidade que o pessoal gosta bastante e o jovem adora esse tipo de coisa. Está sempre criando algum tipo de dinâmica ali pra poder postar stories, essas coisas marcando a página. Ia ser uma boa, tá? Se tiver realmente e se incentivasse, assim dessa forma...” (Participante 17 - G2F2, 2024, p. 8).

Os relatos apresentados evidenciam a percepção de que a criação de um canal digital vinculado à Casa da Cultura contribuiria significativamente para a democratização do acesso às manifestações culturais locais, além reforçar a preservação da memória coletiva, especialmente entre aqueles que vivem fora do município. As sugestões de recursos, como acervo digitalizado, interação com redes sociais e promoção de atividades em espaço virtual, demonstram compreensão ampliada sobre o potencial das ferramentas tecnológicas na consolidação dos vínculos e na continuidade das tradições.

A fala da participante 15, ao mencionar o uso das redes sociais como estratégia que poderia ter evitado o fechamento da primeira fundação, evidencia uma consciência crítica sobre o poder das tecnologias na valorização e preservação dos espaços culturais. Nesse sentido, a criação de uma página institucional surge como ferramenta estratégica para ampliar a visibilidade das práticas culturais locais e reforçar a mobilização comunitária em defesa do patrimônio. Tal entendimento revela uma percepção sensível e criticidade sobre a relação entre inovações técnicas e memória, destacando a importância da integração desses recursos como forma de resistência e continuidade histórica.

Diante dessa compreensão, a implementação da proposta requer a atuação de profissionais especializados em *design*, comunicação e informática e *web*, além do engajamento de pesquisadores, gestores municipais e da Secretaria de Cultura. O ambiente digital deverá dispor de ferramentas que estimulem a participação ativa da sociedade, estabelecendo uma rede

contínua de trocas de informações e diálogos entre a gestão cultural e os cidadãos. Sugere-se, portanto, o desenvolvimento de funcionalidades como envio de sugestões, agendamentos de visitas, fóruns de discussão, divulgação de editais e eventos, bem como acesso ao acervo e às iniciativas da Casa da Cultura.

Outro aspecto relevante é que o *site* incorpore mecanismos acessíveis que favoreçam a contribuição do público e o esclarecimento de dúvidas, assegurando a inclusão de diferentes segmentos sociais, como crianças, idosos e pessoas com deficiência. Busca-se, com isso, promover uma experiência participativa, reafirmando o papel da Casa da Cultura como espaço democrático, voltado à valorização da memória coletiva e das identidades locais.

A ideia de intervenção surgiu a partir da análise da página oficial da Prefeitura Municipal de Paula Cândido, que, na aba “estrutura administrativa”, menciona de forma descontextualizada apenas a existência das Secretarias, incluindo a de Cultura e Turismo – equivocadamente denominada “Turismo e Cultura”. No menu principal, são encontrados submenus com breves descrições, sobre a capela mortuária, a Corporação Musical Monsenhor Lisboa, a Festa do Rosário, Francisco de Paula Cândido e a praça central (Figura 16).

Figura 16 – Página oficial da Prefeitura Municipal de Paula Cândido – MG



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Paula Cândido, 2025.

A estrutura anteriormente apresentada revela a ausência de uma seção específica voltada para às ações culturais municipais, dificultando o acesso às informações dessa área. Além disso, a forma como poucos conteúdos históricos e culturais são dispostos no site demonstra

fragmentação, desatualizações frequentes e falta de contextualização, comprometendo a memória institucional e a visibilidade da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes. A figura apresentada reforça, portanto, a necessidade de reconsiderar a presença digital da Secretaria de Cultura, de modo a fortalecer seu papel como mediadora entre o poder público e a sociedade civil.

Considerou-se também o interesse manifestado tanto pela Secretaria de Cultura quanto pelos funcionários da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes em contar com uma plataforma digital própria. Atualmente, a instituição mantém uma página no Instagram, criada em janeiro de 2025 e intitulada “@secre_culturapc”, voltada à divulgação de suas ações e eventos. Embora ainda recente e com número reduzido de seguidores (cerca de 70), a iniciativa indica o início de um movimento de inserção digital, alinhado à demanda contemporânea por maior presença institucional nos meios virtuais.

Reconhecem-se, contudo, as limitações institucionais, visto que a criação e manutenção de um domínio independente implicaria em entraves burocráticos e financeiros. Esse cenário reforça a opção de aproveitar a estrutura já existente no *website* da Prefeitura, otimizando recursos e facilitando a gestão da informação.

Ao navegar pelo site da Prefeitura, observa-se a ausência de seção específica dedicada à Secretaria de Cultura, o que limita a promoção da memória e das práticas culturais locais, além de reduzir a visibilidade de eventos, projetos e do acervo da Casa da Cultura. Diante dessa lacuna, recomenda-se que os gestores municipais que solicitem à empresa que atualmente é a responsável técnica pelo *site* institucional – Agência de Tecnologia Ltda (EF4 Agência TI) – a realização de ajustes e adequações que incorporem os conteúdos culturais e otimizem a divulgação das ações do setor.

Nesse sentido, ao considerar a necessidade de integrar a Secretaria de Cultura e a Casa da Cultura ao ambiente digital, foram identificadas experiências consolidadas em Minas Gerais, as quais podem servir de inspiração para a ampliação da *home page* institucional, o aprimoramento da comunicação e a valorização da cultura local. Dentre os exemplos mais significativos destacam-se:

✓ Portal da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (SECULT-MG) disponibiliza de forma acessível e organizada informações sobre programas, editais, políticas culturais, instrumentos de fomento e legislação cultural vigente, demonstrando compromisso com a transparência e a democratização do acesso à cultura (<https://www.secult.mg.gov.br/>);

✓ Plataforma Minas Criativa – direcionada ao apoio técnico e à profissionalização do setor cultural. Com interface amigável, oferece conteúdos sobre políticas públicas,

financiamento, economia criativa e empreendedorismo cultural, funcionando como referência para a articulação entre poder público e sociedade civil. O acesso é feito através do seguinte link: <https://www.secult.mg.gov.br/documentos/plataformas/plataforma-minas-criativa>;

✓ Rede Mineira de Pontos de Cultura (<https://pontosdeculturamg.org.br/>) – plataforma digital participativa, descentralizada e colaborativa com ênfase na visibilidade, intercâmbio e memória cultural. Permite que os próprios pontos de cultura atualizem suas páginas, compartilhem eventos e divulguem suas produções, ampliando a representação das culturas populares e periféricas.

A ausência de uma seção dedicada à Secretaria de Cultura Municipal de Cultura e Casa da Cultura Padre Antônio Mendes no site institucional da Prefeitura de Paula Cândido evidencia uma lacuna importante na visibilidade das ações culturais locais. Diante disso, torna-se pertinente observar experiências já consolidadas em Minas Gerais, cujas plataformas digitais oferecem modelos inspiradores para a ampliação da comunicação institucional e para o fortalecimento da memória cultural.

Outra experiência de destaque é o website desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da UFV, como produto técnico/intervenção prática, disponível em <https://projetculturaitab.wixsite.com/website>. Em sua dissertação²¹, Durso (2021), ressaltou a importância de ambientes digitais como espaços de preservação e dinamização do patrimônio cultural, aliando a escuta comunitária, valorização da memória local e acessibilidade digital. A iniciativa colaborou significativamente para a visibilidade das manifestações culturais e o fortalecimento da identidade territorial em um município de médio porte.

As ações implementadas nessas experiências oferecem subsídios relevantes para a compreensão da construção de plataformas digitais institucionais voltadas ao patrimônio cultural, como se propõe em Paula Cândido. Esses processos articulam a participação social, a gestão cultural e a memória coletiva em rede. Guardadas as devidas proporções, diretrizes inspiradas nesses exemplos podem contribuir diretamente para o fortalecimento da presença virtual da SECULT/Casa da Cultura, revelando o potencial transformador desses meios de comunicação *online*.

Nessa conjuntura, apresenta-se, a seguir, uma proposta de estrutura para o *site* oficial da Prefeitura. Cabe destacar que esta pesquisa não tem como objetivo sugerir alterações de

²¹ Dissertação de Fábio Cabral Durso: *Planos Municipais de Cultura no Fortalecimento de Políticas Públicas para a Preservação do Patrimônio Cultural: um estudo de caso de Itabirito – MG, 2021.*

identidade visual – como cores, tipografias ou *layout* – por não dispor de conhecimento técnico em *design*, sendo essas tais definições de competência dos profissionais técnicos da área. As recomendações concentram-se em adequações pontuais de conteúdo e funcionalidade, com vistas a ampliar a visibilidade e a acessibilidade das ações culturais do município.

Sugere-se, inicialmente, a padronização visual dos menus, com uso de caixa alta para os itens principais e inicial maiúscula e negrito para os submenus, de modo a facilitar o entendimento da hierarquia informacional e melhorar a organização visual. A partir dessa padronização, recomenda-se uma reestruturação geral dos conteúdos, a fim de conferir maior coesão e clareza à navegação. A hospedagem deverá seguir os padrões técnicos da prefeitura, utilizando servidores públicos ou provedores de confiança.

Na configuração atual, por exemplo, os dados referentes às nove secretarias de apoio administrativo encontram-se dispersos na aba “Estrutura ADM” e apresentam informações superficiais, limitando-se ao nome do secretário, endereço, telefone, e-mail e horário de funcionamento. Propõe-se, portanto, que essas secretarias sejam reunidas em uma aba específica e organizadas em ordem alfabética, conforme será demonstrado oportunamente.

Desse modo, a proposta de reestruturação do site institucional da Prefeitura, visa não apenas solucionar questões operacionais de navegação e organização de conteúdo, mas também reforçar o papel da plataforma digital como espaço contemporâneo para a promoção da cultura, de democratização da informação e de valorização da memória coletiva local. Essa readequação pode ser entendida como etapa fundamental para a construção de uma presença ainda mais sólida da Secretaria de Cultura e da Casa da Cultura, garantindo maior visibilidade, acesso e participação social.

No próximo tópico, serão evidenciadas as diretrizes e estratégias propostas para o aprimoramento do site inicial, com vistas a viabilizar essa integração digital da SECULT.

4.2. Integração Digital da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo: Diretrizes e Estratégias

O presente tópico tem como objetivo apresentar sugestões de aprimoramento para os dois menus iniciais da página oficial da Prefeitura Municipal de Paula Cândido, com ênfase na criação e integração de uma *home page* específica da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT), que incluirá a Casa da Cultura Padre Antônio Mendes – foco principal desta proposta. A partir da análise da estrutura atual do *site*, propõe-se a remoção do menu “Paula

Cândido” e a realocação de seus submenus para seções específicas, as quais passarão a integrar o subitem destinado a SECULT, a ser criado dentro da aba “SECRETARIAS”.

A criação de uma página própria e estruturada para a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo configura uma estratégia de fortalecimento institucional da política cultural no município, especialmente em face das demandas contemporâneas por acesso digital qualificado e uso das tecnologias da informação. Em um contexto em que o direito à informação e a transparência são pilares da participação social, é fundamental que o ambiente digital da administração pública reflita a diversidade e a riqueza das expressões culturais locais. A inexistência de uma seção dedicada à cultura no *site* atual compromete a visibilidade das ações voltadas ao patrimônio cultural, assim como a promoção da memória e das práticas culturais da comunidade.

Essa nova seção poderá atuar como um portal integrador entre os conteúdos culturais e os demais setores da administração pública municipal. Para viabilizá-la, recomenda-se a adoção de diretrizes claras e de um sistema que permita atualizações simples – mesmo por usuários sem conhecimento técnico em programação – como *WordPress*, uma plataforma consolidada no meio digital, ou outra ferramenta de gerenciamento de conteúdo de fácil manuseio. A definição da tecnologia mais adequada, no entanto, deve ficar a critério da equipe de tecnologia da informação (TI) da instituição, considerando critérios de compatibilidade, segurança e sustentabilidade técnica.

O ideal é que a alimentação, manutenção e atualização da página sejam realizadas periodicamente – preferencialmente com uma frequência mensal ou conforme a realização de eventos e novos projetos – sob responsabilidade de servidores da própria Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e da Casa da Cultura, ou ainda por profissional de TI designado pela Prefeitura. É fundamental que esse responsável tenha autonomia e competência técnica para manter atualizadas as seções relacionadas ao acervo da Casa da Cultura, agenda cultural, editais, projetos, publicações e demais conteúdos relacionados à política cultural e patrimonial do município.

Adicionalmente, sugere-se a reorganização da aba “Estrutura ADM”, mantendo-se inalterados os demais conteúdos atualmente disponíveis no site. As alterações sugeridas para a página inicial da Prefeitura serão apresentadas de forma integrada na Figura 17, conforme detalhamento a seguir.

Figura 17 - Proposta de reestruturação dos Menus da Página da Prefeitura Municipal de Paula Cândido - MG



Fonte: Autoral adaptado do site da Prefeitura Municipal de Paula Cândido, 2025.

Na figura acima, visualizam-se as alterações propostas para a página da Prefeitura, com destaque para os submenus “ESTRUTURA ADM” e “SECRETARIAS”. Recomenda-se que primeiro item passe a incluir dados sobre a gestão municipal, enquanto que o segundo seja estruturado com seções específicas para cada Secretaria, contendo dados padronizados. Em consonância com os objetivos deste capítulo, propõe-se um tratamento ampliado para a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, que receberá conteúdos mais detalhados. Embora o foco principal seja essa pasta, ressalta-se a importância das articulações intersecretoriais com as demais áreas da administração pública.

As proposições apresentadas neste tópico reiteram os objetivos da pesquisa ao indicar alternativas viáveis para institucionalizar e tornar pública a ação cultural desenvolvida pela Prefeitura de Paula Cândido, com ênfase na Casa da Cultura Padre Antônio Mendes. A integração digital da SECULT evidencia como políticas públicas voltadas à memória, ao acesso e à valorização do patrimônio cultural contribuem decisivamente para o reforço dos vínculos identitários da população e para a valorização das práticas culturais locais.

Partindo da apresentação, e com vistas a dar continuidade à proposta de reestruturação, apresentam-se, a seguir, de forma individualizada, as sugestões para cada um dos subitens que compõem as seções do novo site. Cada proposta contempla ajustes específicos voltados à qualificação do ambiente digital da Prefeitura, conforme aspectos mencionados anteriormente.

4.2.1. Estrutura administrativa (Estrutura ADM)

Nesta seção, propõe-se a reformulação do menu da página inicial referente à “ESTRUTURA ADMINISTRATIVA”, com a inclusão detalhada do submenu “**Gestão Municipal**” e de seus respectivos subitens. O objetivo é apresentar, de forma clara e organizada, a composição e o funcionamento do poder público municipal. A estrutura sugerida é a seguinte:

Gestão Municipal:

- Período da gestão: Indicar o período da administração municipal em exercício (exemplo 2021-2024).
- Missão institucional: Adicionar um breve resumo da missão da Prefeitura, destacando seus objetivos e compromissos sociais.
- Executivo Municipal:
 - Prefeito [Inserir o nome do atual chefe do Executivo];
 - Vice - Prefeito [Inserir o nome do ocupante do cargo];
- Legislativo Municipal:
 - Presidente da Câmara: [Inserir o nome e o partido];
 - Vereadores: Listar os nomes dos vereadores em exercício e seus respectivos partidos.
- Fale conosco - Disponibilizar canais de contatos:
 - Telefone: [Número do telefone];
 - E-mail: [Endereço eletrônico];
 - Endereço: [Endereço físico completo da Prefeitura];
 - Horário de Atendimento: [Informar dias e horários de funcionamento].

Essa reestruturação justifica-se pela necessidade de tornar as informações institucionais mais organizadas, acessíveis e condizentes com os princípios da transparência e da gestão pública democrática. Ao sistematizar os dados sobre a composição dos poderes Executivo e Legislativo, assim como ao disponibilizar canais de comunicação com a administração, visa-se fortalecer a interlocução entre o poder público e a sociedade. Além disso, ao integrar essas informações em uma interface digital mais funcional e intuitiva, atende-se às exigências contemporâneas por uma comunicação institucional mais eficiente, inclusiva e participativa.

4.2.2. Secretarias Municipais (Secretarias)

Outro item central na proposta de reestruturação da *home page* é o submenu “SECRETARIAS”, que reunirá, de forma padronizada, as informações institucionais das

diversas pastas da administração municipal de Paula Cândido. Sugere-se a criação de seções específicas para cada secretaria, com dados organizados de maneira a facilitar a navegação e o acesso por parte da população. As Secretarias a serem incluídas são:

- **Secretaria Municipal de Assistência Social;**
- **Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;**
- **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente;**
- **Secretaria Municipal de Educação;**
- **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;**
- **Secretaria Municipal de Fazenda;**
- **Secretaria Municipal de Governo;**
- **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras;**
- **Secretaria Municipal de Saúde.**

Com o propósito de promover uniformidade, transparência e clareza, recomenda-se que cada aba contenha as seguintes seções:

- Lei de criação: Link para o documento legal que institui a secretaria.
- Missão ou Objetivos: Descrição sucinta das atribuições da pasta.
- Nome do Secretário: Identificação do atual titular.
- Fale conosco - Disponibilização de canais de contatos:
 - Telefone; e-mail; endereço;
 - Horário de Atendimento.
- Interatividade: Espaço destinado para o envio de sugestões, dúvidas e críticas.
- Cursos/Eventos/Campanhas: Divulgações de ações promovidas ou apoiadas pela secretaria.
- Informações: Publicação de notícias e comunicados relevantes.

4.2.2.1. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT)

Por se tratar do foco central da proposta vinculada ao Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, a apresentação da SECULT recebe uma abordagem mais aprofundada. Além da estrutura padronizada sugerida para as demais

secretarias, propõe-se a inserção de seções e subseções adicionais que abranjam as especificidades e a amplitude das ações culturais, patrimoniais e turísticas desenvolvidas no município.

A Figura 18, a seguir, apresenta as sessões recomendadas para essa reformulação, a saber: “Apresentação da SECULT”, “Fale conosco”, “Conselhos Municipais”, “Espaço Educacional”, “Biblioteca Municipal Gelsinei Cardoso dos Santos”, “Cultura”, “Patrimônio Cultural”, “Agenda Cultural”, “Turismo”, “Editais/Legislações”, “Cursos e Oficinas” e “Transparência” – cada uma acompanhada de subitens e descrições específicas.

Figura 18 - Tabela de proposição de Submenu da **Secretaria Municipal de Cultura e Turismo** de Paula Cândido

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT)		
Seção	Subitem	Descrição
Apresentação da SECULT	Lei de criação	Inserir link para o documento legal que institui a Secretaria.
	Missão ou Objetivos	Descrição sucinta dos principais objetivos e atribuições da pasta.
	Nome do Secretário	Identificação do atual titular da Secretaria.
Fale conosco	Telefone	Número do telefone para contato.
	E-mail	Endereço eletrônico da Secretaria.
	Endereço	Endereço físico completo da sede da Secretaria.
	Horário de Atendimento	Informações sobre os dias e horários de funcionamento ao público.
	Dúvidas/Sugestões	Canal para envio de perguntas, críticas e contribuições voltadas ao aprimoramento de ações.
Conselhos Municipais	COMPAC - Patrimônio Cultural	Informações sobre a função, lei de criação e lista de membros - Executivo e Sociedade Civil.
	CMPC - Política Cultural	Informações sobre a função, lei de criação e lista de membros - Executivo e Sociedade Civil.
	COMTUR - Turismo	Informações sobre a função, lei de criação e lista de membros - Executivo e Sociedade Civil.
Espaço Educacional	Agendamento de visitação	Formulário para agendamento de visitas escolares e grupos à Casa da Cultura com mediação.
Biblioteca Municipal Gelsinei Cardoso dos Santos	Acervo de Livros	Informações sobre o acervo, tipos obras e consulta.
	Empréstimos/Devoluções	Procedimento de renovação, reserva e devolução.
	Espaço de Pesquisa	Links e ferramentas de pesquisas acadêmicas sobre o município; canal para divulgação de trabalhos.
Cultura	Histórico e Trajetória	Conceituação sintética de cultura; contexto histórico da cidade, de Francisco de Paula Cândido, das Festas do Rosário e dos Congados.
	Casa da Cultura Padre Antônio Mendes	Apresentação da trajetória da instituição em suas duas fases; contextualização e links para acesso ao acervo digital, fotografias e documentos históricos.
Patrimônio Cultural	Inventários Culturais	Listagem atualizada de bens inventariados.
	Tombamentos	Conceituação básica de patrimônio e breve histórico de bens tombados, como a Capela Mortuária e o Busto do Prof. Samuel João de Deus.
	Registros	Histórico dos bens registrados como patrimônio, como a Corporação Musical Monsenhor Lisboa.
Agenda Cultural	Calendário de Eventos	Programação anual das festividades, ações culturais e eventos locais.
Turismo	Planejamento Turístico	Informações sobre circuito e estratégias turísticas.
	Infraestrutura Turística	Dados sobre sinalização, acessibilidade e apoio.
Editais/Legislações	Aldir Blanc e Paulo Gustavo	Links e síntese das leis nº 14.017/2020 e nº 195/2022, com acesso a editais e normativas aplicáveis.
Cursos e Oficinas	Divulgação/Inscrição	Canal para divulgação das atividades formativas e formulário para inscrição.
Transparência	Prestação de Contas (ICMS Cultural)	Relatórios de utilização dos recursos vinculados ao ICMS Cultural; link para a legislação pertinente.

Fonte: Arquivo elaborado pela autora, 2025.

A proposta de intervenção apresentada na Figura 16 tem como propósito central implementar uma ferramenta digital inédita voltada à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT), que seja acessível, transparente e funcional para a comunidade. Ao propor a criação de um novo menu e respectivos submenus no site da Prefeitura, busca-se sistematizar e disponibilizar informações institucionais, conectando a SECULT e a Casa da Cultura Padre Antônio Mendes às diretrizes das políticas culturais locais.

Ao valorizar as memórias coletivas, os bens patrimoniais e as manifestações culturais do município, a proposta responde às demandas contemporâneas por participação cidadã em ambiente digital. Essa iniciativa dialoga com as reflexões de Pollak (1989), ao tratar das disputas pela legitimidade da memória social, e com Nora (1993), que concebe os lugares de memória como dispositivos de significação que conferem sentido às vivências coletivas.

Nesse sentido, evidencia-se a relevância de cada seção, conforme estruturada na tabela anteriormente apresentada:

As seções iniciais, intituladas “**Apresentação da SECULT**” e “**Fale conosco**”, cumprem uma função introdutória ao oferecer dados institucionais da Secretaria, como sua base legal, missão e o nome do responsável pela pasta, situando-a no âmbito da administração pública municipal. A inclusão de um canal direto de comunicação com a população, por meio do subitem “Dúvidas/Sugestões”, reforça o exercício da cidadania cultural e contribui para o aprimoramento das políticas públicas a partir do diálogo com a comunidade.

A criação de um campo dedicado aos **Conselhos Municipais** (COMPAC, CMPC e COMTUR) busca evidenciar suas respectivas atribuições, favorecendo a apropriação por parte dos conselheiros, de seus papéis nesses espaços deliberativos. Ao apresentar os membros e as legislações pertinentes, corrobora-se o compromisso com a transparência, a representatividade e a democratização dos mecanismos de participação e controle social. Esse ponto de vista encontra respaldo em Gonçalves (2013) e Fabre (2019; 2021), que reconhecem os conselhos como espaços de mediação entre diferentes temporalidades, nas quais se travam disputas simbólicas e se efetivam apropriações culturais por distintos atores sociais.

As sessões intituladas “**Espaço Educacional**” e “**Biblioteca Municipal Gelsinei Cardoso dos Santos**”, visam destacar o papel formativo e educativo da cultura e reforçar os vínculos entre saberes, práticas e memória local. Esses espaços também funcionam como canais de incentivo à pesquisa acadêmico-científica e à divulgação das expressões culturais da cidade, ampliando sua visibilidade e reconhecimento.

Destacam-se ainda as seções específicas dedicadas à “**Cultura**” e ao “**Patrimônio cultural**”. A inclusão de um subitem dedicado à **Casa da Cultura Padre Antônio Mendes**,

com ênfase em sua trajetória, respaldo histórico, divulgação das manifestações culturais e, especialmente, do acervo digital, reforça a centralidade da instituição como lugar de memória, preservação e difusão da história local. Essa proposta está diretamente alinhada aos objetivos desta pesquisa, ao buscar preencher lacunas relativas à acessibilidade, visibilidade e valorização das fontes e do patrimônio cultural, contribuindo para uma representação mais abrangente e dinâmica da cultura municipal.

Ademais, a sistematização e divulgação das políticas culturais locais não apenas articula passado e presente, mas também promovem o reconhecimento da memória coletiva como um direito. Ao permitir o acompanhamento das ações culturais e incentivar a preservação concreta do patrimônio, para além da salvaguarda formal exigida pelo ICMS Cultural, intensifica-se a dimensão participativa e educativa das políticas públicas.

A inserção de seções voltadas à “**Agenda Cultural**” e ao “**Turismo**” tem como finalidade ampliar a divulgação de eventos, festividades e programações turísticas organizadas ou apoiadas pela SECULT. Essa iniciativa estimula a participação do público, consolida as práticas colaborativas e contribui para a construção da identidade local e o engajamento comunitário.

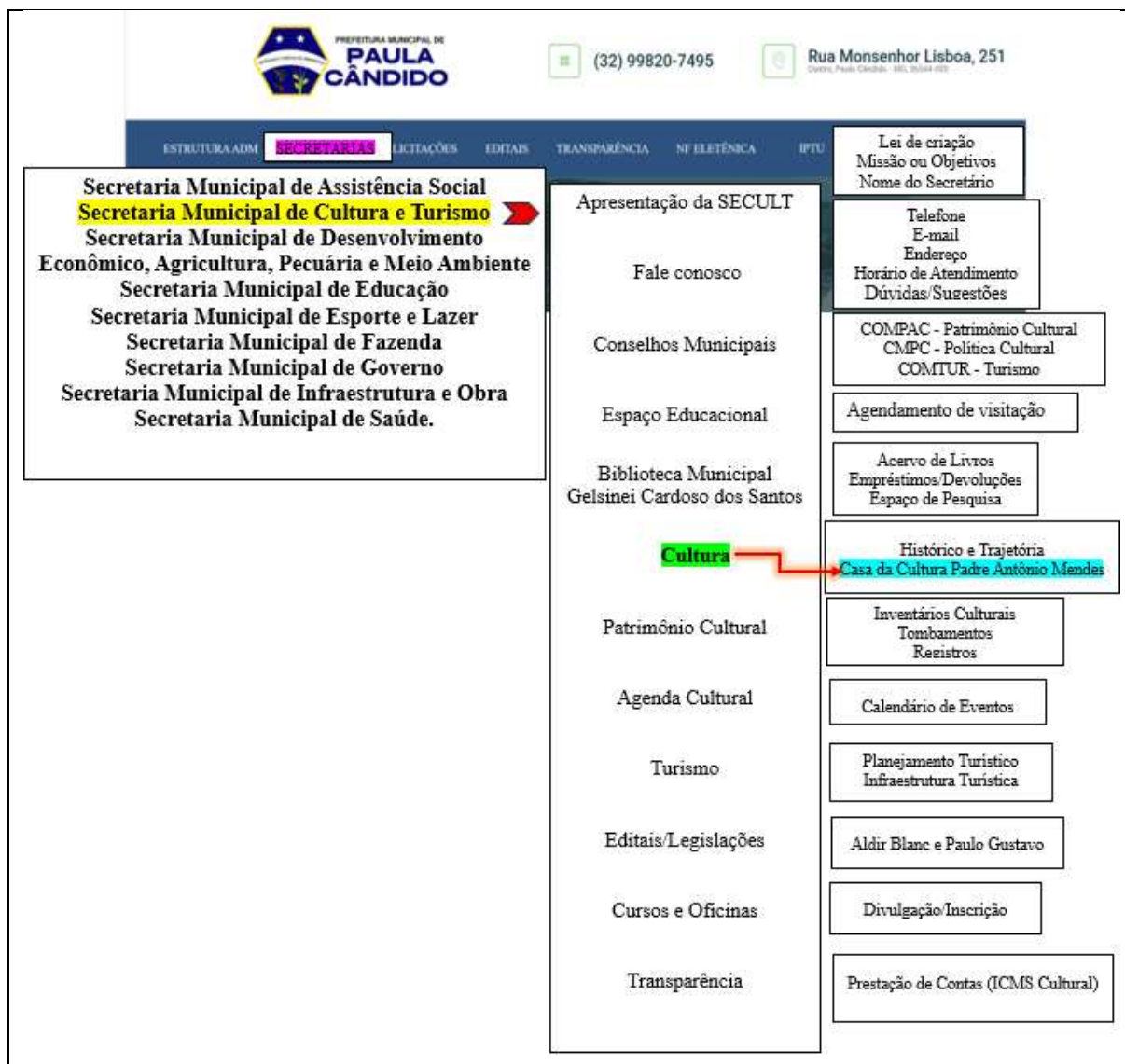
As sessões finais – **Editais/Legislações**”, “**Cursos e oficinas**” e “**Transparência**” – cumprem papel estratégico ao facilitar o acesso às normativas vigentes, aos projetos em andamento e aos canais de formação e incentivo. Ao promover a visibilidade institucional e a participação ativa dos fazedores de cultura, consolidam-se os meios digitais como instrumentos de articulação das políticas culturais e de promoção da cidadania cultural no município.

Desse modo, a proposta apresentada busca integrar diferentes áreas da SECULT por meio de uma linguagem acessível, informativa e comprometida com a valorização da memória, da cultura e do patrimônio de Paula Cândido. Ao estimular o interesse e a participação da população nas políticas culturais, a iniciativa contribui para aproximar a comunidade da instituição, expandir os limites físicos da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes e projetar sua presença e relevância no ambiente digital, reafirmando sua missão institucional.

Visando complementar a proposta apresentada na tabela anterior, a Figura 19 ilustra graficamente parte da reorganização sugerida para o site da Prefeitura. Destaca-se o submenu formulado para a página da “**Secretaria Municipal de Cultura e Turismo**”, com ênfase na seção “Cultura” e, especialmente, na subseção dedicada à “Casa da Cultura Padre Antônio Mendes”, objeto central deste estudo. Embora não represente a totalidade da estrutura delineada, o recorte visual tem por objetivo tornar mais clara a inserção dessa instituição como

um pilar da política cultural municipal no meio digital, reforçando seu papel representativo, educativo e patrimonial no contexto local.

Figura 19 - Representação gráfica parcial da proposta de submenu da **Secretaria Municipal de Cultura e Turismo**, com destaque para a seção “Cultura” e a subseção “Casa da Cultura Padre Antônio Mendes”



Fonte: Autoral, adaptado do site da Prefeitura Municipal de Paula Cândido, 2025.

A Figura anterior cumpre sua função como diagrama informativo, facilitando a compreensão de como as seções estariam dispostas na interface digital. Essa representação reforça a lógica de usabilidade e acesso intuitivo apontada nas diretrizes técnicas do capítulo, evidenciando a hierarquia de conteúdos e os percursos possíveis para o usuário. Contribuindo com a orientação visual, optou-se pela utilização de cores distintas, que ajudam a destacar as seções e a subseções – especialmente aquelas sobre Casa da Cultura –, complementando a narrativa do texto, a valorização da proposta e sua legibilidade, sem incorrer em poluição visual.

4.2.2.2. *Estrutura digital da SECULT: diretrizes, acessibilidade e interação*

Prosseguindo com a proposta de integração da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT) ao site oficial de Prefeitura, este tópico apresenta normas específicas para a criação de uma seção virtual dedicada à pasta. Tal estrutura tem como objetivo organizar e divulgar as ações culturais, turísticas e patrimoniais, através de diálogos e interação entre o poder executivo e a sociedade. Nesse sentido, torna-se necessário estabelecer parâmetros técnicos e conceituais que assegurem a funcionalidade, a atratividade e a acessibilidade do ambiente digital, pautando-se nos princípios da inclusão e da transparência.

Diante do exposto, é crucial definir critérios operacionais que orientem a estruturação da plataforma, garantindo sua eficácia comunicacional. A implementação desse ambiente digital deve ser conduzida por profissionais qualificados, vinculados à área de tecnologia da informação ou afins. A plataforma deverá facilitar o acesso às informações artísticas, culturais, turísticas e patrimoniais do município. Para isso, recomenda-se que o responsável pelo desenvolvimento da página observe as seguintes diretrizes:

- Utilização de ferramentas interativas que garantam acesso intuitivo aos submenus e subitens;
- Criação de links diretos nos itens sugeridos, permitindo que o usuário acesse páginas específicas com um único clique e possa retornar facilmente à navegação principal;
- Inserção de ícones que facilitem a identificação visual das abas e dos conteúdos;
- Garantia de conectividade adaptada aos dispositivos móveis;
- Desenvolvimento de estruturas acessíveis para pessoas com deficiência, com layout interativo e que assegure a comunicabilidade.

Além dessas diretrizes operacionais, é necessário considerar os parâmetros técnicos mínimos que garantam a viabilidade da proposta digital, como acessibilidade, atualização contínua e compatibilidade com diferentes dispositivos. Ainda que esses aspectos exijam conhecimento especializado, não podem ser desconsiderados em iniciativas voltadas à ampliação do acesso à cultura por meio de ferramentas digitais, como se pretende nesta pesquisa.

A definição tecnologia, da linguagem e da plataforma de desenvolvimento, seja através de ferramentas como WordPress, seja por programação própria, deve considerar a responsividade, a facilidade de uso e a sustentabilidade do projeto em médio e longo prazo, especialmente por se tratar de uma proposta que deverá ser custeada pelo poder público. Conforme aponta Lévy (2010), a cibercultura requer o estabelecimento de uma rede de sentido

entre sujeitos e saberes, sendo, portanto, indispensável que tais ferramentas digitais sejam pensadas para promover a inclusão e a participação efetiva da população.

Nesse contexto, é fundamental considerar os princípios do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG), que é uma política pública federal voltada à inclusão digital. Segundo esse modelo, os portais públicos devem assegurar o acesso universal às informações e serviços, inclusive para pessoas com deficiência. Entre as diretrizes destacam-se o uso de contraste adequado de cores, fontes legíveis, compatibilidade com leitores de tela e menus intuitivos. Esses elementos são essenciais para garantir a navegabilidade, a transparência e o acesso democrático às informações culturais e patrimoniais disponibilizadas pelo município (Brasil, 2011).

A adoção dessas diretrizes e parâmetros técnicos visa não apenas assegurar o funcionamento eficiente da plataforma digital, mas também favorecer sua apropriação pela comunidade local. O objetivo é ampliar os espaços de participação cidadã e assegurar que as informações e ações da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, bem como da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, sejam divulgadas de forma acessível e democrática, promovendo o acesso à cultura, ao patrimônio, às memórias e ao turismo do município

Diante desse quadro, a incorporação dessa estrutura digital contribui significativamente para a organização das informações e para a ampliação da usabilidade do *website*, estabelecendo maior clareza e facilidade na navegação. Ao concentrar conteúdos sobre patrimônio cultural e atividades turísticas em um ambiente digital atrativo e inclusivo, o *site* fortalece os canais formais de diálogo entre o poder público e a comunidade. Assim, o ambiente virtual assume um papel estratégico na consolidação de práticas culturais mais integradas, responsivas e conectadas às demandas atuais.

Cabe destacar que, apesar da inexistência de *website* institucional específico para a difusão de conteúdos culturais e patrimoniais, os paulacandidense demonstram expressivo interesse por essas temáticas. Um exemplo disso é a página intitulada *Museu Virtual*, criada no Facebook por iniciativa independente de um ex-secretário de Cultura, que atualmente reúne 3.758 seguidores. Além dela, há uma página dedicada exclusivamente à Banda de Congos Nossa Senhora do Rosário (a urbana), que conta com 1.284 seguidores.

Essas iniciativas, embora desvinculadas da atual Secretaria de Cultura e da Casa da Cultura, revelam o alcance desses perfis digitais e a forma como a sociedade civil tem se mobilizado para divulgar, preservar e valorizar as memórias locais. Esses meios de comunicação podem ser compreendidos como expressões de uma demanda reprimida por

conteúdos sócio-históricos e culturais, o que reforça a importância da criação de plataformas institucionais adequadas.

A reestruturação sugerida para o *site* da Prefeitura de Paula Cândido, com a criação de um espaço específico para a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, responde a uma lacuna identificada ao longo desta pesquisa: a ausência de meios institucionais atualizados que articulem memória, identidade e participação coletiva – demanda que, até o momento, vem sendo parcialmente suprida por ações informais nas redes sociais, anteriormente vinculadas ao Facebook da Prefeitura e atualmente concentrados em um perfil próprio no Instagram.

Busca-se integrar os conteúdos históricos e ações culturais a mecanismos permanentes de escuta e interação com a população, em consonância com os princípios da democratização da informação e da valorização do patrimônio cultural coletivo. Mais do que ampliar a presença institucional no ambiente digital, trata-se de conferir visibilidade às práticas culturais locais, rompendo com o paradigma da centralidade dos eventos e valorizando os atores, processos e as histórias que sustentam a vida cultural do município.

Em síntese, essa reorganização da página institucional não se limita a aspectos estéticos ou técnicos. Ela constitui-se um eixo estruturante de atuação voltado ao fortalecimento da representatividade institucional da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, contribuindo para a construção de uma política cultural mais transparente, inclusiva, plural e conectada às memórias sociais dos paulacandidenses.

À luz do exposto, a consolidação da proposta requer atenção tanto aos aspectos técnicos e comunicacionais quanto à sua sustentabilidade e viabilidade em médio e longo prazos. No próximo item, discutem-se os pré-requisitos necessários para assegurar a continuidade da iniciativa, bem como perspectivas futuras de ampliação e integração das ações históricas, culturais e patrimoniais no ambiente digital.

4.3. Sustentabilidade, Possibilidades Futuras e Viabilidade

Para consolidar as propostas até aqui delineadas – como a criação de uma plataforma digital com reestruturações voltadas à valorização do patrimônio cultural, à ampliação da acessibilidade digital e à democratização das informações relacionadas às memórias e identidades culturais locais –, é necessário articular ações pontuais com estratégias de continuidade e sustentabilidade institucional.

Nesse sentido, é essencial refletir sobre o futuro da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes e sobre o papel estratégico da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. Isso implica

reconhecer que tais avanços só se concretizarão de forma efetiva e duradoura se forem acompanhados por planejamento de médio e longo prazo, investimentos públicos contínuos, capacitação de equipes técnicas e articulação intersetorial entre diferentes agentes sociais e culturais.

A sustentabilidade dessas iniciativas exige a promoção de diálogos permanentes e a capacidade de responder às transformações socioculturais com contrapartidas reais às novas demandas – como linguagens, práticas e expressões emergentes. Para tanto, é crucial que o poder público assegure recursos financeiros, humanos e tecnológicos estáveis, além de fomentar parcerias com escolas, universidades, conselhos, pontos de cultura e demais instituições. Tais medidas são fundamentais para garantir as ações sistemáticas e não apenas esporádicas, viabilizando a participação cidadã efetiva, a valorização da diversidade cultural e a construção coletiva da memória.

Essa dinâmica participativa contribui para ampliar o acesso à informação e valorizar saberes diversos, frequentemente invisibilizados. Ao estimular o protagonismo dos munícipes na construção de suas próprias narrativas históricas e simbólicas, a *home page* contribui para o fortalecimento do papel da Casa da Cultura e da Secretaria de Cultura como mediadoras de identidades, vínculos e pertencimentos socioculturais.

Além de preservar e divulgar o patrimônio cultural e as memórias que constroem as identidades locais, atendendo às demandas frente às tecnologias digitais, a plataforma também visa à educação e à aproximação da comunidade. Ao oferecer acesso aos conteúdos históricos e culturais, apresenta o potencial para ser utilizada como recurso didático-pedagógico pelas escolas do município, favorecendo o trabalho com a história local, a educação patrimonial e o fortalecimento da identidade comunitária.

Diante disso, uma das possibilidades mais promissoras, com potencial de implementação em curto prazo, é o envolvimento das escolas em projetos socioculturais locais. Essa inserção pode ocorrer por meio de ações educativas integradas, possibilitando o compartilhamento de práticas, que, muitas vezes, permanecem restritas aos ambientes escolares. Nessa perspectiva, alunos e educadores poderiam contribuir com pesquisas, relatos orais, registros fotográficos e produções textuais sobre o patrimônio cultural, fortalecendo o vínculo entre educação e cultura e estimulando a participação infantojuvenil.

Ao longo das entrevistas, a articulação entre cultura e educação foi recorrentemente mencionada, sobretudo quando os(as) participantes refletiam sobre a importância de conscientizar a comunidade a respeito da representatividade e do valor da educação patrimonial. As narrativas a seguir evidenciam percepções que atribuem a essa aproximação o potencial de

fortalecer o sentimento de pertencimento, o zelo pelos bens comuns e a construção compartilhada da memória local.

“[...] eu acho que a Casa da Cultura é muito importante! Porque é o único local mais institucionalizado, que junta a história de boa parte do município, principalmente a história urbana. [...] tem muita coisa lá que eu só vi lá... Objetos que conectam a gente, não só com uma história institucionalizada e política, mas como a parte social também [...] é um local excelente pra educação patrimonial.[...] porque tirando a Casa da Cultura eu só consigo me lembrar do Casebre Cultural que fica lá no Córrego do Meio, protegido pelo pela própria comunidade. São os dois únicos espaços físicos que tem de memória, de objetos, de fotos, documentos e, no caso, até do Córrego do Meio, memória oral...” (Participante 07 – G2F2, 2024, p.7).

“[...] eu tenho certeza que o executivo e o legislativo têm o dever de zelar pela cultura, entendeu... pela cultura e a educação, em primeiro lugar, porque da educação vai depender tudo. A pessoa que recebeu uma orientação boa [...] eles vão buscar outras coisas...” (Participante 12 – G2F1, 2024, p.4).

“[...] do mesmo jeito que a criança aprende português e matemática, tem saber dar valor a cultura [...]o patrimônio cultural não é meu é de outra pessoa, mas tem valor sentimental [...] que era antigo hoje é ultrapassado, mas já teve grande valia, através disso que surgiu outros, através dessa expressão de cultura a pessoa está fazendo sua expressão, às vezes por libertação, a sua expressão pra fazer o que gosta ou às vezes a arte dela é o sustento dela....” (Participante 23 – G2F2, 2024, p.10).

“[...] Você tem que educar as pessoas... o patrimônio não é da Casa da Cultura é da cidade né? A pessoa tem que saber que aquilo é dela... tem que entender o que é preservar [...] seus bens materiais que compõem a Casa da Cultura, nosso patrimônio, físico, nosso patrimônio material e nosso patrimônio intelectual, resgatar nossa cultura e nossas tradições...” (Participante 28 – G2F2, 2024, p.4).

Os depoimentos reforçam a compreensão da Casa da Cultura como *locus* institucionalizado de preservação da memória local e de promoção da educação patrimonial. Para os(as) participantes da pesquisa, a instituição assume caráter representativo e formativo, tanto pelo acervo que conecta diferentes temporalidades quanto pelo seu potencial de suscitar reflexões sobre identidade, memória coletiva e os vínculos socioculturais, políticos e religiosos que sustentam a cultura local.

Entretanto, as falas também sinalizam a necessidade de ampliação das políticas públicas voltadas à criação e valorização de outros espaços de memórias institucionalizados, como o Casebre Cultural, reconhecido pela própria comunidade como lugar legítimo de preservação. Tal postura contribui para desconstruir a ideia de centralidade ou exclusividade da Casa da Cultura como único dispositivo formador, promovendo uma concepção mais plural e descentralizada da educação patrimonial no município.

Outro aspecto recorrente nas narrativas é a estreita relação entre cultura, patrimônio e educação. Os depoimentos demonstram o entendimento de que o reconhecimento do patrimônio cultural deve ser trabalhado desde os primeiros anos escolares, integrado aos

conteúdos curriculares formais. Ao reconhecerem o patrimônio como expressão de resistência, sustento e pertencimento, os(as) interlocutores(as) ampliam sua concepção para além do tangível, incorporando dimensões simbólicas, afetivas e sociais que conferem significado às práticas culturais cotidianas.

Essa dinâmica de reconhecimento e apropriação não ocorre de forma espontânea: exige criticidade, sensibilização e um trabalho formativo contínuo. Por isso, muitos dos entrevistados (as) ressaltam o papel mediador da Casa da Cultura e de outras instituições públicas como no fortalecimento da educação patrimonial. Preservar, afinal, não é apenas um ato mecânico, mas uma ação política, educativa e social que demanda o compromisso dos gestores públicos e a participação ativa da comunidade.

Sob tal perspectiva, a educação patrimonial ampliada adquire centralidade como estratégia de mobilização coletiva, ao criar espaços de diálogo entre passado e presente, entre os saberes tradicionais e conhecimentos escolares – por meio de práticas presenciais e virtuais. Essa abordagem fortalece os vínculos identitários e contribui para a formação de uma consciência crítica sobre a história e as manifestações culturais locais.

Os relatos evidenciam que a sustentabilidade da Casa da Cultura e das políticas da Secretaria de Cultura está diretamente ligada à sua capacidade de dialogar com a população, sobretudo com as escolas, por meio de práticas educativas que articulem memória, patrimônio e cidadania. Para Scifoni (2017), a renovação dessa prática engloba a valorização de ações colaborativas contextualizadas no cotidiano das comunidades. Assim, políticas culturais sustentáveis são aquelas que envolvem a sociedade civil em processos de formação, reconhecimento e apropriação simbólica de seus patrimônios, promovendo a valorização da diversidade cultural.

Concluídas a análise das falas, que revelam percepções profundas sobre o papel da Casa da Cultura na construção da cidadania e na valorização da memória, cultura e educação patrimonial, propõem-se, a seguir, ações que dialoguem com essas demandas. As sugestões respondem aos desafios apontados pelos interlocutores e visam ampliar o alcance educativo, inclusivo e participativo da política cultural local. Entre as principais propostas, destacam-se iniciativas voltadas à valorização da memória oral, ao mapeamento colaborativo de bens culturais e à integração das ações culturais, ambiente digital e políticas públicas mais amplas.

Nesse sentido, considera-se relevante a criação de um espaço digital voltado à História oral, centrado na rememoração individual e coletiva de moradores, artistas, mestres da cultura popular – como representantes do Congado e da Capoeira –, bem como de grupos tradicionais, como artesãs, participantes do maracatu, do calango e das Festas do Rosário. A iniciativa amplia

os conteúdos disponíveis, reafirmando o compromisso com a escuta e a valorização dos saberes locais muitas vezes silenciados nos registros oficiais.

Outra proposta consiste na criação de um canal virtual para o levantamento e diagnóstico colaborativo de bens culturais. Inspirada em experiências como *Museu Virtual*, essa ferramenta permitirá à própria comunidade identificar e compartilhar informações, documentos e imagens sobre festas, ofícios, lugares de memória, personagens emblemáticos e manifestações culturais. Trata-se de um inventário vivo, dinâmico e permanentemente atualizado.

Recomenda-se, ainda, que a plataforma digital seja concebida de forma integrada ao sistema de gestão cultural estadual e às políticas públicas de cultura em âmbito regional e nacional. Essa articulação favorece a captação de recursos, o reconhecimento institucional e a cooperação intermunicipal, reduzindo a dependência de ações esporádicas, como emendas parlamentares pontuais, e alinhando as iniciativas locais às diretrizes do Sistema Nacional de Cultura.

Ao fomentar uma cultura digital plural, interativa e socialmente enraizada, abre-se caminho para a consolidação de uma nova etapa de atuação para a Casa da Cultura Padre Antônio Mendes e da Secretaria Municipal de Cultura: mais participativa, educativa e comprometida com a valorização da diversidade cultural do município. Essa nova etapa, porém, requer investimentos contínuos, planejamento estratégico e articulação com as políticas públicas estaduais e federais.

Como desdobramento da articulação entre a Universidade Federal de Viçosa e gestão pública local – e reforçando a função prática do produto técnico de intervenção previsto pelo Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania –, a proposta da plataforma digital vinculada à Casa da Cultura Padre Antônio Mendes/SECULT foi formalmente apresentada à Prefeitura Municipal de Paula Cândido e à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (gestão 2025-2028). O objetivo foi verificar sua viabilidade, assegurar transparência no processo e buscar apoio institucional para sua posterior implementação.

A receptividade por parte dos gestores municipais e da área cultural foi positiva. Ambos reconheceram o potencial da iniciativa para ampliar o acesso à cultura, valorizar o patrimônio local e fortalecer a comunicação entre poder público e comunidade. Como registro formal desse apoio institucional à proposta desenvolvida nesta dissertação, apresenta-se a seguir (Figura 20) o documento de endosso assinado pelo Prefeito e pelo Secretário de Cultura.

Figura 20 - Termo de endosso institucional à proposta da plataforma digital vinculada à Casa da Cultura Padre Antônio Mendes/SECULT.



REFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO
 Rua Monsenhor Lisboa, 251 | CEP 36544-000 | Estado de Minas Gerais
 CNPJ: 17.763.715/0001-07 | Cel.: (32) 9 9820-7495

TERMO DE ENDOSSO INSTITUCIONAL

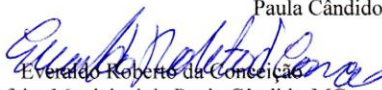
A Prefeitura Municipal de Paula Cândido-MG, através da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, vem, por meio deste, manifestar seu **endosso institucional à proposta de criação da Plataforma Digital da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes/SECULT**, idealizada no âmbito da pesquisa de mestrado intitulada “*Casa da Cultura Padre Antônio Mendes: Um espaço representativo de Cultura, Memória e Patrimônio na Cidade de Paula Cândido – MG*”, desenvolvida pela pesquisadora **Jamagde Cristine de Oliveira Teixeira**, junto ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa.


Reconhecemos a relevância da iniciativa para a valorização da memória coletiva, a ampliação do acesso à informação, a promoção da educação patrimonial e o fortalecimento das expressões culturais do município de Paula Cândido (MG), em especial aquelas relacionadas à trajetória da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes.

A proposta da Plataforma Digital, ao integrar conteúdos históricos, registros orais, acervos fotográficos e documentais, pesquisas, práticas e manifestações culturais locais em um ambiente virtual acessível, dialoga com os princípios da transparência nas ações públicas, da democratização da cultura, da valorização da diversidade e da participação social, estando em consonância com as diretrizes da política cultural municipal.

Diante disso, a Prefeitura Municipal e a Secretaria de Cultura e Turismo **manifestam seu apoio institucional à implementação da proposta**, com criação de uma home page a ser **hospedada no website oficial da Prefeitura Municipal de Paula Cândido** (<https://paulacandido.mg.gov.br/portal/>), comprometendo-se, na medida de suas possibilidades, a colaborar com as etapas de planejamento, articulação e viabilização dessa significativa iniciativa, junto à empresa responsável, seja **por meio de suporte técnico, logístico ou de incentivo a parcerias com a comunidade, as escolas, artistas, mestres da cultura, conselhos municipais e instituições parceiras**.

Paula Cândido, 02 de junho de 2025.


 Everardo Roberto da Conceição
 Prefeito Municipal de Paula Cândido-MG


 Agnaldo Coelho de Almeida
 Secretário Municipal de Cultura e Turismo

O documento de endosso institucional apresentado nesta etapa ratifica a relevância da proposta desenvolvida ao longo da pesquisa, conferindo legitimidade à articulação entre a Universidade Federal de Viçosa – por meio do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania –, os gestores municipais e culturais e comunidade de Paula Cândido. Essa convergência expressa um compromisso conjunto com a valorização do patrimônio local e com a ampliação do acesso à memória coletiva – elementos centrais da trajetória da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes.

O reconhecimento institucional aqui evidenciado define o encerramento de um ciclo investigativo, mas também inaugura possibilidades concretas de continuidade de ações transformadoras, ancoradas na escuta sensível, no diálogo transversal e na construção participativa de políticas públicas culturais e patrimoniais sustentáveis, mais democráticas e socialmente comprometidas.

Concluídas as etapas de fundamentação teórica, contextualização histórica e documental das duas fases da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes e apresentação das análises críticas e propostas desta pesquisa, reafirma-se o papel da instituição como espaço de promoção cultural, valorização do patrimônio e preservação da Memória em Paula Cândido – MG. O processo investigativo foi conduzido com base na escuta, no diálogo e na articulação entre diferentes sujeitos envolvidos no seu percurso, permitindo refletir sobre os avanços, desafios e possibilidades da política cultural local.

A seguir, apresentam-se as considerações finais que sintetizam os principais resultados e desdobramentos deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL NA TRAJETÓRIA DA CASA DA CULTURA PADRE ANTÔNIO MENDES

Com esta pesquisa, buscou-se explorar aspectos pouco discutidos da trajetória institucional e simbólica da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, localizada no município de Paula Cândido – MG, em suas duas fases de existência (1993-2001 e 2010-2024). Esse caminho foi marcado por processos de continuidade, descontinuidade, ressignificações e resistência – elementos centrais quando se pensa em cultura como dimensão viva e em constante negociação.

A investigação, de natureza qualitativa, teve como objetivo analisar a relevância da instituição a partir da perspectiva de diferentes atores sociais envolvidos em sua história, buscando compreender seu papel como espaço de referência para as dinâmicas culturais locais, para a valorização patrimonial e para a construção da memória coletiva.

Nesse aspecto, com base nos dados empíricos e no diálogo com o referencial teórico, visando a uma reflexão crítica sobre a instituição, o estudo foi estruturado em três eixos centrais que sintetizam os resultados alcançados:

Em primeiro lugar, ao longo da pesquisa, a Casa da Cultura revelou-se como um espaço fundamental para a preservação da memória social e para a valorização da identidade local. Os depoimentos dos participantes evidenciam que a instituição cumpre a função de guardião das histórias, saberes e tradições que nutrem o sentimento de pertencimento e o imaginário coletivo dos paulacandidenses. Essa representatividade corrobora a concepção de memória coletiva proposta por Halbwachs (2006) e a noção de “lugar de memória” desenvolvida por Nora (1993).

Em segundo lugar, os mecanismos de gestão e os desafios institucionais despontam como fatores decisivos para a continuidade e efetividade das ações culturais da Casa da Cultura. As narrativas revelam a fragilidade das políticas culturais municipais, a instabilidade no repasse de recursos financeiros e a dificuldade em consolidar uma gestão cultural mais estruturada. Essas limitações comprometem a capacidade da instituição de exercer plenamente seu papel sociocultural.

Essa realidade não é incomum: reflete um cenário recorrente em muitos municípios brasileiros, onde a descontinuidade das políticas públicas e a ausência de planejamento estratégico afetam diretamente a sustentabilidade dos projetos culturais, como apontam Pollak (1989) e Chuva (2017). Apesar dessas barreiras, a instituição ainda atua como uma instância de articulação e mediação simbólica das expressões culturais locais, em consonância com a

concepção de patrimônio cultural como campo de disputas, negociações e construção de sentidos, tal como defendem Fabre (2011) e Gonçalves (2012).

Como parte desse cenário, a pesquisa evidenciou os efeitos negativos das rupturas institucionais, especificamente aquelas provocadas por transições administrativas e disputas político-partidárias, que resultaram na descontinuidade e fragilização do funcionamento da Casa da Cultura. Esses fatores impactaram diretamente a gestão cultural e a relação da comunidade com a instituição, enfraquecendo sua valorização simbólica e comprometendo a continuidade das ações culturais e patrimoniais.

Os depoimentos colhidos revelaram sentimentos de desconfiança, desmotivação e insegurança associados ao desfecho da primeira fase da instituição, cujos reflexos ainda reverberam no presente. Essas rupturas não apenas dificultaram a construção de uma memória coletiva estável e inclusiva, como também expuseram a complexidade das disputas políticas e institucionais em torno do patrimônio cultural local, evidenciando tensões que afetam diretamente sua preservação e valorização.

A partir da história oral, da análise documental e do respaldo teórico adotado, foi possível realizar uma leitura crítica atenta às suas múltiplas dimensões, políticas, sociais, simbólicas e culturais, envolvidas na trajetória da instituição. Diante disso, a Casa da Cultura foi compreendida para além da sua materialidade, como um espaço dinâmico de disputas de sentidos e desenvolvimento de projetos culturais que refletem negociação constantes entre memória, patrimônio e políticas públicas.

De forma complementar, durante as entrevistas, ficou evidente que os vínculos afetivos dos sujeitos com a Casa da Cultura ativam as memórias e contribuem para a valorização identitária, ao mesmo tempo em que revelam lacunas, omissões e disputas em torno do que se preserva e do que se esquece. A oralidade revelou-se fundamental para captar essas nuances, permitindo o acesso a diferentes versões dos fatos e corroborando o entendimento das relações de poder, dos afetos e dos silenciamentos que atravessam os processos de institucionalização da cultura.

Quanto à pertinência da pesquisa em relação aos objetivos propostos, constata-se que os resultados alcançados confirmam a relevância da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes como espaço para construção da memória coletiva, a promoção de práticas culturais e o suporte às ações de preservação do patrimônio no município de Paula Cândido. Os objetivos específicos foram plenamente contemplados, tendo em vista que a investigação articulou fontes orais e documentais, fundamentos teóricos e análise crítica, garantindo solidez ao processo de construção e interpretação dos dados.

Analogamente, os resultados alcançados por meio da problematização e da análise empírica confirmam a hipótese formulada, que atribuía à instituição um papel central na preservação da identidade e da memória local, bem como na construção, conservação e (res)significação do patrimônio cultural e da história do município. A interpretação das narrativas dos sujeitos revelou-se essencial para validar tais pressupostos, permitindo captar com maior profundidade a dinâmica cultural, institucional e simbólica que permeou a jornada da Casa da Cultura ao longo do tempo.

O percurso da pesquisa envolveu desafios típicos de investigações científicas que tratam de temas complexos como memória coletiva, cultura e patrimônios, sobretudo em um município de pequeno porte, marcado por tensões culturais e disputas político-partidárias. Ainda assim, a escuta atenta dos participantes, a disciplina teórica e metodológica e a adoção da história oral como eixo de investigação foram cruciais para interpretar as múltiplas narrativas. As vozes dos entrevistados evidenciam não apenas a relevância histórica e institucional da Casa da Cultura, mas também os limites e fragilidades das políticas públicas voltadas à cultura e ao patrimônio, muitas vezes frágeis, descontínuas e seletivas.

Além disso, o estudo demonstrou que, embora a política cultural do município careça de maior engajamento, sistematização e continuidade, esse “lugar de memória” exerce um papel central na interligação entre a sociedade civil, o Estado e as expressões culturais locais. Seu percurso reafirma que a construção da memória e do patrimônio é um processo coletivo, conflituoso e carregado de valorações, no qual diferentes visões de mundo e interesses políticos se confrontam.

Assim, a instituição se configura como um espaço que vai além da guarda de objetos e documentos: trata-se de um ambiente dinâmico de ativação da memória social, de construção de pertencimentos e de tensionamento dos silenciamentos históricos. Ao mapear a trajetória da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, evidenciou-se que sua função extrapola a gestão cultural, incorporando forças sociopolíticas e religiosas, consolidando-se como um espaço estratégico na construção da cidadania cultural e da memória coletiva.

Por um lado, é reconhecida como um espaço afetivo, de acolhimento e valorização das expressões culturais locais, por outro, a instituição também foi percebida, por alguns dos participantes desse estudo, como um local onde memórias foram excluídas, abafadas ou politicamente negligenciadas. A ausência de referências a determinados grupos, práticas ou narrativas culturais revela disputas simbólicas que tensionam as memórias legitimadas institucionalmente. Esse processo dialoga com os conceitos discutidos ao longo da dissertação,

especialmente no que se refere à seletividade da memória, aos silenciamentos e às negociações de sentidos que envolvem o patrimônio cultural.

Essas disputas emergem, especialmente, nos discursos e nas práticas dos sujeitos que participaram – ou ainda participam – da jornada institucional. A análise das percepções de gestores públicos municipais, funcionários, membros da diretoria, secretários de Educação e Cultura (antigos e atuais), e conselheiros revelou que a instituição se inseriu, e ainda se insere, em uma arena de tensões, que ora a fortalece, ora a fragiliza. Tal dinâmica torna-se especialmente evidente quando se consideram os distintos contextos administrativos, sociopolíticos e religiosos nos quais a Casa da Cultura esteve – e continua inserida.

A dissertação foi organizada em quatro capítulos, nos quais foram articulados o contexto histórico, as fontes documentais, os discursos, a teoria e a análise crítica dos dados empíricos. O primeiro capítulo, estruturado em duas partes, apresenta inicialmente o panorama político, cultural e educacional de Paula Cândido, destacando fatores que contribuíram para a criação da Casa da Cultura e destacaram sua relevância. Na sequência, delimita-se o escopo teórico, com a discussão dos conceitos de Memória, Cultura e Patrimônio, além de noções correlatas, como os processos de construção identitária e a valorização das expressões culturais locais. Para fundamentar a análise das práticas culturais relacionadas à instituição, foram incorporadas reflexões teóricas sobre religiosidade.

No Capítulo II, à luz dos referenciais teóricos, das fontes documentais e dos relatos orais, reconstrói-se a trajetória institucional da primeira Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, marcada por transformações, descontinuidades e disputas que geraram tensões, negociações e a destituição institucional. Esses conflitos culminaram no fechamento da sede original, ocasionando perdas simbólica e patrimonial significativas. Esse cenário escancarou as fragilidades administrativas e evidenciou que a falta de preparo e de uma política pública eficaz pode acarretar mais do que a perda de um imóvel.

Já no Capítulo III analisa-se a reabertura da Casas da Cultura, ocorrida nove anos após o fechamento da sede pioneira, em um contexto sociocultural e político e religioso distinto. Discute-se, com maior profundidade, a relevância institucional dessa nova fase e a valoração atribuída aos bens preservados e às expressões culturais reconhecidas pela instituição - em especial, o destaque dado à religiosidade de matriz afro-brasileira: a Festa do Rosário e o Congado. Busca-se compreender como o olhar institucional, ao enfatizar determinadas manifestações, pode invisibilizar ou silenciar outras expressões culturais presentes no município.

O último capítulo apresenta o produto técnico de intervenção prática e social resultante da pesquisa: uma proposta de criação de uma plataforma digital vinculada à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT). Ressalta-se que o desenvolvimento da página deverá ser realizado por profissional especializado, a partir do *site* oficial da Prefeitura, contemplando as sugestões de menus e submenus específicos voltados à cultura, memória e patrimônio. A plataforma digital deverá oferecer uma experiência acessível, inclusiva e comprometida com a valorização da diversidade cultural de Paula Cândido.

Nesse sentido, a pesquisa apresenta contribuições práticas ao propor um produto voltado à ampliação do acesso à informação, a valorização das memórias coletivas e a difusão das expressões do patrimônio cultural da população. Busca-se não apenas preservar e divulgar a história institucional, mas também fortalecer a participação popular e democratizar o acesso público às informações. Ao promover-se a socialização do conhecimento produzido, o estudo incentiva a valorização do patrimônio cultural local e contribui para ampliar a visibilidade e o impacto das iniciativas culturais no município.

Como contribuição acadêmica, esta pesquisa maximiza o conhecimento sobre a importância das instituições culturais locais, especialmente aquelas situadas em cidades de pequeno porte no interior dos estados brasileiros, que, em sua singeleza, guardam valiosas contribuições para a complexa temática do Patrimônio, da Cultura e da Memória. Nesse sentido, mesmo com as limitações apontadas, a Casa da Cultura Padre Antônio Mendes revela-se um exemplo emblemático de espaço de memória e patrimônio cultural em processo dinâmico de transformações e ressignificações.

Entre as limitações deste estudo, destaca-se o foco na perspectiva dos atores diretamente vinculados às duas fases da Casa da Cultura, que, embora essencial para compreender o ponto de vista institucional aqui proposto, restringe em parte o alcance da análise, visto que foi ouvido apenas um lado da história. Dessa forma, a pesquisa não esgota o debate nem apresenta todas as respostas, mas oferece uma base inicial para reflexões.

Nesse sentido, o objetivo foi reconstruir, documentar e criar mecanismos para pesquisas futuras que ampliem o escopo empírico, incluindo novas percepções, diferentes segmentos da sociedade paulacandidense e metodologias complementares - como a observação participante. Esse conjunto de ações possibilitaria um entendimento mais amplo do impacto sociocultural da Casa da Cultura, considerando outras dimensões da experiência cultural local, enriquecendo e enriquecendo o papel da instituição.

Em suma, a investigação realizada fornece subsídios para a formulação de políticas culturais mais articuladas e efetivas em Paula Cândido, ressaltando a necessidade de

investimentos que garantam estabilidade institucional, participação comunitária e fortalecimento dos processos culturais locais. A análise da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes evidencia a complexidade da temática e reforça a urgência de se considerar as experiências sociais e a pluralidade, valorizando, de forma ampliada, os saberes locais.

Reconhecer o papel ativo das comunidades na construção do patrimônio cultural e das memórias é fundamental para que esse lugar de memória permaneça significativo, relevante, vivo e dinâmico. Espera-se que a trajetória aqui traçada contribua, de alguma forma, para o fortalecimento de práticas culturais mais sensíveis, inclusivas e comprometidas com a diversidade social.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Magdalena Maria de.** *História oral e formalidades metodológicas*. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, 2012. Disponível em: <<http://www.historiaoral.org.br/rasoures/anais>>. Acesso em: 20 Abr. 2024.
- ALVES, Emanuela Assis.** *A flexibilidade de uma escultura setecentista em Ouro Preto: estudo de caso da imagem de São José de Botas da Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Perdões*. 2010. Monografia (Especialização em Cultura e Arte Barroca) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2010.
- AMARAL, Rita.** Para uma antropologia da festa: questões teórico-metodológicas do campo festivo brasileiro. In: **PEREZ, Léa; AMARAL, Leila; MESQUITA, Wania** (org.). *Festa como perspectiva e em perspectiva*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 67-86.
- ANAIS DO CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA.** v.1, p. 123-136, 2023. DOI: 10.20949/rhhj.v10i20.699. Disponível em: <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/699>>. Acesso em: 6 mar. 2024. em: <<https://seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/31752>>. Acesso em: 23 nov. 2024.
- ANDRADE, K. dos S.; NUNES, V. R.** Cultura e identidade no estudo dos nomes de lugares. *Revista GTLex*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 164–183, 2016. DOI: 10.14393/Lex1-v1n1a2015-10. Disponível
- ARAÚJO, Guilherme Maciel.** Os valores do patrimônio cultural: Uma contribuição teórica para as políticas e conservação. *Revista Arquitectos*, n. 145.00, ano 13, jun. 2012. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas>>. Acesso em: 03 abr. 2024.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.** Portal. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/index.html>>. Acesso em: 31 dez. 2024.
- BARDIN, L.** *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2006.
- BASTIDE, Roger.** *A expressão da oração nos povos sem escrita. (1972) O sagrado selvagem e outros ensaios*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006. Obra originalmente publicada em 1972).
- BRASIL.** *Cartilha de acessibilidade na web: Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – eMAG*. 5. ed. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2011. Disponível em: <<https://emag.governoeletronico.gov.br/emag-3.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2025.
- BRASIL.** Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 fev. 2023.
- BRASIL.** IBGE Censo Demográfico. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/paula-candido/panorama>>. Acesso em: 08 de dez. 2023.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Patrimônio cultural imaterial: para saber mais*. 3. ed. Brasília, DF: Iphan, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha1_parasabermais_web.pdf> Acesso em: 01 Out. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC). *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, p. 25901, 24 dez. 1991. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18313cons.htm> Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Lei n.º 12.343, de 20 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura (PNC) e cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC. *Diário Oficial da União: seção 1*. Brasília, DF, 21 dez. 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12343.htm> Acesso em: 08 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm> Acesso em: 28 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 30 jun. 2020. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114017.htm> Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Secretária-geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022. Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 11 jul. 2022. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/114399.htm> Acesso em: 02 jan. 2025.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento do gosto*. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. 2. ed. São Paulo: Zouk, 2011.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2019.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE VIÇOSA – MG. *Certidão de inteiro teor da matrícula nº 25.323 – Livro 2*. Viçosa, 07 nov. 2013. 1 certidão. Documento fornecido à pesquisadora.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAVALCANTI, Maria Laura; GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Cultura, festa e patrimônio. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias (org.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Antropologia*. São Paulo: ANPOCS, Brcarolla, Discurso Editorial, 2010, v. 259-292.

CERTEAU, Michel de. Uma variante: a edificação hagiográfica. In: *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002. p. 242-255.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. Tradução Luciano Vieira Machado, 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2017.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Estratégias de construção da nação: a materialização da História pelo SPHAN. In: Os arquitetos da Memória. *Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017. p. 52-86.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Relações entre intelectuais e Estado nas décadas de 1930 e 1940. In: Os arquitetos da Memória. *Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017. p.87-98.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS (CBMMG). *Legislação e Normas Técnicas*. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: < <https://www.bombeiro.mg.gov.br/> > Acesso em: 28 dez. 2024.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* 21. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

DURSO, Fábio Cabral. *Planos municipais de cultura no fortalecimento de políticas públicas para a preservação do patrimônio cultural: um estudo de caso de Itabirito, Minas Gerais*. 2021. 162 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2021.

FABRE, Marie-Christine; OLIVEIRA, Ana Virginia V. de. Cultura e política cultural: pactos e disputas nos conselhos municipais. *Revista CPC*, São Paulo, n. 8, p. 21–36, 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/50829>. > Acesso em: 20 maio 2025.

FABRE, Daniel. Catástrofe, descoberta, intervenção ou o monumento como evento. *Revista Memória em Rede, Pelotas*, v.11, n.21, p. 8-19, jul./dez.2019. Tradução de Jerson Fontana et al. Disponível em: < <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/issue/view/941> >. Acesso em: 17 dez. 2023.

FABRE, Cécile T. O patrimônio em disputa: entre políticas públicas e apropriações locais. In: **CHAGAS, Mário** (Org.). *Patrimônio em debate: abordagens contemporâneas*. Rio de Janeiro: IPHAN/Garamond, 2021. p. 95-115.

FABRE, Cécile T. Políticas do sensível: patrimônio e experiência social. In: **CHAGAS, Mário; LEITE, Iara; MENESES, Ulpiano Bezerra de** (Orgs.). *Patrimônio e memória: experiências e perspectivas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. p. 61–77

FABRE, Cécile T. Sentidos do patrimônio: entre memória, afeto e identidade. In: **ABREU, Regina; CHAGAS, Mário** (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 101–120.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 4.ed. Rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Edição especial. São Paulo: Paz & Terra, 2021.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOMES, Lilian Alves. As Moradas dos Milagres: Percursos e destinos de ex-votos. *Ventilando Acervos*, n. 119-140, 2019.

GONÇALVES, Janice. *Defender o patrimônio tradicional: a atuação dos folcloristas catarinenses entre 1948 e 1958*. São Paulo: UNESP, 2012.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *Historiæ*, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 27–46, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/hist/article/view/3260>> Acesso em: 02 mar. 2024.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Cadastro Nacional de Museus. Disponível em: <<https://cadastro.museus.gov.br/museus/fundacao-casa-da-cultura-padre-antonio-mendes/>> Acesso em: 10 de jul. 2024.

LANA, V., VIEIRA, LO, & LEITE, F. (2020). Os símbolos das linguagens artísticas do congado de Paula Cândido. *Revista ELO – Diálogos em Extensão*, v.9, p.1–16, 2020.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: Um Conceito Antropológico*. 21 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2013.

LEITE, Flaviane Lúcia Pereira. *Linguagens do vestuário: as transformações na indumentária da Festa de Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido – MG*. 2019. 136 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

LIMA, André. Aldir Blanc: a poesia da resistência e da crítica social. *Revista Brasileira de Música e Cultura*, v. 3, pág. 45-61, 2020. Disponível em: <<https://revistacaliban.net/aldir-blanc-a-poesia-da-m%C3%BAlica-brasileira-b36578c4808a>> Acesso em: 02 jan. 2025.

LISBOA, Emerson Rodrigues. Paula Cândido celebra 178ª Festa e Jubileu de São José Operário. *Folha da Mata*, Viçosa, p. 11, 30 abr. 2014.

LISBOA, Geraldo. *A segunda História de Paula Cândido*. Ibitité: DGF Edições, 1997.

LOWENTHAL, David. *Como conhecer o passado*. Tradução: Lúcia Haddad. São Paulo, 1998.

MAGNANI, José Guilherme. *Rua, símbolo e suporte da experiência urbana*. Versão revista e atualizada do artigo “A rua e a evolução da sociabilidade”, originalmente publicado em *Cadernos de História de São Paulo*, n. 2, jan./dez. 1993, Museu Paulista - USP. Disponível em: <http://nau.fflch.usp.br/sites/nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/rua_simbolo%20e%20suporte%20da%20experiencia%20-%20magnani.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2024.

MARINS, P.C.G. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9-28, 2016.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Patrimônio e memória: ensaios transversais*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Tombamento da Casa de Chico Mendes. Ata da 56ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural IPHAN, ocorrida em 15 de maio de 2008. In: **REIS FILHO, Nestor Goulart & FINGER, Anna Elisa** (orgs.). *Pareceres do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural: monumentos, arquitetura, paisagismo, sítios abandonados, áreas de terreiros e quilombos antigos*. Brasília, DF: IPHAN, 2017. (Políticas de Preservação, v. 2, t. 2).

MIATELLO, André Luís Pereira. Hagiografia. In: **CEIA, Carlos** (org.). *E-Dicionário de Termos Literários*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2009. Disponível em: <<https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/hagiografia>> Acesso em: 29 dez. 2024.

MINAS GERAIS. NET. Cidades de Minas Gerais: Paula Cândido – MG. 2019. Disponível em: <<https://minasgeraismg.net/cidades/paula-candido>> Acesso em: 28 dez. 2024.

MINISTÉRIO DA CULTURA (Brasil). Quem foi Rouanet? Brasília, DF: Ministério da Cultura, 8 jul. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/lei-rouanet/textos/quem-foi-rouanet>> Acesso em: 2 jan. 2025.

MUSEU DE ARTE SACRA DE MATO GROSSO. Imaginária de São José de Botas. Disponível em: <<https://www.museudeartesacra.org.br/collection/imaginaria-de-sao-jose-de-botas/>> Acesso em: 5 de jan. 2025.

NAME, Leo; ZAMBUZZI, Mabel. Notas inconclusivas sobre raça, arquitetura e colonialidade do patrimônio material e imaterial. *Epistemologias do Sul: Pensamento Social e Político em/desde/para América Latina, Caribe, África e Ásia*, v. 3, n 1, p. 118-140, 2019. Dossiê: Giro decolonial, Parte 1: Artes visuais, arquiteturas e alteridades.

NEVES, Margarida de S. Lugares de memória na PUC-Rio. In: NÚCLEO DE MEMÓRIA – PUC-RIO. *Lugares de memória na PUC-Rio*. Rio de Janeiro: N.p., set. 2007. Disponível em: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/primeiro_site/lugaresmargarida.htm> Acesso em: 15 mar. 2024.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de. Processo de atribuição de valor turístico ao patrimônio: uma análise através da memória da Política Nacional de Turismo. *Arquivos do CMD*, v. 8, n. 1, p. 157–180, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/CMD/article/view/31579>> Acesso em: 4 dez. 2023.

PAULA CÂNDIDO (MG) – FUMPAC - Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural. Disponível em: < <https://paulacandido.mg.gov.br/portal/lei.php?getLink=360>> Acesso em: 31 dez. 2023.

PAULA CÂNDIDO. *Casa da Cultura Padre Antônio Mendes: Livro de Registros de doações*. Vol. 1. Paula Cândido: Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, 1994. 100 p.

PEREIRA, Laryssa Custódio de França. *A proteção do patrimônio cultural: entre o dever do estado, o princípio da participação popular e os desafios das políticas públicas*. 2019. 296 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito de Alagoas, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2019.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social: Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 10, pág. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POMPEU, Aristides. *A Verdadeira História de Paula Cândido*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional do Brasil da SSVP, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO. Lei N.º 1.081, de 26 de novembro de 2010. Dispõe sobre a criação da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes. Paula Cândido, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO. Lei N.º 715, de 25 de outubro de 1993. Cria a Casa da Cultura de Paula Cândido. Paula Cândido, 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO. Lei N.º 717, de 27 de outubro de 1993. Dá denominação à Casa da Cultura “Padre Antônio Mendes”. Paula Cândido, 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO. Projeto de Lei N.º 020, de 12 de março de 2001. Altera o Art. do Estatuto da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes e autoriza a alienação do bem que menciona. Paula Cândido, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO. *Site institucional*. Disponível em: <https://paulacandido.mg.gov.br/portal/>. Acesso em: 3 jun. 2025.

QUEIROZ, Giane Rena Cardoso. A Festa de Nossa Senhora do Rosário de Paula Cândido (MG): Identidade, memória e ritual no Congado e Reinado. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013. p. 140.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil*. 13. Reimpr. Ed. São Paulo, SP, Companhia de Bolso, 2013. 435 p.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* In: Lugar de fala. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

SANCHIS, Pierre. A caminhada ritual. *Religião e Sociedade*, (9), p. 15-26, junho 1983. Disponível em: Nº 09 – 1983 - Revista Religião & Sociedade (religioesociedade.org.br)

SANTOS, Lourival dos. A cor da Santa: Nossa Senhora Aparecida e a construção do imaginário sobre a padroeira do Brasil. In: **SILVA, Vagner Gonçalves da** (org.). *Memória afro-brasileira: imaginário, cotidiano e poder*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2007, p. 186.

SANTOS, MF de J.; NUNES, VMM Na Trilha dos Passos do Senhor: a devoção ao Senhor dos Passos de São Cristóvão/SE. *Revista da Fapese de Pesquisa e Extensão*, Aracaju, v. 2, jul./dez. 2005.

SCIFONI, Simone. DESAFIOS PARA UMA NOVA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 48, p. 5–16, 2016. DOI: 10.12957/teias.2017.25231. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/25231>. Acesso em: 3 jun. 2025.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SECOM). Lei Paulo Gustavo. Disponível em <<https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/comunicabr/lista-de-aco-es-e-programas/lei-paulo-gustavo>> Acesso em : 02 de jan. 2025.

SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e. **Irmandades religiosas e devoção a santos negros no Brasil escravocrata.** *Vozes, Pretérito & Devir*, Ano III, Vol. VI, Nº I, 2016. Disponível em: <https://revistavozes.uespi.br/index.php/revistavozes/article/viewFile/134/154>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SILVA, Jeander Cristian da; DUARTE, Larissa Gouveia. *Rua Ator Paulo Gustavo: um caso de mudança antrotoponímica.*2023. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/362134627_RUA_ATOM_PAULO_GUSTAVO_UM_CASO_DE_MUDANCA_ANTROPO-_AXIOTOPONIMICA> Acesso em: 02 jan. 2025.

SMITH, Laurajane. Desafiando o discurso autorizado de patrimônio. Tradução de Cláudia Feierabend Baeta Leal. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 1-19, 2021. Disponível em < <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1957/749>.> Acesso em: 15 mar. 2024.

SPIX, J.B von; MARTIUS, K.F.P von. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. v.1

SOARES, Dalva Maria. Salve Maria(s): mulheres na tradição do Congado em Belo. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – MG. 2009.

SOUZA, Antônia Francisca de. Lei Emergencial da Cultura N.º 14.017 - Aldir Blanc – Edital de Premiação Chico Botelho de Paula Cândido, 2020. In: *Aspectos Culturais e Históricos de Paula Cândido*, 2020.

SOUZA, Maria Mello e. *África e Brasil Africano*. 3.^a ed. São Paulo: Editora Ática, 2009.

SOUZA, Marina de Melo. *Reis negros no Brasil escravista*. História da festa de coroação de Rei Congo. 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

TEIXEIRA, Faustino. As faces do catolicismo contemporâneo. *Revista USP*, São Paulo, n. 67, p. 14–23, nov. 2005. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i67p14-23>

TEIXEIRA, Leonardo de Oliveira. *Planta baixa humanizada da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes*– Paula Cândido, 2023.

THOMPSON, P. A voz do passado: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Tradução de Sebastião Nascimento. Rio de Janeiro: Cobogó, 2024.

VAUCHEZ André. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental: Séculos VIII e XIII*. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1995.

VIEIRA, Lorena de Oliveira. Festas do Rosário de Paula Cândido. In: **CARVALHO, Willi de; ROCHA, Admilson Nonato; RAMOS, Kimberly Cristina Gregório** (org.). *Aspectos culturais e históricos de Paula Cândido*. Paula Cândido, MG: Fundação Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, 2020. p. 76–91. Formato digital.

VIEIRA, Nara Cordova. *Processo de criação em dança Andeja nos Ventos: caminhos abertos pelas corta-ventos, mulheres negras, congos da banda de Airões-MG*. 2019. 158 f. Dissertação (Mestrado em Dança) – Escola de Dança, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

VIEIRA, Lorena de Oliveira. Tribos indígenas, territórios e cultura: a formação do município de Paula Cândido. In: **CARVALHO, Willi de; ROCHA, Admilson Nonato; RAMOS, Kimberly Cristina Gregório** (org.). *Aspectos culturais e históricos de Paula Cândido*. Paula Cândido, MG: Fundação Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, 2020. p. 2–65. Formato digital.

VIEIRA, L. O.; DIAS, T. de O. História local: reflexões sobre o ensino e a pesquisa das histórias indígena e afro-brasileira. *Revista História Hoje, [S. l.]*, v. 10, n. 20, p. 291–311, 2021. DOI: 10.20949/rhhj.v10i20.699. Disponível em: <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/699>> Acesso em: 6 mar. 2024.

ZALUAR, Alba. Os santos e suas festas. *Religião e Sociedade*. (uma pessoa) Disponível em Nº 08 – 1982 - *Revista Religião & Sociedade* (religioesociedade.org.br)

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIROS DE ENTREVISTAS

1. Entrevista com prefeitos ou vice-prefeitos de Paula Cândido do período de 1993-2001 (primeira fase da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes) – G1F1

Data: ____/____/____

Local:

Apresentação: (Saudação), meu nome é Jamagde, sou estudante de Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa. Estou estudando sobre a Casa da Cultura Padre Antônio Mendes (a antiga e a atual), buscando entender o seu papel e o seu potencial, enquanto lugar de referência, preservação e divulgação das expressões culturais, do patrimônio e da memória da Cidade.

Para coletar os dados da minha pesquisa e escrever minha dissertação farei entrevistas. Por isso, estou conversando com os antigos e com os atuais Prefeitos ou Vice-Prefeitos de Paula Cândido, para compreender qual é o entendimento dos gestores sobre esses conceitos. Você concorda em participar dessa pesquisa? Por favor assine o termo.

Esclareço que será mantido o total anonimato dos entrevistados e o sigilo referente às informações que possam vir a ser utilizadas na pesquisa. Ao longo da entrevista, caso você sinta-se desconfortável ou envergonhado para responder alguma pergunta, fique à vontade para informar que prefere não responder; para facilitar a nossa conversa e os meus registros e, para garantir que nada do que você disser será mudado, vou gravar a entrevista. Concorda? Tem alguma dúvida? Quando estiver pronto podemos começar!

Desde já agradeço pela sua colaboração. Sua participação será fundamental para o avanço da pesquisa.

1. Idade atual:

18 a 30 anos 31 a 45 anos 46 a 60 anos 61 a 77 anos mais de 77 anos

2. Gênero: Masculino Feminino Não binário

3. Considerando o período de 1993 a 2001, fale sobre seu cargo enquanto Gestor Municipal (função desempenhada, período de atuação, tempo de exercício do cargo, como escolhia os membros das Secretarias, entre outras informações que julgar pertinente).

4. Qual a sua formação/Área, na época em que foi prefeito (vice):

Ensino Fundamental () completo / () incompleto

Ensino Médio () completo / () incompleto

Graduação: () completo / () incompleto em _____

Pós-Graduação: () completo / () incompleto _____

Mestrado: () completo / () incompleto em _____

Doutorado: () completo / () incompleto em _____

5. Pode contar um pouco sobre como era o município nessa época, em termos da economia, da política, da religião, das tradições, das expressões culturais ...?
6. Fale sobre a história da primeira Casa da Cultura desde a sua criação, de forma que fique mais claro a sua trajetória (motivo para criação, escolha do nome, local, abertura, escolha do acervo, atividades...), seu papel (objetivos, missão...), sua importância (o que representava para a comunidade e para o município) e os desafios enfrentados.
7. Quais foram os motivos que determinaram o fechamento da primeira casa da Cultura no ano de 2001? Quais foram os impactos políticos e sociais desse fechamento? O que foi feito do acervo que estava lá?
8. Fale um pouco sobre a Casa da Cultura atual (fatores que determinaram a reabertura, papel, objetivos, espaço, atividades desenvolvidas, importância...).
9. Na sua opinião, qual é o papel do Executivo Municipal nas questões que envolvem a patrimonialização e a cultura local? Como essas questões eram acompanhadas na sua gestão? Cite as políticas culturais implantadas no município na sua época?
10. Na sua visão, quais são as memórias culturais e as narrativas históricas da cidade? Como essas memórias e narrativas eram preservadas e divulgadas?
11. Na sua opinião, a Casa da Cultura representava as expressões culturais, o patrimônio e as memórias dos paulacandidenses? Qual o papel que ela exercia na construção da Memória dos indivíduos ou dos grupos da comunidade? Você pode descrever algumas atividades ou eventos que ilustram esse papel?
12. Para você, quais foram os desafios enfrentados pelos gestores nesse campo da cultura, dos bens históricos e patrimoniais da cidade? Quais os desafios para manter as memórias dos indivíduos e dos grupos? De que maneira a Casa da Cultura poderia contribuir para vencer esses desafios?
13. Tem mais alguma coisa que não foi mencionado e que você acha importante falar?

Agradeço pela sua participação e valorosa contribuição, fico à disposição caso queira conversar, acrescentar algo ou enviar algum material que possa ser utilizado na pesquisa. Esteja à vontade caso queira acompanhar o desenrolar da pesquisa.

2. Entrevista com prefeitos ou vice-prefeitos de Paula Cândido do período de 2010-2024 (segunda fase da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes) – G2F2

Data: ____/____/____

Local:

Apresentação: (Saudação), meu nome é Jamagde, sou estudante de Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa. Estou estudando sobre a Casa da Cultura Padre Antônio Mendes (a antiga e a atual), buscando entender o seu papel e o seu potencial, enquanto lugar de referência, preservação e divulgação das expressões culturais, do patrimônio e da memória da Cidade.

Para coletar os dados da minha pesquisa e escrever minha dissertação farei entrevistas. Por isso, estou conversando com os antigos e com os atuais Prefeitos ou Vice-Prefeitos de Paula Cândido, para compreender qual é o entendimento dos gestores sobre a trajetória da Casa da Cultura e sobre os conceitos. Você concorda em participar dessa pesquisa? Por favor assine o termo.

Esclareço que será mantido o total anonimato dos entrevistados e o sigilo referente às informações que possam vir a ser utilizadas na pesquisa. Ao longo da entrevista, caso você sinta-se desconfortável ou envergonhado para responder alguma pergunta, fique à vontade para informar que prefere não responder; para facilitar a nossa conversa e os meus registros e, para garantir que nada do que você disser será mudado, vou gravar a entrevista. Concorda? Tem alguma dúvida? Quando estiver pronto podemos começar!

Desde já agradeço pela sua colaboração. Sua participação será fundamental para o avanço da pesquisa.

1. Idade atual:

18 a 30 anos 31 a 45 anos 46 a 60 anos 61 a 77 anos mais de 77 anos

2. Gênero: Masculino Feminino Não binário

3. Considerando o período de 2010 a 2024, fale sobre seu cargo enquanto Gestor Municipal (função desempenhada, período de atuação, tempo de exercício do cargo, como escolhia os membros das Secretarias, entre outras informações que julgar pertinente).

4. Qual a sua formação/Área na época:

Ensino Fundamental () completo / () incompleto

Ensino Médio () completo / () incompleto

Graduação: () completo / () incompleto em _____

Pós-Graduação: () completo / () incompleto _____

Mestrado: () completo / () incompleto em _____

Doutorado: () completo / () incompleto em _____

5. Pode contar um pouco sobre como é (era) o município nessa época, em termos da economia, da política, da religião, das tradições, das expressões culturais ...

6. Fale sobre a história da segunda Casa da Cultura desde a sua criação, de forma que fique mais claro a sua trajetória (escolha do nome, local, escolha do acervo, atividades...), seu papel

(objetivos, missão...), sua importância (o que representa para a comunidade e para o município) e os desafios enfrentados.

7. Na sua opinião quais foram os motivos que determinaram a abertura da segunda casa da Cultura no ano de 2010? Quais foram os impactos políticos e sociais dessa abertura? O que foi feito para recuperar o acervo que havia na anterior?

8. Fale um pouco sobre a Casa da Cultura anterior (fatores que determinaram sua criação e fechamento, papel, objetivos, acervo...).

9. Na sua opinião, qual é o papel do Executivo Municipal nas questões que envolvem a patrimonialização e a cultura local? Como essas questões eram acompanhadas na sua gestão? Cite as políticas culturais implantadas no município na sua época?

10. Na sua visão, quais são as memórias culturais e as narrativas históricas da cidade? Como essas memórias e narrativas são preservadas e divulgadas?

11. Na sua opinião, a Casa da Cultura representa as expressões culturais, o patrimônio e as memórias dos paulacandidenses? Qual o papel que ela exerce na construção da Memória dos indivíduos ou dos grupos da comunidade? Você pode descrever algumas atividades ou eventos que ilustram esse papel?

12. Para você, quais foram os desafios enfrentados pelos gestores nesse campo da cultura, dos bens históricos e patrimoniais da cidade? Quais os desafios para manter as memórias dos indivíduos e dos grupos? De que maneira a Casa da Cultura poderia contribuir para vencer esses desafios?

13. Tem mais alguma coisa que não foi mencionado e que você acha importante falar?

Agradeço pela sua participação e valorosa contribuição, fico à disposição caso queira conversar, acrescentar algo ou enviar algum material que possa ser utilizado na pesquisa. Esteja à vontade caso queira acompanhar o desenrolar da pesquisa.

3. Entrevista com funcionários, secretários de educação e cultura e membros da diretoria da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes do período de 1994-2001 (primeira fase) – G2F1

Data: ____/____/____

Local:

Apresentação: (Saudação), meu nome é Jamagde, sou estudante de Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa. Estou estudando sobre a Casa da Cultura Padre Antônio Mendes (a antiga e a atual), buscando entender o seu papel e o seu potencial, enquanto lugar de referência, preservação e divulgação das expressões culturais, do patrimônio e da memória.

Para coletar os dados da minha pesquisa e escrever minha dissertação farei entrevistas. Por isso, estou conversando com funcionários e membros da diretoria (Secretaria) da primeira Casa da Cultura e, Secretários de Educação e de Cultura, para compreender sobre a trajetória da Casa da Cultura e sobre os conceitos. Você concorda em participar dessa pesquisa? Por favor assinie o termo.

Esclareço que: será mantido o total anonimato dos entrevistados e o sigilo referente às informações que possam vir a ser utilizadas na pesquisa; Se você sentir algum desconforto ou vergonha em responder alguma pergunta, fique à vontade para informar que prefere não responder; para facilitar a nossa conversa e os meus registros e, para garantir que nada do que você disser será mudado, vou gravar a entrevista. Concorda? Tem alguma dúvida? Quando estiver pronto podemos começar!

Desde já agradeço pela sua colaboração. Sua participação será fundamental para o avanço da pesquisa.

1. Idade:

18 a 30 anos 31 a 45 anos 46 a 60 anos 61 a 77 anos mais de 77 anos

2. Gênero: Masculino Feminino Não binário

3. Considerando o período de 1994 a 2001, fale sobre seu cargo relativo à Casa da Cultura Padre Antônio Mendes (função desempenhada, período de atuação, tempo de exercício do cargo, como foi escolhido, entre outras informações que julgar pertinente).

4. Formação/Área na época em que trabalhou ou participou da Casa da Cultura:

Ensino Fundamental () completo / () incompleto

Ensino Médio () completo / () incompleto

Graduação: () completo / () incompleto em _____

Pós-Graduação: () completo / () incompleto _____

Mestrado: () completo / () incompleto em _____

Doutorado: () completo / () incompleto em _____

5. Pode contar um pouco sobre como era o município nessa época, em termos da economia, da política, da religião, das tradições, das expressões culturais...

6. Fale sobre a história da primeira Casa da Cultura desde a sua criação, de forma que fique mais claro a sua trajetória (motivo para criação; escolha do nome; local; abertura; escolha do acervo, política de recebimento, exposição e manutenção; atividades, calendário de eventos

culturais...), seu papel (objetivos, missão...), sua importância (o que representava para a comunidade e para o município) e os desafios enfrentados.

7. Na sua opinião quais foram os motivos que determinaram o fechamento da primeira casa da Cultura no ano de 2001? Quais foram os impactos políticos e sociais desse fechamento? O que foi feito do acervo que estava lá?

8. Fale um pouco sobre a Casa da Cultura atual (fatores que determinaram a reabertura, papel, objetivos, espaço, atividades desenvolvidas, importância...).

9. Na sua opinião, qual é o papel do Executivo Municipal nas questões que envolvem a patrimonialização e a cultura local? Como essas questões eram acompanhadas na sua época? Cite as políticas culturais implantadas no município?

10. De modo geral, pode apontar como aconteciam as políticas de patrimonialização no município, em termos de inventários, registros e tombamentos (responsabilidade, participação popular, órgão do governo envolvidos, política de proteção...).

11. O que você pensa a respeito da educação patrimonial e da participação nos editais culturais? De que forma se davam essas ações e como elas impactaram o repasse de verbas destinadas ao município?

12. Na sua visão, quais eram as memórias culturais e as narrativas históricas da cidade naquela época? Como essas memórias e narrativas eram preservadas e divulgadas?

13. Na sua opinião, a Casa da Cultura representava as expressões culturais, o patrimônio e as memórias dos paulacandidenses? Qual o papel que ela exercia na construção da Memória dos indivíduos ou dos grupos da comunidade? Você pode descrever algumas atividades ou eventos que ilustram esse papel?

14. Com relação às perspectivas sobre o papel da Casa da Cultura anterior e a atual, diga o que você pensa que deveria ter sido feito e que ainda pode ser feito para fortalecê-la na comunidade.

15. Tem mais alguma coisa que não foi mencionado e que você acha importante falar?

Agradeço pela sua participação e valorosa contribuição, fico à disposição caso queira conversar, acrescentar algo ou enviar algum material que possa ser utilizado na pesquisa. Esteja à vontade caso queira acompanhar o desenrolar da pesquisa.

4. Entrevista com funcionários da Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, secretários de cultura e turismo e membros dos conselhos municipal de política cultural do período de 2010 a 2024 (segunda fase) – G2F2.

Data: ____/____/____

Local:

Apresentação: (Saudação), meu nome é Jamagde, sou estudante de Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa. Estou estudando sobre a Casa da Cultura Padre Antônio Mendes (a antiga e a atual), buscando entender o seu papel e o seu potencial, enquanto lugar de referência, preservação e divulgação das expressões culturais, do patrimônio e da memória.

Para coletar os dados da minha pesquisa e escrever minha dissertação farei entrevistas. Por isso, estou conversando com funcionários da segunda Casa da Cultura, Secretários de Educação e de Cultura e membros dos Conselhos Municipal de Política Cultural atuais, para compreender sobre a trajetória da Casa da Cultura e sobre os conceitos. Você concorda em participar dessa pesquisa? Por favor assine o termo.

Esclareço que: será mantido o total anonimato dos entrevistados e o sigilo referente às informações que possam vir a ser utilizadas na pesquisa; Se você sentir algum desconforto ou vergonha em responder alguma pergunta, fique à vontade para informar que prefere não responder; para facilitar a nossa conversa e os meus registros e, para garantir que nada do que você disser será mudado, vou gravar a entrevista. Concorda? Tem alguma dúvida? Quando estiver pronto podemos começar!

Desde já agradeço pela sua colaboração. Sua participação será fundamental para o avanço da pesquisa.

1. Idade:

18 a 30 anos 31 a 45 anos 46 a 60 anos 61 a 77 anos mais de 77 anos

2. Gênero: Masculino Feminino Não binário

3. Considerando o período de 2010 a 2024, fale sobre seu cargo relativo à Casa da Cultura Padre Antônio Mendes (função desempenhada, período de atuação, tempo de exercício do cargo, como foi escolhido, entre outras informações que julgar pertinente).

4. Formação/Área na época em que trabalhou ou participou da Casa da Cultura:

Ensino Fundamental () completo / () incompleto

Ensino Médio () completo / () incompleto

Graduação: () completo / () incompleto em _____

Pós-Graduação: () completo / () incompleto _____

Mestrado: () completo / () incompleto em _____

Doutorado: () completo / () incompleto em _____

5. Pode contar um pouco sobre como era o município nessa época, em termos da economia, da política, da religião, das tradições, das expressões culturais ...

6. Fale sobre a história da segunda Casa da Cultura desde a sua criação, de forma que fique mais claro a sua trajetória (escolha do nome, local, escolha do acervo, atividades...), seu papel

(objetivos, missão...), sua importância (o que representava para a comunidade e para o município) e os desafios enfrentados.

7. Na sua opinião quais foram os motivos que determinaram a abertura da segunda casa da Cultura no ano de 2010? Quais foram os impactos políticos e sociais dessa abertura? O que foi feito para recuperar o acervo que havia na anterior?

8. Fale um pouco sobre a Casa da Cultura anterior (fatores que determinaram sua criação e fechamento, papel, objetivos, acervo...).

9. Na sua opinião, qual é o papel do Executivo Municipal nas questões que envolvem a patrimonialização e a cultura local? Como essas questões eram acompanhadas na sua época? Cite as políticas culturais implantadas no município?

10. De modo geral, pode apontar como acontecem as políticas de patrimonialização no município, em termos de inventários, registros e tombamentos (responsabilidade, participação popular, órgão do governo envolvidos, política de proteção...).

11. O que você pensa a respeito da educação patrimonial e da participação nos editais culturais? De que forma se dão essas ações e como elas impactam o repasse de verbas destinadas ao município?

12. Na sua visão, quais são as memórias culturais e as narrativas históricas da cidade? Como essas memórias e narrativas são preservadas e divulgadas?

13. Na sua opinião, a Casa da Cultura representa as expressões culturais, o patrimônio e as memórias dos paulacandidenses? Qual o papel que ela exerce na construção da Memória dos indivíduos ou dos grupos da comunidade? Pode descrever algumas atividades ou eventos que ilustram esse papel?

14. Com relação às perspectivas sobre o papel da Casa da Cultura anterior e a atual, diga o que você pensa que deveria ter sido feito e que ainda pode ser feito para fortalecê-la na comunidade.

15. Tem mais alguma coisa que não foi mencionado e que você acha importante falar?

Agradeço pela sua participação e valorosa contribuição, fico à disposição caso queira conversar, acrescentar algo ou enviar algum material que possa ser utilizado na pesquisa. Esteja à vontade caso queira acompanhar o desenrolar da pesquisa.

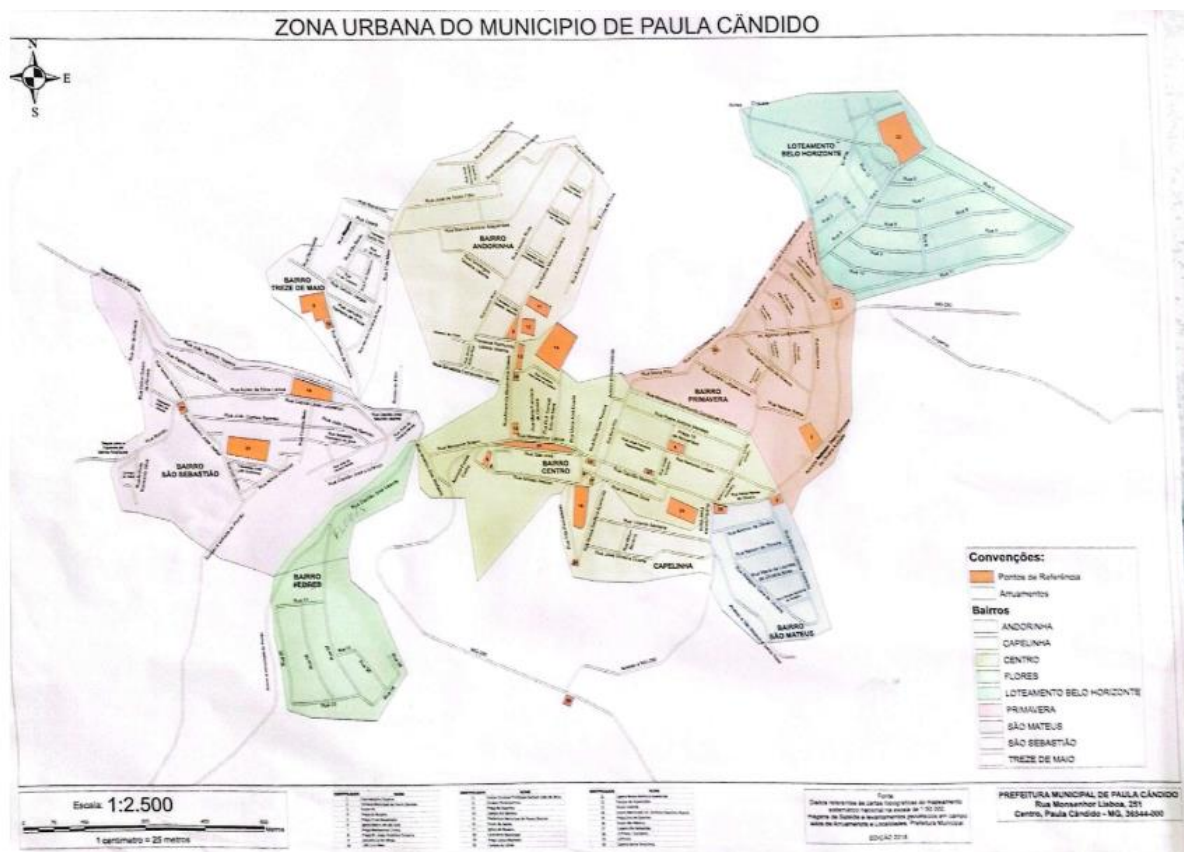
APÊNDICE B – CALENDÁRIO DE EVENTOS/FESTIVO DE PAULA CÂNDIDO - MG

Mês	Evento
Janeiro	Aniversário da cidade / Cavalgada da paz / Campeonato de futebol
Fevereiro	Carnaval de rua, onde há desfiles de blocos e a Corporação Musical Monsenhor Lisboa toca marchinhas durante as matinês.
Março	Cavalgada Feminina - Aqui quem manda é a Patroa
Abril	Semana Santa, acompanhada de novena, vigília, via sacra e procissão do Senhor Morto e celebração da Páscoa com a benção de ramos.
Maio	Jubileu de São José / Dia do Trabalhador. Em homenagem ao padroeiro é realizada festa na cidade, durante a qual ocorre a benção dos veículos, missa (precedida de novena), procissão e são montadas barraquinhas na praça / Mês de Maria durante o qual meninas coroam Nossa Senhora e participam das missas.
Junho	Festa de São João com montagem de fogueira, ritual da caminhada sobre as brasas e a subida no do pau de cebo / Festival de Música e Gastronomia / homenagem ao Sagrado Coração de Jesus, onde meninos caminham em procissão até a Igreja Matriz e oferecem ao Santo a Cruz, a Coroa, a Âncora e o Coração.
Julho	Arraia de Airões e festas juninas na Escolas.
Agosto	Encontro de Congado
Setembro	Festa de São Mateus / Feriado Municipal em homenagem ao Monsenhor Licínio / Exposição Agropecuária, onde acontecem rodeio, shows, torneio leiteiro e motocross.
Outubro	Festa de Nossa Senhora do Rosário: Acontece ao longo do mês, sendo cada final de semana em local distinto: nas Comunidades rurais dos Barros, Monte Celeste e da Chácara; no Distrito de Airões e na zona urbana de *Paula Cândido . *Podendo ser realizada no início de novembro.
Novembro	----
Dezembro	Cantata de Natal pelo coral infantil.

Fonte: Adaptada da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 2023.

ANEXOS

ANEXO A – MAPA DO ZONEAMENTO URBANO DE PAULA CÂNDIDO – MG



ANEXO B – MAPA DO ZONEAMENTO RURAL DE PAULA CÂNDIDO – MG



Fonte: Prefeitura Municipal de Paula Cândido, 2024.

ANEXO C- LEI Nº 715/1993 - CRIAÇÃO DA CASA DA CULTURA - FASE I

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO**

Rua Monsenhor Lisboa, 251 - CEP 36544-000 - Estado de Minas Gerais

Fone: (032)537-1242

L E I Nº 715
715**CRIA A CASA DA CULTURA DE PAULA CÂNDIDO**

A Câmara Municipal de Paula Cândido-MG., decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituída neste Município sob forma de FUNDAÇÃO, de acordo com o art. 24 do Código Civil a CASA DA CULTURA DE PAULA CÂNDIDO.

§ 1º - A CASA DA CULTURA reger-se-á por ESTATUTO próprio a ser estudado, discutido e aprovado pela Câmara de Vereadores no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação da presente lei.

§ 2º - O Prefeito poderá colocar à disposição da CASA DA CULTURA a que se refere esta lei, no máximo 03 (três) servidores indispensáveis a seu funcionamento por um período que não poderá ultrapassar 02 (dois) anos.

Art. 2º - A CASA DA CULTURA DE PAULA CÂNDIDO adquirirá personalidade jurídica com a transcrição e registro de seu ESTATUTO no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Viçosa.

Art. 3º - A CASA DA CULTURA tem por finalidade:

- I - promover e incentivar o desenvolvimento cultural do Município;**
- II - procurar, junto as autoridades competentes, os meios de preservação do patrimônio histórico do Município;**
- III - promover e divulgar a história, a arte, os valores humanos e as tradições locais.**

Art. 4º - O patrimônio da CASA DA CULTURA DE PAULA CÂNDIDO será constituído:

- I - de seus móveis e imóveis que lhe forem doados e que vier adquirir;**
- II - de subvenções municipais, estaduais e Federais;**
- III - de doações e legados feitos por entidades públicas, pessoas físicas ou jurídicas.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

Rua Monsenhor Lisboa, 251 - CEP 36544-000 - Estado de Minas Gerais
Fone: (032)537-1242

Parágrafo Único - Os bens e rendas da CASA DA CULTURA serão empregados exclusivamente na consecução de seus objetivos.

Art. 5º - A CASA DA CULTURA DE PAULA CÂNDIDO será dirigida por uma Diretoria Executiva com mandato de 02 (dois) anos e será composta dos seguintes membros:

- I - um diretor
- II - um vice-diretor
- III - 1º e 2º secretários
- IV - 1º e 2º tesoureiros

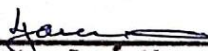
§ 1º - Os membros da Diretoria Executiva serão escolhidos pelo Prefeito Municipal entre pessoas de ilibada reputação e notória competência relativamente aos assuntos e aos objetivos da Entidade.

§ 2º - Os membros da Diretoria Executiva, no exercício de seus respectivos cargos não terão direito a nenhuma espécie de remuneração.

§ 3º - O Prefeito Municipal poderá a seu critério, substituir toda ou qualquer membro da Diretoria, quando lhe prover.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando a presente lei em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paula Cândido, 25 de outubro de 1993


Ney José Alves
Prefeito Municipal


Jorge Carlos de Aquino
Secretário Municipal

ANEXO D – EMENDA À LEI Nº 020/2001 – EXTINÇÃO DA CASA DA CULTURA -
FASE I



Câmara Municipal de Paula Cândido

Fone: (032) 537-1201

Rua Monsenhor Lisboa, 251 - CEP 36544-000 - Paula Cândido - MG

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de
Paula Cândido/MG.

O Vereador abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais,
apresentar a seguinte Emenda ao Projeto de Lei Nº 020/2001,
para ser levada á apreciação desta Egrégia Câmara.

Qua a Prefeitura fizesse a doação do Bem Imóvel, a Casa da Cultura,
para a Câmara Municipal de Paula Cândido, e a mesma ficaria respon-
sável de manter a Casa da Cultura no mesmo lugar, não acarretando
nenhum gasto para a Câmara.

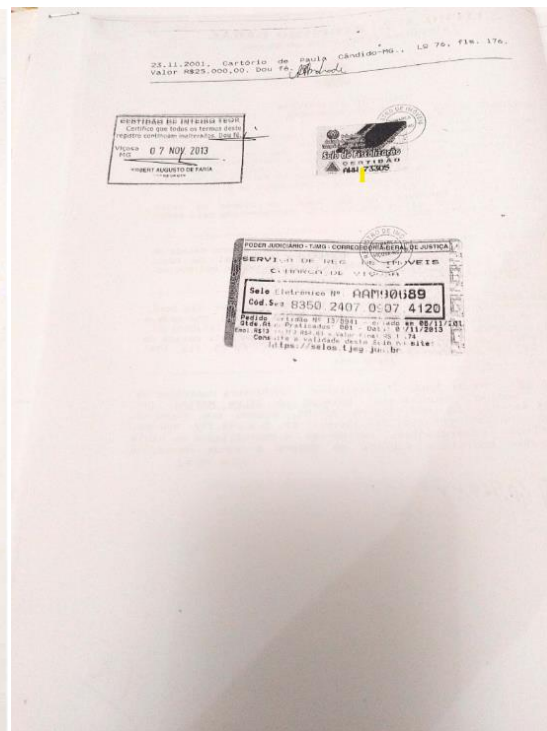
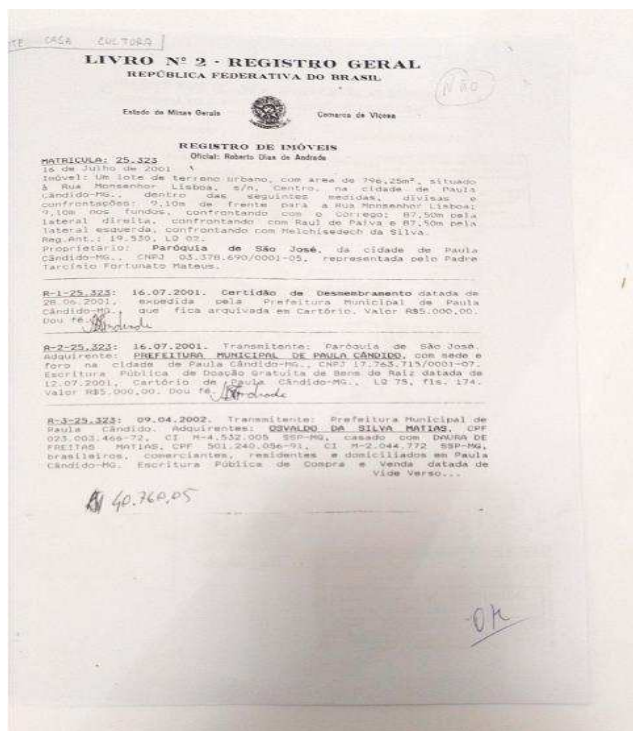
Justificativa: O motivo desta Emenda é para manter o Patrimônio
Histórico

Paula Cândido, 05 de Abril de 2001

Rafael Sebastião de Almeida
Vereador

Rejeitado em
05/04/2001

ANEXO E - CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR – LOTE URBANO ONDE FUNCIONAVA PRIMEIRA CASA DA CULTURA PADRE ANTÔNIO MENDES



Fonte: Cartório de Registro de Imóveis de Viçosa, 2024.

ANEXO F – LEI Nº 1081/2010 – CRIAÇÃO DA CASA DA CULTURA - FASE II

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO**

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242

LEI Nº. 1081/ 2010**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA “CASA DA CUTURA PADRE ANTÔNIO MENDES”**

A Câmara Municipal de Paula Cândido aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica instituída neste município sob forma de fundação, de acordo com o artigo 62 do Código Civil a CASA DA CULTURA DE PAULA CÂNDIDO.

§ 1º - A Casa da Cultura reger-se-á por estatuto próprio;

§ 2º - O prefeito poderá colocar à disposição da CASA DA CULTURA a que se refere esta Lei, no máximo 03 (três) servidores indispensável a seu funcionamento.

Art. 2º – A Casa da Cultura de Paula Cândido poderá adquirir personalidade jurídica com a transição e registro de seu ESTATUTO no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas na Comarca de Viçosa.

Art. 3º – A Casa da Cultura tem por finalidade:

- I - promover e incentivar o desenvolvimento cultural do município;
- II - procurar junto às autoridades competentes, os meios de preservação do patrimônio histórico do município;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242

III – promover e divulgar a história, a arte, os valores humanos e as tradições locais;

§ 1º - A Casa da cultura deverá oferecer a população do local cursos e atividades culturais que agreguem valores culturais aos participantes.

§ 2º - Os professores e estudantes da rede pública municipal, assim como da rede estadual terão a disposição, o espaço cultural para atividades culturais, feiras, exposições, cursos e qualquer outro evento congênere.

Art. 4º – O patrimônio da Casa da Cultura de Paula Cândido será constituído:

- I - de seus móveis e imóveis que lhe forem doados e que vier adquirir;
- II - de subvenções municipais, estaduais e federais;
- III - de doações e legados feitos por entidades públicas, pessoas físicas ou jurídicas.

PARAGRAFO ÚNICO – Os bens e vendas da Casa da Cultura serão empregados exclusivamente na conservação de seus efetivos.

Art. 5º - A Casa da Cultura de Paula Cândido será dirigida por uma Diretoria Executiva com mandato de 04 anos e será composta por 04 (quatro) membros indicados pelo Prefeito Municipal:

- I – Diretor;
- II - Vice-diretor
- III – Secretário;
- IV – Tesoureiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242

§ 1º. Os membros da Diretoria Executiva serão escolhidos pelo Prefeito Municipal entre pessoas de ilibada reputação e notória competência relativamente aos assuntos e aos objetivos da entidade.

§ 2º. Os membros da Diretoria Executiva nos exercícios de seus respectivos cargos não terão direito a nenhuma espécie de remuneração.

§ 3º. O Prefeito Municipal poderá a seu critério, substituir toda ou qualquer membro da Diretoria quando lhe aprouver.

Art. 6º – Revogam-se as disposições em contrário.



Art. 7º – Esta Lei Entra em vigor na data de sua publicação.

Paula Cândido, 26 de novembro de 2.010.

João de Carvalho Soares

Prefeito Municipal

ANEXO G – PROJETO DE LEI Nº 28/2022 – EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA PADRE ANTÔNIO MENDES - FASE II


PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO


RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 34.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
 CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (31) 3437-1144

PROJETO DE LEI Nº 28/2022

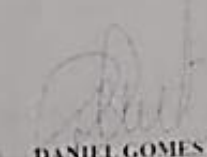
“Extinção a Fundação Casa da
 Cultura Padre Antônio Mendes.”

*A Câmara Municipal de Paula Cândido aprovou e eu, Prefeito Municipal,
 sanciono e promulgo a seguinte Lei:*

Art. 1º Fica extinta a Fundação Casa da Cultura Padre Antônio Mendes, CNPJ nº
 13.051.725/0001-50, inscrita em escritura pública lavrada em 03/04/2018, perante o
 Cartório Português, livro 91N, fls. 141 e 142.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paula Cândido, 10 de outubro de 2021.


DANIEL GOMES CALIXTO
 PREFEITO MUNICIPAL

REJEITADO
 DATA 10/10/2021
 CÂMARA MUNICIPAL
 PAULA CÂNDIDO-MG

Kátia Fátima da Paqueta
 Secretária Geral
 Av. Manoel de Araújo, 100 - Paulo de Paula, 34500-000



Fonte: Câmara Municipal de Paula Cândido, 2024.